

MARIA CRISTINA MEIRELLES

**CONHECIMENTO E PRÁTICA SOCIAL:
A Contribuição da Sistematização de Experiências**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

**PUC/SP
São Paulo
2007**

MARIA CRISTINA MEIRELLES

**CONHECIMENTO E PRÁTICA SOCIAL -
A Contribuição da Sistematização de Experiências**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO**, sob a orientação da **Profa. Dra. Ana Maria Saul**.

**PUC/SP
São Paulo
2007**

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta [Dissertação](#) por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **Local e Data:** _____

AGRADECIMENTO

À CAPES pelo apoio financeiro, sempre fundamental.

À Ana Maria Saul, minha orientadora, que acreditou em mim, sem desistir.

Ao Sérgio Haddad, que me trouxe de volta até aqui e ofereceu as pedrinhas de João e Maria para que eu seguisse a trilha.

Ao Programa Educação e Currículo que apoiou nas dificuldades de trajeto.

À PUC por manter os mesmos bancos de pedra de maio de 1977, 30 anos atrás, onde estão as minhas memórias.

Aos profissionais entrevistados, que foram generosos no compartilhar.

Às pessoas todas que andam pelos caminhos da prática social e que me ensinam diariamente.

Aos companheiros, presentes e futuros, da CASA7 – Memórias e Aprendizagens da Prática Social, que compartilham os desejos de construção.

Aos amigos e à família, que existem em minha vida, ainda bem.

À Luanna, minha filha, que me ajudou com Aristóteles.

Ao Gabriel, meu filho, que me estimulou a seguir em frente, tomou as providências, e finalmente sentou ao meu lado e me ajudou a revisar os detalhes nas madrugadas afora.

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de refletir a questão da produção do conhecimento a partir da prática social e, particularmente, as contribuições da sistematização de experiências para o tema. Seu objetivo é levantar e analisar os sentidos atribuídos por indivíduos participantes de ONGs – Organizações Não Governamentais - aos caminhos que levam da aprendizagem advinda da prática à sistematização das experiências e à geração de metodologias e de conhecimento. A pesquisa parte da delimitação do atual contexto social no qual as ONGs estão inseridas, do estabelecimento de referências conceituais úteis para essa reflexão e de uma breve revisão da literatura disponível sobre a sistematização de experiências, majoritariamente latino-americana. Em seguida são entrevistados seis indivíduos pertencentes a três ONGs com atuação nacional. Os resultados indicam que as aprendizagens derivadas da prática social - sejam as próprias ou de outros atores - têm sido consideradas pelos seus executores como fontes de conhecimento. Um conhecimento prático, que tem um papel a cumprir em várias dimensões da prática social: no fortalecimento das identidades organizacionais, na construção de referências que apóiem a transformação social, na formação permanente dos sujeitos que delas participam, entre outros. Os modos de construção deste conhecimento, diversos entre si, incluem vários pressupostos da sistematização de experiências, embora não se constituam, no conjunto estudado, em sistematização de experiências exatamente como concebida pelas reflexões latino-americanas. Por outro lado, o diálogo entre as diferentes maneiras de produção de conhecimento abre um novo leque de questões a serem tratadas, especialmente no campo da educação.

Palavras-Chave: Conhecimento. Prática. Social. Educação. Aprendizagem. Sistematização. Organizações não Governamentais.

ABSTRACT

The purpose of this work is to ponder on the issue of knowledge production stemming from social practices and particularly from the contributions arising from the systematization of experiences for such a theme. Its goal is to assess and inspect the experiences put forward by persons participating in NGO's (Non-Governmental Organizations) – up to the paths that lead to the learning arising from practice to systematization of experiences and to methodologies and knowledge generation. This research initiates from the determination of the current social contexts in which NGO's are inserted, from the establishment of conceptual references useful for such pondering and also from a brief revision of the available literature on systematizing experiences, mainly Latin-American ones. Then six individuals belonging to three NGO's acting nationwide are interviewed. The results show that such lessons stemming from social practices – either their own or from other actors – have been considered as sources of knowledge by their executive agents. Practical knowledge plays roles on several dimensions of social practice – on strengthening organizational identities, on building references that support social changes, and on permanently shaping the subjects that participate in them, among other things. The ways for building up such knowledge, mutually dissimilar ones, include several assumptions for systematizing experiences, though these do not make up however, within the universe studied, a systematization of experiences exactly as conceived by Latin-American ponderings. On the other hand, the dialogue between the different ways of knowledge production opens up a new set of issues to be dealt with, especially in the education field.

Key words - knowledge, social practice, education, learning, systematization, non-governmental organizations.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. O Cenário.....	12
1.2. As Organizações Não Governamentais.....	19
2. METODOLOGIA	24
2.1. Pressupostos.....	24
2.2. Procedimentos.....	26
2.2.1. As perguntas e os conteúdos.....	26
2.2.2. A definição dos sujeitos.....	27
2.2.3. A revisão bibliográfica.....	28
2.2.4. O levantamento e ordenamento do discurso.....	28
2.2.5. A análise dos resultados.....	28
3. CONHECIMENTO E PRÁTICA	30
3.1. Conhecimento prático, local, social.....	40
4. A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS	44
4.1. Origem da sistematização na América Latina.....	45
4.2. Os conceitos e pressupostos.....	49
4.3. Os objetivos.....	54
4.4. As interfaces com a avaliação e pesquisa.....	55
4.5. Os procedimentos metodológicos da sistematização.....	56
4.5.1. O que e quando sistematizar.....	57
4.5.2. A importância da participação dos atores da experiência.....	58
4.5.3. Passos e procedimentos metodológicos.....	59
5. A PALAVRA DA PRÁTICA	68
5.1. O lugar da produção do conhecimento e da sistematização de experiências nas ONGs.....	73
5.2. O conhecimento na prática social.....	76
5.2.1. As percepções sobre a produção do conhecimento a partir da prática.....	76
5.2.2. As características do conhecimento da prática.....	78
5.2.3. O lugar do conhecimento prático no impacto das ações.....	83
5.3. Os conceitos de sistematização de experiências.....	85
5.4. O objeto que ordena a sistematização.....	91
5.5. Os objetivos da sistematização.....	97
5.6. Interfaces com a avaliação.....	102
5.7. Sistematizar para quem e com que resultados.....	104
5.8. Os procedimentos metodológicos e a participação dos sujeitos....	109
5.9. As dificuldades e os aspectos facilitadores da sistematização.....	118
5.10. Considerações finais.....	123
6. CONCLUSÕES	127
BIBLIOGRAFIA	136

APRESENTAÇÃO

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo (FREIRE, 1996: 24).

Muitas das questões que orientam o desejo por este trabalho originam-se de inquietações impregnadas na minha própria prática ao longo dos últimos 20 anos, nos quais estive - diretamente ou indiretamente - envolvida na elaboração, implementação, avaliação, sistematização e disseminação de projetos sociais desenvolvidos por organizações governamentais e da sociedade civil, especialmente no campo da educação.

Durante estes anos pude acompanhar de muito perto, e sob diferentes perspectivas, as mudanças nos modos de compreender e praticar projetos sociais. A convivência com diferentes profissionais que andam por estes caminhos, do fazer, da paixão do fazer, dos desejos de transformação social foi, e continua sendo, inspiradora para a minha própria prática e construtora das minhas experiências. Essa preferência pelas aprendizagens vindas do cotidiano acabou por gerar a necessidade da busca de bases conceituais e de metodologias como forma de aproximar a experiência da reflexão sobre ela.

Tratava-se então de encontrar a questão central e buscar os alicerces que possibilitassem encontrar respostas, ainda que transitórias como a própria natureza do conhecimento, para as perguntas diárias. Empenhada nesta tarefa elaborei tantas perguntas quantas são as minhas inquietações, e emaranhada em todas elas, a centralidade da pesquisa me parecia quase inatingível.

Foi em busca de um fio condutor que cheguei até o Mauro Jangadeiro, que conheci no final dos anos 90 por ocasião de uma visita à comunidade litorânea da Prainha do Canto Verde no município de Beberibe (CE), realizada para o acompanhamento de um projeto de uma organização não governamental, realizado na Escola Bom Jesus dos Navegantes e parte integrante de um processo que a comunidade desenvolvia em busca de melhorar a sua qualidade de vida.

O relatório de visita conta da intensidade da luz, do sol refletido nas dunas, da ausência de sombra e de árvores que montam a paisagem na qual a proposta se insere. Além da beleza do local, bastante preservado em decorrência do nível de organização comunitária, impressionava as reflexões da comunidade sobre sua própria cultura. Os projetos eram vários: recifes artificiais, uma máquina de gelo movida por cata-vento, bombas d'água e outros inventos que buscavam a preservação do meio ambiente e a sobrevivência da comunidade.

Um dos jangadeiros, Mauro, era o inventor da comunidade. Responsável pelas máquinas a cata-vento construiu, inclusive, um liquidificador para a creche neste sistema criado por ele. Profundo conhecedor da matemática e da física (conhecimentos utilizados para o aperfeiçoamento das jangadas) possuía um amplo repertório sobre a história do Ceará (sobretudo o episódio ligado à abolição da escravatura e o Dragão do Mar), e não era alfabetizado. Sentado na varanda, percorrendo histórias, questionava a necessidade dos conhecimentos que as crianças aprendem na escola para o aprendizado do manejo da jangada. Ressaltava a importância da experiência prática para este conhecimento, considerado por todos como o principal meio de sobrevivência da comunidade. Não houve maneira de convencê-lo que a escola pode ser lugar de socialização do saber. Este mesmo, sobre o qual ele sabe tanto.

Foi assim que o fio condutor deste trabalho chegou inscrito na vela da jangada do Mauro. Qual é o conhecimento que vem sendo gerado a partir da prática? Qual é o lugar do conhecimento na transformação social? Que sentidos estão sendo dados pelos atores sociais a essa produção? Nas palavras de Paulo Freire, como anda a relação teoria e prática neste campo?

Partindo destas indagações iniciais, o presente trabalho está estruturado em seis itens, incluindo (1) a Introdução que pretende apresentar e contextualizar o tema, bem como delimitar os sujeitos da reflexão. No item 2 (Metodologia) sintetizamos os nossos pressupostos e procedimentos metodológicos. Os itens 3 (Conhecimento e Prática) e 4 (Sistematização de Experiências) trazem referências conceituais e teóricas para os conceitos de conhecimento e de sistematização de experiências. No item 5 (A Palavra da Prática) estão organizados os resultados da pesquisa feita. Finalmente no item 6 (Conclusão) procuramos estabelecer as relações entre as perguntas feitas.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem, assim, como campo de investigação a enorme questão da produção do conhecimento a partir da prática social. Evidentemente, procuramos definir os seus contornos para que o trabalho se viabilizasse, encontrados a partir de dois eixos principais: a contribuição da sistematização de experiências, compreendida como um procedimento metodológico entre outros (investigação, avaliação, etc.), e a delimitação das ONGs – Organizações Não Governamentais como sujeitos da pesquisa - entre os diferentes atores que fazem parte das chamadas organizações sem fins lucrativos no Brasil.

Procuramos, portanto, considerar a prática concreta de ONGs e seus profissionais e a partir dela verificar: (1) os sentidos que vêm sendo atribuídos ao conhecimento gerado à partir da prática social; (2) o lugar da sistematização de experiências na produção do conhecimento. Em outras palavras, buscamos compreender se os saberes gerados no plano das organizações e dos indivíduos nelas inseridos têm transitado em direção ao conhecimento organizado e socializável, e observar o papel da sistematização neste percurso. Vale notar, sem a pretensão de analisar o mérito ou os efeitos da socialização do conhecimento produzido, mas sim verificar os seus pressupostos, ou seja, os sentidos que vêm sendo atribuídos, por aqueles que se dedicam a contribuir para a transformação social, aos caminhos que levam da aprendizagem advinda da prática à sistematização das experiências e à geração de metodologias e de conhecimento.

Intrínseca a essa opção está a crença de que - em que pese o conjunto de questões em pauta entre aqueles que se colocam em campo na área social, entre elas a diversidade de ações e intenções das organizações da sociedade civil - os profissionais que estão em campo com a tarefa de desenvolver projetos de intervenção social vêm acumulando experiência e conhecimento. Soma-se a isso o fato de que, no Brasil, não encontramos com muita facilidade pesquisas e trabalhos específicos sobre a questão da sistematização de experiências, ao menos se compararmos com as ênfases dadas na América Latina em geral. A

própria existência do Programa Latino Americano de Apoio à Sistematização¹ é um indicador desta constatação.

Partimos da consideração ao fato de que o levantamento de procedimentos que propiciam o aprender da própria prática, e a formulação de elementos conceituais que a expressam, geram conhecimento social. Conhecimento esse capaz de reafirmar o *protagonismo* dos seus atores, re-significar a prática a partir de uma mudança na cultura do fazer, e, ao mesmo tempo, criar as condições para potencializar os seus efeitos. Justificou-se assim o desejo de trilhar esses caminhos.

1.1. O Cenário

...uma transformação profunda nos modos de conhecer deveria estar relacionada, de uma maneira ou doutra, com uma transformação igualmente profunda nos modos de organizar a sociedade (SANTOS, 2001:9).

As questões que norteiam este estudo inserem-se em um cenário de mudanças e redefinições de papéis dos atores sociais, impulsionadas por uma transformação importante nos modos de organizar a sociedade. Trata-se de uma conjuntura em movimento, sobre o que existe relativo consenso, marcada pelo esgotamento de antigas formas, convivendo com fatos como a catástrofe ecológica, o acirramento da pobreza, a aceleração de crises sociais, entre outros acontecimentos. Frente a evidente, e reconhecida, crescente complexidade dos problemas sociais e as questões que dela decorrem, novas lógicas vão sendo tecidas e papéis redefinidos, especialmente do Estado, das empresas e das organizações da sociedade civil. Podemos considerar, como Boaventura Souza Santos (2001) pelo inverso, que a esta transformação, deve corresponder

¹ Lista eletrônica de discussão sobre sistematização de experiências do Programa Latino Americano de Apoio à Sistematização do CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina. Esta lista pretende intercomunicar o tema da sistematização, organizar redes eletrônicas sobre temas específicos e criar uma base de informação sobre o tema. Disponível em <http://www.alforja.or.cr/sistem/>. Acesso em 04.nov.2006.

também uma transformação nos modos de conhecer e de praticar intervenções sociais.

Embora não nos detendo nas diferentes, e muitas vezes divergentes, análises a propósito das razões e sentidos dessas mudanças, podemos destacar algumas ênfases que têm sido dadas conforme o modelo teórico adotado:

- Destaca-se nas reflexões sobre as alterações no papel do Estado a redução da sua capacidade de articulação social. Nas palavras de Ladislau Dowbor (2002:18): “o Estado perdeu, com a globalização, boa parte da sua capacidade de articulação social (...) gera-se um desajuste entre a dimensão dos problemas e os instrumentos de intervenção”. Além disso, nota-se a transferência de grande parte da questão social para as organizações da sociedade civil:

A ação dos Estados nacionais se debilita, perde a capacidade de atuar como indutor do desenvolvimento, os comandos políticos ultrapassam as fronteiras nacionais. Neste cenário, a questão social é transferida para os governos locais e para as instituições da sociedade civil (BAVA, 2000:45).

- Analisa-se o papel das empresas a partir dos anos 90, nas suas interfaces com a prática social, tendo como base reflexões sobre a abertura da economia na década de 90, a inserção das empresas nacionais em um novo ambiente competitivo, o aumento do fluxo de capital estrangeiro para o país e a estabilização da moeda. Esses fatores são considerados geradores de uma nova racionalidade econômica, e significam descompassos entre estruturas econômicas “relativamente avançadas” combinadas com “políticas sociais e sistemas políticos profundamente atrasados” (DOWBOR, 2002:15).

Entre as decorrências dessas alterações, independentemente das diferenças na valoração do fenômeno, temos explicações para o surgimento das ações sociais das empresas. Por um lado, as áreas empresariais passam a entender que não se trata de “simples cosmética social” (Idem:32), mas, sobretudo da criação das condições indispensáveis para a própria produtividade empresarial. Segundo outra ótica, isso contribui para o surgimento e fortalecimento de um “terceiro setor” convicto de sua capacidade de redimensionamento tanto do Estado quanto do Mercado, como vemos abaixo.

A crescente mobilização de recursos privados para fins públicos representa uma ruptura profunda com a tradicional dicotomia entre público e privado, no qual o público era sinônimo de estatal e o privado de lucrativo. A participação dos cidadãos e o investimento das empresas em ações sociais configuram o surgimento de uma inédita esfera pública não estatal e de um terceiro setor - não lucrativo e não governamental, cujo fortalecimento contribui para redimensionar tanto o Estado quanto o Mercado (CARDOSO, 2004).

Também segundo Rosa Maria Fischer o crescimento da preocupação com as questões sociais por parte das empresas está “vinculado, em parte, à importância que questões relacionadas à marca e imagem passaram a ter no mercado competitivo”. Essa importância faz surgir o conceito de “responsabilidade social empresarial” ou “investimento social privado” e paralelamente “as organizações de terceiro setor vêm conquistando mais espaço e assumindo atividades antes exclusivas das organizações governamentais, especialmente frente à carência de políticas públicas em diversas áreas” (FISCHER, 2003).

Partindo de uma análise mais crítica Silvio Caccia Bava (2000) lembra a necessidade de reflexão sobre a idéia da “trissetorialidade” aí embutida, fundamentando as proposições da responsabilidade social empresarial.

Um de seus principais axiomas é a separação estanque entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. E a responsabilização da sociedade civil pela questão social. Ao classificar a sociedade nestes três setores estanques, esta teoria suprime o espaço da política, da discussão da pólis, das relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. Suprime a possibilidade da invenção democrática, de um novo pacto de regulação social (BAVA, 2000:46-47).

De todo modo, observa-se o aumento da participação das empresas nas ações sociais nos anos 90, pela via da criação de fundações e institutos, aliado a novas reflexões sobre os seus papéis.

- Constata-se ainda a multiplicação das organizações sem fins lucrativos, bem como alterações nos seus papéis, especialmente a partir dos anos 90.

Nos anos 80 e 90, as organizações da sociedade se multiplicaram, havendo um “boom” de associações civis, aliando o momento político brasileiro de redemocratização e incentivo à cidadania à emergência

dessas organizações, em várias partes do mundo (SCHOMMER, 2000:145).

Em linhas gerais são percebidas mudanças significativas nos modos de organizar, inter-relacionar e praticar intervenções sociais. A gravidade dos indicadores sociais e os aceleramentos provocados pela tecnologia, a ampliação e aprofundamento das necessidades e carências das populações em situação de exclusão contrapostos à impossibilidade de atendimento vindo, exclusivamente, dos órgãos governamentais ou das organizações da sociedade civil, impulsionam alterações nas formas de atuação social.

Vale notar que, embora para alguns o entendimento estratégico entre os atores sociais é condição para a reversão deste quadro ou a única estratégia para o desenvolvimento social sustentado, para outros revela a importância de renegociação de um pacto social, definidor de novos papéis para todos os atores sociais, como exemplificam os trechos abaixo:

Uma ampla mobilização nacional voltada para a reversão da miséria e a inclusão social exige uma solução política: um entendimento estratégico entre parcela significativa dos principais atores das 'esferas' do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil sobre a importância que deve ser dada à questão social e sobre as prioridades e medidas capazes de traduzir em ação concreta tal focalização (CARDOSO, 2002: 11).

A proposta de colaboração entre as organizações da sociedade civil e as organizações do mercado não é nova. Há cerca de uma década, entretanto, emergiu como uma das mais fortes estratégias para o desenvolvimento social sustentado (FISCHER, 2002:29).

O que está em pauta é exatamente a renegociação do pacto social que definirá os papéis a serem desempenhados nos próximos anos (SCHOMMER, FISCHER, 2001:87).

Paralelamente, observa-se um aumento significativo da demanda por reflexões acerca da prática social nos últimos anos. Sem pretender realizar um levantamento específico sobre esta afirmação, ou aprofundar as concepções subjacentes, mas apenas construir o pano de fundo sobre o qual está instalada a questão da produção de conhecimento na área social, e nela a especificidade da sistematização de experiências, podemos tomar como exemplos os inúmeros

“termos de referência” de governos, agências de cooperação internacional, organismos multilaterais, fundações empresariais e institutos de pesquisa, encontrados nos últimos anos, buscando serviços técnicos para essa reflexão. Além disso, referências à idéia da construção de metodologias, “modelos”, instrumentos e saberes podem ser facilmente encontrados em documentos institucionais, *sites* e missões de organizações variadas.

Neste cenário vale destacar o *Seminário Internacional de Avaliação, Sistematização e Disseminação de Projetos Sociais* realizado em 2002 pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente que abre o diálogo com experiências da América Latina. Esse encontro marca a necessidade de reflexão sobre as concepções e metodologias intrincadas nessa prática, considerando justamente que as fronteiras e as articulações entre as esferas pública e privada, os diferentes papéis na proposição e implementação de políticas sociais, a necessidade de ampliação do impacto e dos efeitos dos investimentos sociais, entre outras questões, impulsionam a construção de novos sentidos para a prática social.

Ampliam-se as publicações elaboradas por organizações, incluindo ONGs, com o propósito de organizar e sistematizar suas experiências, o que, ao menos na perspectiva dos executores de ações sociais é impulsionado por fatores diversos, entre eles:

- Uma impressão genérica de que a maioria dos projetos sociais é fragmentada e não gera impactos significativos na vida das pessoas.
- Agentes financiadores passam a exigir, com grande ênfase, o acompanhamento e monitoramento da execução e dos resultados alcançados.
- As influências das idéias do investimento social privado e os princípios de eficiência, resultados, competitividade e marketing.
- Percepção dos indivíduos atores das práticas da ausência de procedimentos que possibilitem, durante a execução de um projeto social, a sistematização do conhecimento de maneira a romper com o empirismo e ativismo que tradicionalmente tem caracterizado a prática social.

- Interesse em aumentar o impacto social destas ações, buscando mecanismos capazes de levar “uma boa idéia” a uma influência efetiva na elaboração, implementação e execução de políticas sociais mais amplas.

Sobre este último aspecto é importante ressaltar que diz respeito a um debate sobre os propósitos da sistematização das aprendizagens e experiências, que giram em torno das idéias de multiplicação, replicação, disseminação, escala, reedição e influência em políticas públicas e que passam a permear aleatoriamente o discurso das organizações deste campo. De fato, esse discurso está presente em grande parte dos critérios para seleção e apoio de projetos originários de ONGs, sem que tenham sido resolvidas questões essenciais como: o que de fato leva uma experiência singular a influenciar políticas públicas? Além disso, as diferentes expressões (multiplicação, disseminação, etc), mais do que simples semântica, pressupõem compreensões diversas embutidas nas práticas sociais das organizações e de seus representantes.

Sinteticamente podemos dizer que, implícita às idéias de “multiplicação” e de “replicação” de experiências e de ações está a compreensão de que uma “ação exemplar”, “bem sucedida”, “a boa prática”, pode se constituir em um modelo a ser aplicado de maneira progressiva em outros lugares seja de maneira organizada (como são os projetos que trazem originalmente as estratégias para a multiplicação), ou desorganizada (pela via do plantio da semente que será levada ao sabor do vento) como são as declarações de disseminação. Em geral são compreendidas como ações de voltar a aplicar e de repetir um número várias vezes, crescendo em número de iguais, sem levar em consideração que nenhuma ação de intervenção na realidade social, ainda que bem sucedida, é reprodutível, por tratar com realidades culturais e políticas diversas, e com indivíduos, grupos e instituições com histórias, interesses e desejos singulares.

A mesma idéia pode ser percebida na proposta da “franquia social”, compreendida como “a clonagem de um mesmo conceito operacional em diversos mercados” (CHERTO, 2002:95). Com forte influência do setor empresarial, pressupõe que, em cada localidade, esse “conceito operacional clonado” é instalado, operado e gerido por uma organização social, uma pessoa, um grupo, para o que deve ser observado um mínimo de regras ou normativas preestabelecidas pelo franqueador. Segundo Marcelo Cherto “o franchising é uma

forma extremamente efetiva de se criar uma rede de negócios ou de programas sociais” (Idem:99).

Já a idéia de “escala” inclui reflexões sobre o próprio papel das organizações sem fins lucrativos em relação ao papel do Estado. Segundo o autor abaixo:

Nos últimos cinqüenta anos acreditamos que apenas o Estado poderia pensar em escala nos nossos países. Iniciamos nosso trabalho há pelo menos vinte anos, em pequenas organizações de base, tentando resolver alguma questão pequena, específica e localizada. E isso fez com que a nossa abordagem social também fosse pequena, específica e localizada” (CROCE, 2002:84).

O conceito de “reedição” conforme proposto por Bernardo Toro (1997), por sua vez, procura suavizar essas proposições considerando a diversidade social e cultural. Nessa proposta, aquele que desenvolve uma ação referencial, denominado produtor social, permite a edição desta ação (o editor social) e cria as bases para a reedição social, compreendida como a ação de recriar os principais elementos sistematizados e produzir uma nova prática social. Por essa via, segundo ele, podemos criar processos mais próximos da própria dinâmica social, nos quais, a nova prática social também pode ser, por sua vez, editada e reeditada conforme a interpretação, adequação e necessidade de ampliação para cada público. Nessa idéia, os resultados não são medidos pela fidelidade ao modelo original, mas pelo seu enriquecimento, capaz de transformar e ampliar significados no novo contexto social e cultural, recriando práticas, metodologias, conteúdos e ampliando os impactos sociais.

Nas proposições mais focadas na influência em políticas públicas, ainda que partam do pressuposto que cabe ao poder público a universalização dos direitos e políticas, permanecem obscuros os caminhos capazes de levar uma experiência, desenvolvida em micro escala, até a elaboração e implementação de políticas sociais mais amplas.

Independentemente da origem e concepções subjacentes a essas idéias ligadas ao fazer social, está pressuposto que, seja para ser multiplicada, disseminada, franqueada, reeditada ou servir de referência para elaboradores de políticas públicas, uma experiência de intervenção social precisa, primeiramente,

ser avaliada e sistematizada, convertida em um conjunto de saberes, normas, métodos, modelos (a depender da compreensão de conhecimento adotada) para com isso ampliar o seu impacto social. É importante lembrar que, nesta discussão, encontramos mais facilmente reflexões, declarações e publicações brasileiras de organizações originárias do mundo empresarial e do governo e, em menor frequência, das organizações não governamentais, embora a idéia da sistematização de experiências venha ganhando espaço nas suas práticas, seja por exigência do financiador, seja por tradição.

De modo que, se não estritamente relacionada, a proposta da sistematização de experiências instala-se em um cenário de mudanças dos papéis dos atores sociais, movidas pela dinâmica da sociedade com seus interesses e proposições diversos. Entre essas mudanças está a consideração ao fato de que, seja em busca da “rentabilização” do investimento, ou das aprendizagens que qualificam e que inspiram, ou ainda da universalização dos direitos, a reflexão sobre o conhecimento advindo da prática social, no mínimo, está na agenda.

1.2. As organizações não governamentais - ONGs

Entre o universo heterogêneo de práticas sociais desenvolvidas pelas organizações sem fins lucrativos que atuam no Brasil optou-se por circunscrever como sujeitos desta reflexão as ONGs – Organizações Não Governamentais. Vale lembrar que pesquisa realizada pelo IBGE e pelo Ipea, com o apoio do Gife – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – e da Abong - Associação Brasileira de ONGs², chegou ao número de 276 mil associações, fundações e organizações religiosas atuando no Brasil. Embora a pesquisa esteja sujeita a alguns questionamentos, entre eles a não incorporação das cooperativas, dos movimentos sociais não formalmente constituídos, ou a inclusão de instituições sem fins lucrativos mas que atuam na lógica do mercado, demonstra mais uma vez a necessidade de compreender que a delimitação das ONGs neste conjunto

² "As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002" dezembro 2004

requer distinguir o lugar historicamente ocupado por elas na prática social brasileira.

De acordo com a Abong – Associação Brasileira de ONGs³, a expressão não se aplica do ponto de vista jurídico, isto é, toda ONG é uma organização privada não lucrativa, mas nem toda organização privada não lucrativa é uma ONG, já que objetivos e atuações são distintos. Entretanto, na década de 90, com o crescimento do número das organizações, o termo acabou sendo apropriado por iniciativas de naturezas diversas. No Brasil, a expressão é habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiram, em grande parte, nas décadas de 70 e 80, apoiando movimentos sociais, organizações populares e de base comunitária, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social.

As primeiras ONGs nasceram em sintonia com as finalidades e dinâmicas dos movimentos sociais, pela atuação política de proteção aos direitos sociais e fortalecimento da sociedade civil, com ênfase nos trabalhos de educação popular e na atuação na elaboração e monitoramento de políticas públicas (ABONG).⁴

As ONGs são portanto organizações que proliferaram no Brasil nas três últimas décadas e que têm como campo de atividade os mais diversos temas na área social. Para exemplificar, entre as atuais 270 associadas da Abong, encontramos as seguintes áreas temáticas: agricultura, arte e cultura, assistência social, comunicação, desenvolvimento da economia regional, discriminação racial, DST/AIDS, educação, fortalecimento institucional, justiça e promoção de direitos, meio ambiente, orçamento público, participação popular, questões agrárias e urbanas, gênero e discriminação racial, saúde, segurança pública, trabalho e renda.

Como já suficientemente debatido, definir as ONGs não é uma tarefa muito fácil, sobretudo porque a construção de sua identidade está em permanente

³ A ABONG foi criada em 1991 como forma de representar coletivamente as ONGs junto ao Estado e aos demais atores da sociedade civil. <http://www.abong.org.br>

⁴ Disponível em <<http://www.abong.org.br>> Acesso em 8 dez. 2005.

movimento, submetida às transformações do próprio contexto econômico e cultural, com interferências diretas nas formas de organização e de ação dos movimentos sociais. Para Leilah Landin (2002) uma forma possível de construir uma definição é retomar a história dessas organizações que se colocaram, em meados dos anos 70, como atores em um determinado lugar no campo político da sociedade brasileira.

Mais do que algo como “essência ONG” (por exemplo, uma mesma organização pode identificar-se como “movimento”, em um contexto, e como “ONG” em outro), trata-se aqui de organizações que criam identidade e são identificadas como tal, através do tempo e em diferentes situações, em relação com outras organizações das quais se distinguem, se diferenciam, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos em que estão envolvidas (LANDIN, 2002: 22).

Segundo a autora, as ONGs criam sua identidade de maneira “situacional” ou relacional - a partir da distinção/semelhança, dependência/autonomia, conflito/complementariedade – face aos movimentos sociais, partidos políticos, Estado e demais organizações sem fins lucrativos existentes. Recuperando a história das organizações da sociedade civil no Brasil, lembra que, até o final do séc. XIX a sociedade civil confunde-se com o espaço da igreja e do patronato, situação que começa a mudar a partir da década de 30, frente à ampliação da prestação de serviços por parte do Estado, especialmente nas áreas da saúde e educação. Esta prestação de serviços, calcada em uma dinâmica centralizadora e autoritária, característica da década, implicou no fato que o atendimento à população à margem das políticas corporativas tenha ficado sob responsabilidade das organizações sem fins lucrativos. É, para ela, uma história bastante centrada no Estado, seja pela via do cooperativismo, do clientelismo e da transferência de fundos públicos ou pelo conflito com o Estado autoritário. Com o fim do pacto populista, são criadas as condições para que outras organizações surjam, como as atuais ONGs surgidas em anos de regime militar, que, se por um lado representam uma certa “continuidade” do papel das organizações sem fins lucrativos que já atuavam (e atuam) nas questões sociais, por outro buscam construir uma nova identidade.

Acrescenta Leilah Landin (2002), que a identidade comum entre as ONGs, pela via relacional, consiste no estabelecimento de três tipos de relações: com as bases, entre si e com agências de cooperação internacional, diferenciando-se primeiramente das entidades representativas, e depois da abertura política, do Estado.

A partir dos anos 90 as ONGs vivem um novo questionamento sobre a sua identidade, uma vez que o termo passa a ser usado indiscriminadamente para toda organização privada voltada para a área social: entidades assistenciais prestadoras de serviços, filantropia empresarial ou investimento social privado. A este respeito Sergio Haddad (2000) lembra que, ao ganharem grande visibilidade na população e na mídia em geral, as ONGs submetem-se a uma grande diversidade de olhares que nem sempre correspondem às suas ações ou capacidades efetivas. Segundo ele:

Para alguns são motores de transformação social, uma nova forma de fazer política. Para outros, um campo propício às ações do neoliberalismo, que busca repassar suas responsabilidades sociais para o campo da sociedade civil. Dois extremos de posições entre um conjunto de outras que, sem dúvida alguma, pode corresponder, qualquer uma delas, à realidade de uma ou outra ONG, dentro do seu universo total (HADDAD, 2000:1).

O debate torna-se mais intenso em 2000 quando da proliferação da idéia de “terceiro setor” como um conjunto de organizações que não tem fins lucrativos e não são Estado, já que tende a atribuir uma natureza homogênea a um conjunto diverso, diversidade que representa os conflitos e contradições existentes na própria sociedade. Assim, acirra-se a polêmica da construção da identidade das ONGs, especialmente quanto à necessidade de diferenciação em relação à ação social das empresas.

Para Chico de Oliveira (2002) as ONGs que nasceram no período da ditadura militar, como organizações nem empresariais e nem estatais, entram nesse debate tentando reafirmar a história de sua identidade democrática e a luta pela cidadania pela via da reafirmação da diferença. Considera que isso se deve ao crescente reducionismo característico da época da globalização, aliado às recorrentes cobranças dos fundos internacionais cobrando realismo e viabilidade,

embora afirme que não é de busca de identidade que as ONGs precisam, mas de heterogeneidade e diversidade de vozes e perspectivas.

Elas lidam agora não com a complexidade, mas com o reducionismo, porque parece, contraditoriamente, que toda a sua capacidade de inovação foi absorvida tão intensamente pela sociedade, uma espécie de vitória de Pirro, que já não cabe a atividade antes radical, inovadora e crítica (OLIVEIRA, 2002:55).

É neste contexto de reafirmação e busca de identidade que procuramos, neste trabalho, investigar a perspectiva das ONGs em relação à produção de conhecimento a partir da prática, especialmente sob a perspectiva da sistematização de experiências e saberes advindos da sua atuação concreta no campo social. Soma-se a isso o fato de que encontramos poucos estudos nessa direção, o que nos faz pressupor a influência de razões que, embora de naturezas diferentes, são vivenciadas pelas ONGs em suas atividades cotidianas: as dificuldades para a obtenção de recursos para a atividade intelectual, a valorização histórica do “ativismo” em detrimento da produção teórica, e a maneira pela qual se estabeleceram as relações destas organizações com as universidades e centros de pesquisa, entre outras.

Em síntese, vivemos o desafio de encontrar novos papéis, novas formas de relacionamento e novos meios de compreender e transformar o mundo. É derivando desse desafio que nos perguntamos sobre os saberes provenientes dos indivíduos e das organizações que fazem parte das ONGs, com seus projetos e programas, suas iniciativas diversas em temáticas, em abrangência e em concepções de projetos a serem considerados efetivos para promover a justiça social. Acreditamos que os saberes e conhecimentos, que derivam dessas práticas, são potencialmente capazes de gerar reflexões importantes para este debate. Além disso, que a sistematização dessas experiências é fundamental para a continuidade do papel crítico e inovador, historicamente atribuído às ONGs.

2. METODOLOGIA

Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras – temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente – também é preciso que compreendamos as suas motivações (VIGOTSKY, 2003:188)

Na busca de fornecer alguns parâmetros que contribuam para o aprofundamento da reflexão e da prática no tema definido, esse trabalho configura-se como um estudo exploratório, de abordagem qualitativa. Seu caráter exploratório justifica-se, conforme já sinalizado, por tratar de um tema sobre o qual não encontramos muitas reflexões organizadas, ou uma bibliografia específica que faça referência à prática social brasileira. Entretanto, procura dialogar com alguns conceitos, priorizados a partir de uma breve revisão bibliográfica, acerca do conhecimento nas suas relações com a prática social, e da sistematização de experiências.

A abordagem qualitativa, por sua vez, além de sinérgica à perspectiva da qual partimos, mantém coerência com a nossa temática. De fato, o ponto de vista dos sujeitos, bem como a interpretação dos fatos segundo as diferentes relações que se estabelecem no fazer cotidiano, são também algumas das premissas da sistematização de experiências.

Aqui pretendemos explicitar os pressupostos dos quais partimos e os procedimentos metodológicos utilizados. Nosso objetivo é o de contribuir para a abertura de caminhos que levem ao aprofundamento da investigação e, sobretudo, da prática neste tema.

2.1. Pressupostos metodológicos

Toda construção metodológica insere-se, evidentemente, em uma determinada concepção de mundo, sem o que permanece desprovida de sentido. Isso pretende dizer que partimos de uma perspectiva que busca privilegiar as relações entre a objetividade e a subjetividade, colocada pela dialética, e a

historicidade dos fatos, pelo materialismo, tratando-se assim mais da procura por tendências, processos e movimentos, do que por verdades e modelos homogêneos - sobre o que nos deteremos no capítulo seguinte.

Consideramos ainda que o método, como caminho traçado para alcançar novos patamares, é igualmente provisório. À medida que se realiza, sugere a construção de outros que possibilitem o trilhar sobre os novos patamares alcançados. Daí a sua dimensão de aprendizagem, com a qual nos identificamos.

Neste caso, em se tratando da busca exploratória de sentidos atribuídos por determinados sujeitos ao nosso tema, nos apoiamos nas contribuições de Vigotsky (2003), particularmente quanto aos conceitos de sentido e de significado, que, resumidos por Marta Kohl de Oliveira, quer dizer:

Vygotsky distingue dois componentes do significado da palavra: o significado propriamente dito e o sentido. O significado propriamente dito refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam. O sentido, por sua vez, refere-se ao significado da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto do uso da palavra e às vivências afetivas do indivíduo (OLIVEIRA, 1996:50).

Considerando essa perspectiva, o mundo das significações é socialmente construído, enquanto os sentidos, uma vez que não são externos ao sujeitos, conectam-se aos momentos de vida e à maneira que afetam cada um deles. Pretendemos, portanto, considerar sentidos e significados como expressão de sujeitos individuais e / ou coletivos, em busca de um conhecimento que, mais do que confirme, revele possibilidades, a propósito das questões que orientam este trabalho.

Para tanto serão priorizados “núcleos de significação”, tal como definidos por Wanda Junqueira Aguiar (2001): temas, conteúdos, questões centrais, menos pela frequência e mais pelo envolvimento e escolha dos sujeitos, que, uma vez iluminados pelos critérios definidos pelos objetivos da pesquisa, devem apontar para tendências relativas à prática e à reflexão sobre o conhecimento e a sistematização de experiências em algumas ONGs, e apreender a forma como sujeitos específicos configuram o tema.

Para a realização do trabalho nos baseamos nas orientações da análise do discurso, tal com definida por Antonio Chizzotti:

A análise do discurso constitui-se como um tipo de análise que ultrapassa os aspectos meramente formais da lingüística, para privilegiar a função e o processo da língua no contexto interativo e social em que é prolatada, considerando a linguagem, em última análise, como uma prática social (GHIZZOTTI: 2006, 113).

Entre a diversidade de tendências encontradas na análise do discurso, e apontadas pelo mesmo autor, optamos por considerar as orientações que concebem o discurso, mais do que como uma estrutura ordenada de palavras, como expressão de um sujeito no mundo, situadas em um contexto sócio-histórico e não desprovidas de ideologias e de relações de poder.

Importa, nesse sentido, o processo, o ato da fala, o sentido elaborado no momento da produção do discurso, com todas as injunções subjetivas – desejos, instintos -, determinações sociais - ideologias, contradições -, incoerências, repetições, omissões (Idem, 121).

2.2. Os procedimentos metodológicos

2.2.1. As perguntas e os conteúdos

A reflexão inicial sobre o tema da produção do conhecimento a partir da prática social, e nele, o papel da sistematização de experiências, nos levou a um conjunto de questões, já enunciadas até aqui, cujos desdobramentos compuseram algo como uma “árvore de perguntas” com ordens diferentes de grandeza e dimensão. Qual o lugar do conhecimento na transformação social? Quais as relações entre conhecimento e prática? Quais são as características do conhecimento gerado na prática e os procedimentos adotados? A partir deste conjunto de indagações e da delimitação dos sujeitos, definimos as perguntas específicas, orientadoras deste trabalho, esperando que contribuam para refletir as mais amplias, a saber:

- (1) Quais os sentidos e significados atribuídos pelas ONGs e pelos seus sujeitos ao conhecimento produzido à partir da prática social?

(2) Qual é, na ótica das ONGs e seus sujeitos, o lugar da sistematização de experiências e quais as suas relações com a produção do conhecimento? Como vem sendo concebida e praticada?

De maneira a orientar a construção dos discursos em torno do objeto de pesquisa, as duas perguntas centrais foram desmembradas em alguns conteúdos específicos, nossos “núcleos de significação”, por assim dizer, que podem ser resumidos em: o contexto (as ONGs e os sujeitos); a inserção do tema na ONG; as concepções envolvidas; o projeto de sistematização (objeto, sujeito, objetivos, metodologia e resultados); as aprendizagens e recomendações. Em torno destes foram construídas as perguntas a serem colocados aos sujeitos da pesquisa.

2.2.2. A definição dos sujeitos

A escolha das organizações não pretendeu definir uma amostra representativa, quantitativa ou qualitativa, em um universo tão amplo e diverso de ONGs existentes, mas explorar algumas experiências de organizações que tratam desse tema. Foram assim identificadas três organizações a partir dos critérios:

- Serem identificadas como Organizações Não Governamentais e filiadas à Associação Brasileira de ONGs.
- Desenvolverem trabalhos com área de abrangência nacional.
- Possuírem mais de 10 anos de atuação e serem reconhecidas nas suas áreas de trabalho.
- Contarem com uma produção impressa resultante de suas práticas.
- Apresentarem as expressões “sistematização” e “produção de conhecimento” nas suas declarações de missão, propósitos e estratégias.
- Incluírem entre os seus objetivos o de criar referências para políticas públicas.

Vale notar que as três organizações selecionadas, embora pertençam ao mesmo campo social, e tenham em comum a preocupação com a produção do conhecimento, são distintas quanto aos seus propósitos e formas de atuação. Nesse sentido, não podem ser tomadas como um conjunto composto por iguais,

mas como expressões possíveis em um universo heterogêneo. Buscamos com isso, ampliar os sentidos, mais do que reduzi-los.

Em cada organização foram identificados dois profissionais: o responsável pela organização e o responsável pela prática da sistematização. A escolha desses sujeitos justificou-se pela idéia de que duas perspectivas (uma “institucional” e outra “prática”) poderiam, de maneira complementar, ampliar a possibilidade de análise.

2.2.3. A revisão bibliográfica

Nesta etapa buscamos levantar algumas premissas para o trato da questão do conhecimento, de maneira a subsidiar a construção de categorias essenciais para a análise. Paralelamente, verificamos na produção latino-americana as reflexões existentes acerca dos conteúdos relativos à sistematização de experiências, definidos pelas perguntas orientadoras, e que pudessem criar alguns elementos de comparação com os resultados. Pretendemos, dessa maneira, estabelecer o contexto teórico para o trabalho.

2.2.4. O levantamento e ordenamento do discurso

Foram realizadas entrevistas, não simultâneas, com dois profissionais de cada ONG, previamente identificados, com auxílio de um roteiro semi-estruturado a partir das duas perguntas orientadoras e seus conteúdos. Os resultados foram transcritos literalmente e, embora naturalmente interpenetrados, organizados conforme as perguntas e conteúdos definidos.

2.2.5. A análise dos resultados

Em cada conteúdo, e quando presentes, foram destacados os elementos em comum, as complementaridades, as ênfases e as tensões. Sempre que pertinente, apontamos acréscimos e ausências derivados da comparação entre os resultados e a revisão bibliográfica. Finalmente, procuramos estabelecer as correspondências possíveis com as categorias de análise, destacadas como

premissas ou elementos constitutivos da produção de conhecimento a partir da prática.

Consideramos com isto que, embora os resultados sejam pertinentes a um conjunto não representativo de ONGs, portanto, não generalizáveis, podem revelar a multiplicidade de elementos presentes, em uma temática tão pouco explorada no Brasil, bem como sugerir caminhos de reflexão e aprofundamento, partindo das aprendizagens, avanços e dificuldades originadas na própria prática.

Finalmente dizer que, ainda que nosso objeto de estudo trate de processos de produção de conhecimento, e nossos entrevistados sejam sujeitos de práticas sociais, não pretendemos aqui realizar a sistematização de suas experiências relativas ao tema, mas sim a reflexão sobre elas sob uma outra ótica. As linhas e limites que separam uma coisa da outra, que distinguem a reflexão acadêmica da sistematização de experiências, deverão, se tivermos êxito, falarem por si.

3 - CONHECIMENTO E PRÁTICA

Poesia, s.f. Designa também a armação de objetos lúdicos com emprego de palavras imagens, cores, sons etc. geralmente feitos por crianças, pessoas esquisitas, loucos e bêbados. Manoel de Barros, 1991

...uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Paulo Freire, 1996.

Uma vez que pretendemos relacionar conhecimento com prática social, parece-nos importante partir de algumas referências sobre esses conceitos, evidentemente sem a intenção aqui de mergulhar na problemática filosófica do conhecimento humano e da ação prática. A busca por marcos conceituais que forneçam o lastro necessário para subsidiar a reflexão delimita-se a partir do nosso fio norteador, que trata de buscar as relações entre os conceitos e as representações, das ONGs entrevistadas, sobre a produção do conhecimento que têm permeado suas práticas.

Procuramos partir de algumas premissas consideradas essenciais para essa reflexão, a primeira delas é a que trata de constatar que definir conhecimento é tarefa das mais complexas, não por acaso seus caminhos tenham, desde o princípio, cruzado com as questões fundamentais da humanidade, entre elas, as suas relações com o amor *Eros*, a felicidade, a concepção de ser humano. A maneira de compreendê-lo muda tantas vezes quanto mudam as condições históricas, com seus interesses e concepções acerca da vida, relações com a natureza e sociedade em geral, ao menos se quisermos nos aproximar de um conceito de conhecimento – tal como proposto pelo materialismo dialético e histórico – que não pressupõe a existência de verdades absolutas e que procura não cindir em unidades dicotômicas o sujeito e objeto de conhecimento, a ciência e a natureza, a teoria e prática, buscando considerá-lo, por este caminho, como um processo de construção.

Tal como Manoel de Barros (1991) define poesia, priorizando os sujeitos, que segundo sua concepção a fazem, a primeira premissa diz respeito ao fato de que não é possível falar de “conhecimento”, mas de conhecimentos de várias

ordens, datados e contextualizados, e principalmente, construídos pelos homens conforme cada época e condições de produção da vida material. Importante ressaltar, como lembra Cortella (2002), o papel principal que tem assumido a ciência entre outras modalidades de conhecimento (estético, religioso, afetivo, etc.), em que pese o fato de que constitui uma modalidade recente na história da humanidade, além de que, vem sendo desigualmente distribuída.

Escreve Marilena Chauí que, entre os “os princípios gerais” do conhecimento verdadeiro estabelecidos pelos gregos (fontes/formas; conhecimento sensível/conhecimento intelectual; opinião/saber; aparência/essência; o papel da linguagem) está a distinção entre diferentes maneiras de conhecer, introduzida por Platão e Aristóteles, conforme a presença ou ausência do verdadeiro ou do falso. Essa distinção é feita a partir de ênfases diferentes quanto ao *logos* ou *práxis*. Enquanto o primeiro diferencia (e separa) o conhecimento sensível (crença e opinião) do conhecimento intelectual (raciocínio e intuição), considerando que o intelecto tem primazia em relação ao sensível, Aristóteles prioriza a experiência, e, partindo de seus “graus de conhecimento” (sensação, percepção, imaginação, memória, raciocínio e intuição) acredita que exista uma continuidade entre eles, organizados em três ramos distintos:

... **teorético** (referente aos seres que apenas podemos contemplar ou observar, sem agir sobre eles ou neles interferir), **prático** (referente às ações humanas: ética, política e economia) e **técnico** (referente à fabricação do trabalho humano, que pode interferir no curso da Natureza, criar instrumentos ou artefatos: medicina, artesanato, arquitetura, poesia, retórica, etc.) (CHAUI, 1996: 109).

Assim, desde muito cedo as distinções, distâncias ou semelhanças entre diferentes aspectos que compõem o conceito de conhecimento estão presentes, bem como a idéia de que cada modalidade pressupõe processos de construção de conhecimento diversos e sempre provisórios. Como o pintor que não pinta nem coisas nem pessoas, mas a relação entre elas, também o conhecimento não trata apenas de sujeitos ou de objetos, mas fundamentalmente da relação entre eles.

É com os filósofos modernos que essa questão torna-se crucial, resumida por Marilena Chauí (1996:114) como o exame da capacidade humana de conhecer pelo sujeito de conhecimento: “a teoria do conhecimento volta-se para a

relação entre o pensamento e as coisas, a consciência (interior) e a realidade (exterior), o entendimento e a realidade; em suma, o sujeito e o objeto de conhecimento”.

Se a primazia da fé, observada na época medieval com o cristianismo, retira a capacidade humana de conhecer, a não ser a partir de Deus, as filosofias clássicas empiristas e racionalistas, impulsionadas pela revolução científica do século XVI com Newton, Copérnico e Galileu, reafirmam, no domínio das ciências naturais, o fenômeno e a soberania da razão. Posicionando o sujeito como capaz de conhecer e dominar a natureza, e o conhecimento como objetivo, reafirma-se a dicotomia entre ambos, já que, embora igualmente importantes, são considerados independentes, como afirma o trecho abaixo:

O empirismo privilegia a realidade: é a partir dela que se obtém o conhecimento objetivo. Ou seja, é objetivo o conhecimento que mais se aproxima da descrição exata do objeto, o que é possível pela natureza das propriedades do próprio objeto, que podem ser apreendidas pelos órgãos dos sentidos. O racionalismo privilegia a razão; a própria objetividade é obtida a partir da razão e de seu conteúdo, mas em relação a um objeto exterior à razão, a uma realidade independente dela (GONÇALVES, 2002:115).

Encontra-se em Hegel – em contexto de revolução industrial e surgimento da burguesia, no “século das transformações” - as bases para a superação dessa dicotomia entre subjetividade e objetividade, opondo a noção dialética à metafísica, numa espécie de retomada de Sócrates e Aristóteles, unindo-os. Escreve ainda Maria da Graça Gonçalves:

Duas formulações de Hegel sintetizam a dialética hegeliana: “O ser e o nada são uma mesma coisa”; “O real é racional e o racional é real”. Essas duas formulações encerram a noção de SER em transformação e sua implicação para o entendimento da relação razão-realidade como unidade de contrários. (...) Ou seja, para a dialética, o ser está em transformação constante e ser implica necessariamente deixar de ser. Isso permite dizer que razão e realidade, enquanto contrários, se opõem, mas formando uma unidade (idem,120)

Se nas filosofias clássicas há dicotomia e nas tradições dialéticas há interação entre sujeito e objeto de conhecimento, é a perspectiva materialista de

Marx que, mantendo a existência objetiva do objeto e a importância do sujeito ativo, salienta a ação transformadora do sujeito da ação sobre o objeto, uma ação sempre social e histórica.

O envolvimento do materialismo dialético com a filosofia da ação pretende realizar o engajamento nas ações práticas, capazes de transformar o real e simultaneamente construir um conhecimento que “...ne s'égarera pas dans les nuages de l'illusion mais produira la connaissance du réel em ramenand chacun des domaines étudiés às ses conditions réelles de production” (SIMONS, 1978:34).⁵

Nessa mesma vertente, Álvaro Vieira Pinto nas suas reflexões sobre as relações entre conhecimento e cultura mostra que, se cultura é criação do homem, já que “resultante da complexidade crescente das operações de que esse animal se mostra no trato com a natureza material, e da luta a que se vê obrigado para manter-se em vida” (PINTO,1979:123), compreende idéias e teorias sobre a realidade e objetos e técnicas, ou seja, o acervo do conhecimento e de instrumentos que permitem a apropriação coletiva do mundo pelo homem. Assim, a produção da cultura e do conhecimento associa-se à produção da existência em geral. Foram, historicamente, apropriados por grupos minoritários, durante o processo de acumulação das riquezas, que é também acumulação de conhecimento. Idéias, saberes e ciência passam a pertencer a uma classe social privilegiada, enquanto a maioria apenas opera os produtos materiais da cultura. Ganha relevância nesta análise a divisão social do trabalho, geradora da separação teoria e prática e da divisão social do trabalho em manual e intelectual, uma vez que “explica porque desde eras remotas se introduziu o divórcio entre a origem material do conhecimento e sua formulação teórica, divórcio que condicionará toda a história da ciência até nossos dias” (idem,132).

Não sendo, na dialética do conhecimento, a verdade e a realidade estáticas, mas construídas historicamente pelos homens, sujeitos de necessidades, criadores e re-criadores da vida, temos que a humanidade cria-se a si mesmo e à realidade objetiva pela via das contradições. A partir daí, para

⁵ ...não se perderá em nuvens de ilusão mas produzirá o conhecimento do real, trazendo cada um dos campos estudados às suas condições reais de produção. Tradução da autora.

Álvaro Vieira Pinto, caminhamos para uma época onde não haverá mais contradições entre a teoria e a prática.

A interação dialética entre sujeito e objeto de conhecimento e teoria e prática resume a segunda premissa deste trabalho e tem como conseqüência a idéia de que a “verdade” constitui-se desta relação, como nos ajuda Mário Sergio Cortela: “a relação de Conhecimento é uma relação entre sujeito e objeto; tem que haver um sujeito que conhece e um objeto que é conhecido, mas a Verdade não está nem no pólo do *sujeito*, nem no pólo do *objeto* e sim na relação entre eles” (CORTELA,2002:98).

Histórico e contextualizado, o conhecimento revela a sua dimensão política, tomada como nossa terceira premissa. Para refleti-la no universo da educação brasileira é sempre importante Paulo Freire na sua dedicação à tarefa de “desvelar”, ou traduzir, o ato de conhecer e daí, do conhecimento em si. Para ele, essa dimensão adquire especial relevância, uma vez que conhecer é ler o mundo, é exercício crítico de sujeitos conscientes que apreendem e compreendem a realidade para transformá-la. Isto é, a construção de novos caminhos para o pensamento humano está intimamente ligada ao exercício da reflexão e da crítica de sujeitos vivendo em um determinado contexto e história, e em coerência com o projeto de sociedade que se pretende.

Daí que jamais nos tenhamos detido no estudo de métodos e técnicas de alfabetização de adultos em si mesmos, mas no estudo deles e delas enquanto a serviço de, e em coerência com uma certa teoria do conhecimento posta em prática, a qual, por sua vez, deve ser fiel a uma opção política (FREIRE, 1978:17).

Também nesta perspectiva é a reafirmação da unidade dialética entre sujeito/objeto de conhecimento, teoria/ prática, ação/reflexão, pela via de uma postura crítica e reflexiva da realidade e da prática, a tarefa fundamental no processo de construção do conhecimento. Para Paulo Freire “é ter na atividade prática um objeto permanente de estudo de que resulte uma compreensão da mesma que ultrapasse o seu caráter imediatamente utilitário” (FREIRE, 1978: 30).

Vale lembrar que, para o autor, os sujeitos da história e do conhecimento não são apenas sujeitos, mas opressores e oprimidos, que, vivendo em tal época, devem buscar a restauração da humanidade pela via da consciência e da ação.

Esta ação no mundo implica em sujeitos cognoscentes que refletem sobre a realidade para dela se apropriarem, de maneira a construírem permanentemente o conhecimento, que desta forma não pode ser acumulado ou “depositado” no outro. O pensar “banha-se” de temporalidade, é histórico, já que “é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação” (FREIRE, 1987:82). Assim, os homens são seres da práxis, já que suas ações sobre o mundo criam a cultura, a história e a si mesmos. Daí que a unicidade da teoria e da prática, e da ação e reflexão, constituem a fonte de todo conhecimento e criação.

Práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação. Com efeito, enquanto a atividade animal, realizada sem práxis, não implica criação, a transformação exercida pelos homens a implica (FREIRE, 1987:92).

É partindo da permanente relação dialética entre as elementos centrais do conhecimento, que remontam a Aristóteles, contextualizados historicamente, que Paulo Freire tece seu conceito de conhecimento – coerente com uma opção política de transformação social, em permanente construção, nem certo nem errado, ato de criação, leitura e reconstrução do mundo, “desvelamento” crítico da realidade, a serviço da transformação, daí que, todo conhecimento, se crítico, é necessariamente político.

A quarta premissa procura lembrar a importância, para o conhecimento da realidade, da compreensão que as partes só podem ser compreendidas a partir da totalidade em que se inserem, já que é a partir dela que elementos particulares do contexto podem ser refletidos. Analisando o tema gerador Paulo Freire salienta “o esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a integração de suas partes” (FREIRE,1987:96). Neste sentido se faz necessário que dimensões significativas para os sujeitos sejam refletidas da parte para o todo, e a partir dele

à parte re-significada. Sinteticamente, no processo de construção do conhecimento pensamento e realidade não se separam, mas pressupõe a sistematização do conhecimento anterior sobre a realidade (o conhecimento do conhecimento anterior), gerando um novo conhecimento a partir da crítica e da reflexão sobre a ação prática.

Entretanto, o debate em curso “pós-moderno”, se não todo ele, mas pelo menos em algumas vertentes, retoma esses mesmos elementos, aliados às discussões trazidas pela fenomenologia, pela psicanálise, pelo desenvolvimento da física quântica e tantos outros, buscando contextualizar os sentidos - da ciência, do conhecimento, das metodologias, das interações e das distinções - na atual conjuntura social, política e econômica, e suas contradições, não superadas como inicialmente previsto pelo materialismo histórico.

A ampliação da noção de sujeito e a revisão do objeto, síntese da pós-modernidade, segundo Maria da Graça Gonçalves, geram algumas características para a condição pós-moderna:

...morte do sujeito (sujeito do iluminismo); fim da história (do paradigma da redenção, da idéia da evolução, afirmação de que a história desconsidera o particular, as coisas se dão de maneira fragmentada e não é possível um único modelo explicativo); fim das metanarrativas; valorização dos localismos, dos conhecimentos locais; contraposição do caos à noção de ordem; admissão do imponderável (GONÇAVES, 2001:124).

Características que, vistas na perspectiva das contradições e, portanto, da existência de movimentos para sua superação, em uma atualidade de permanência do capitalismo, leva à denúncia da fragmentação aliada à consideração de que uma resistência é possível.

Para Boaventura Souza Santos (2003), no seu “Um discurso sobre as ciências” é novamente necessário - tal como Rousseau no século XVIII - que sejam feitas as perguntas elementares, entre elas, o valor do conhecimento não científico, “ordinário ou vulgar”, considerado pela ciência como “irrelevante, ilusório e falso”. Projetando na atualidade a crise do paradigma dominante e o conseqüente desaparecimento da “distinção hierárquica” entre o conhecimento científico e o senso comum, revê o paradigma dominante e o totalitarismo da

racionalidade científica instada nas ciências sociais desde o século XIX, que “nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautam pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2003:21).

Segundo ele, o novo paradigma - “um conhecimento prudente para uma vida decente” - corresponde a uma revolução científica diferente da que ocorreu no século XVI, pois que:

...uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (SANTOS, 2003:30).

Optamos aqui por considerar as teses⁶ que fundamentam o seu paradigma emergente como uma quinta premissa, em primeiro lugar porque consideram a superação das distinções já expostas, já que, para ele, o conhecimento tende ao não dualismo:

...um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjectivo/objectivo, colectivo/individual, animal/pessoa (SANTOS, 2003:64)

Em segundo lugar, a ideia de “projetos locais de conhecimento”, tal como Santos os concebe, contribui no nosso caso para refletir o sentido que pretendemos dar à construção do conhecimento advindo da prática social (da parte), nas suas relações com o universal (para o todo). Nesse sentido, se o conhecimento, no seu paradigma emergente, tem como horizonte a totalidade universal, constitui-se ao redor de temas:

⁶ 1. Todo conhecimento científico-natural é científico-social; 2. Todo o conhecimento é local e total; 3. Todo conhecimento é auto-conhecimento; 4. Todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum (SANTOS, 2003).

...que em dado momento são adoptados por grupos sociais concretos como projectos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença, etc., etc. (SANTOS, 2003:76).

Nessa linha, o trânsito do local para o total se dá pela “exemplaridade” e pela capacidade “tradutora” da ciência do paradigma emergente:

A ciência do paradigma emergente, sendo, como deixei dito acima, assumidamente analógica, é também assumidamente tradutora, ou seja, incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidos localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem (SANTOS, 2003:77).

É também no paradigma emergente que a distinção dicotômica entre sujeito e objeto de conhecimento se re-configura. Se efetivado o reconhecimento de que a ciência moderna é apenas uma explicação possível da realidade, nem melhor e nem pior que outros tipos de conhecimento como a metafísica, a astrologia, a religião, a arte, a poesia e tantos outros, assume-se o seu caráter autobiográfico, ou seja, os valores, as crenças estão sempre presentes. Assim, aproxima-se a ciência da crítica literária, na qual observa-se mais a relação entre dois sujeitos, do que entre sujeito e objeto: “cada um é a tradução do outro, ambos criadores de textos, escritos em línguas distintas ambas conhecidas e necessárias para aprender a gostar das palavras e do mundo” (SANTOS, 2003:87).

Finalmente, considerar a importância do diálogo entre diferentes formas de conhecimento, especialmente entre a ciência e o senso comum, este último, ainda que, segundo Boaventura Souza Santos (2003), prático e pragmático, transparente e evidente, superficial, indisciplinar e imetódico, mas que, interpenetrado pelo conhecimento científico, pode levar à sabedoria.

A natureza teórica do conhecimento científico, tal como proposto atualmente, é contraposta com o senso comum, com base na idéia de intenção:

É que, enquanto no senso comum, e portanto no conhecimento prático em que ele se traduz, a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção (SANTOS, 2003:30).

Entre tantas as obras e passagens que poderiam exemplificar algumas das teses de Santos, destaca-se a nossos olhos um pequeno trecho introdutório de Cartas a Guiné-Bissau com o qual Paulo Freire nos brinda:

Faço esta referência para sublimar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava. Na verdade, na medida em que, deixando o aeroporto de Dar es Salaam, há cinco anos passados, em direção ao “campus” da universidade, atravessava a cidade, ela ia se desdobrando ante mim como algo que eu revia e em que me reencontrava. Daquele momento em diante, as mais mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar a mim, de mim. A cor do céu, o verde-azul do mar, os coqueiros, as mangueiras, os cajueiros, o perfume de suas flores, o cheiro da terra; as bananas, entre elas a minha bem amada banana-maça; o peixe ao leite de coco; os gafanhotos pulando na grama rasteira; o gincar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores soando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-lo, “desenhando o mundo”, a presença, entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isto me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava (FREIRE, 1978:13).

O exercício do pensamento do autor, exemplificado neste trecho, testemunha de maneira autobiográfica a tarefa de dar forma e sentido ao seu conhecimento sobre a cultura africana, a colonização, o nordeste brasileiro e dele mesmo. Como que dizendo que, tal como na África, também ao conhecimento não voltamos, chegamos. E ao chegarmos reencontramos com tudo o que já sabíamos, e ao mesmo tempo conosco, agora re-significados. Considerando este ponto de vista, a tarefa de conhecer, além de um ato de consciência, é também uma tarefa de afetar-se como sujeito em relação a outros sujeitos que, com o corpo, desenham a vida.

Essa breve síntese a propósito das reflexões sobre conhecimento tem, assim, o propósito de estabelecer o marco a partir do qual buscamos refletir as aproximações entre a prática de ONGs com o conhecimento - sempre mediados pelos sujeitos da ação. Reflexão que busca seu fundamento, portanto, na compreensão de que o conhecimento gerado na ação prática, embora não tenha

a intenção (nem metodológica, nem política) de constituir-se em ciência, traduz-se em um saber prático, local e muitas vezes temático, interpenetrado por outras modalidades de conhecimento (inclusive científico), capaz de, pela via do diálogo entre diferentes saberes, traduzir-se em generalizações capazes de servir a outros.

Generalizações que aqui denominamos “referências”, compreendidas como um conjunto de elementos que, em forma de sistema operacional, expressam as aprendizagens dos sujeitos individuais e coletivos em direção à capacidade de gerar mudanças significativas na vida das pessoas e das comunidades com que trabalham. Podem ainda, ao mesmo tempo em que reaproximam as comunidades locais e atores sociais da sua capacidade de produzir e sustentar suas próprias transformações, contribuir para a criação de matrizes de políticas sociais que, uma vez assumidas pelo poder público e sociedade civil, segundo seus diferentes papéis, implementam soluções de maior impacto social.

Conhecimento local que pressupõe alguns princípios constitutivos, aqui priorizados, a serem tomados como categorias de análise: (1) as relações com suas condições de produção; (2) a interação dialética entre sujeito/objeto e teoria e prática, e mesmo a potencialidade na superação das distinções; (3) sua dimensão política, isto é suas conexões com um projeto maior de sociedade; (4) as relações entre o todo e a parte, o local e o total, em síntese sua capacidade tradutora; (5) a dimensão de autoconhecimento, ou seja, o seu caráter autobiográfico, pertinente ao coletivo das ONGs.

3.1. O conhecimento prático – local - social

Não são muitas as reflexões que tratam atualmente das questões do conhecimento nas suas relações com a prática das ONGs, ainda assim, destacamos o trabalho de Regina Marteletto (2005) que reúne algumas questões sobre as práticas e representações do conhecimento, informação e comunicação que orientam as ações de grupos, movimentos sociais, entidades

e organizações da sociedade civil em geral. De acordo com a sua pesquisa⁷, neste campo, a idéia é a construção de um conhecimento de modo próprio e alternativo que serve de um lado à academia como forma de revisar suas estratégias e, de outro, aos movimentos populares para valorizar as aprendizagens da experiência e sua capacidade de intervenção em determinadas realidades. Este conhecimento estaria entrecruzado por três eixos de saber:

...o conhecimento produzido e controlado pelos órgãos oficiais a respeito das condições de vida da população; o conhecimento acadêmico ou perspectivas de análise teóricas e metodológicas voltadas à compreensão dos processos de produção de desigualdade e miséria; o conhecimento dos sujeitos que vivem concretamente as condições de vida que geram os problemas e situações que são objeto das ações dos agentes nos movimentos (MARTELETTO, 2005).

Segundo ela, nas representações dos especialistas/agentes das ONGs o conhecimento está associado a poder e influência, se acumula e tem potencial de transformação tanto no plano do indivíduo quanto do coletivo. É um conhecimento incorporado pelas experiências geradas na relação entre os sujeitos e a sua realidade vivida, portanto criado pelas pessoas na ação prática. Para alguns, ele significa o encontro entre o científico (ou oficial) e o senso comum das camadas populares. Trata-se, portanto, de um novo tipo de conhecimento que vem sendo gerado no interior do “terceiro setor”, e que se distingue da informação e da comunicação da seguinte maneira:

As ONGs atribuem à informação um caráter pontual, potencial, virtual e possível de se realizar, dependendo da capacidade cognitiva, lingüística e comunicacional dos sujeitos, ou seja, das condições objetivas para a realização dos atos comunicacionais e informacionais. O conhecimento é representado como apropriação e absorção de princípios de entendimento da realidade social e do próprio sujeito inserido nela, e remete à experiência e à sabedoria, ou seja, ao *habitus* acumulado pelo indivíduo na sua trajetória social. (...) A comunicação, no universo das ONGs, remete para a necessidade de escuta da fala do outro, ou a uma relação social entre sujeitos que não têm o mesmo estatuto na sociedade, e que interpretam as informações a partir da sua localização (física e simbólica) no espaço social, gerando-se assim conflitos e embates discursivos e cognitivos entre os interlocutores (idem, 2005).

⁷ Pesquisa de campo junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH, situado em Petrópolis, RJ, e no Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina - CEPEL, situado na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

Pressupõe uma visão de conhecimento como produto social, que é distribuído, dotado de valor e apropriado de diferentes formas, frente ao que a sociedade civil, além do Estado e do mercado, tem um papel a cumprir, especialmente nos seus processos de distribuição e de organização. No entanto, segundo a autora, a questão parece estar ausente do debate político, apesar da sua importância na transformação social.

Uma segunda reflexão merece destaque, uma vez que tem permeado as idéias de várias organizações do “terceiro setor”. Bernardo Toro (2002) afirma o “saber social”⁸ como produto, já que não natural ao ser humano, fabricado “tão artificialmente como uma garrafa”, e que portanto devemos aprender a produzi-lo, a acumulá-lo e a distribuí-lo como qualquer outro produto.

Trata-se do conhecimento que tem o pescador que quando sai para pescar no mar, olha para a cor do mar e diz: hoje terei uma boa pesca, hoje o dia está bom para pescar, ou hoje não vai dar para pescar porque o mar estará bravo. É um conhecimento que ele acumulou por um longo período de tempo. É também o conhecimento que tem o índio para lembrar um caminho na selva a partir da posição das folhas, do tipo de árvore e do tipo de animal visto. São saberes adquiridos e produzidos na vida cotidiana, por meio da interação com outras pessoas e com o trabalho (TORO, 2002).

Segundo ele, a equação necessária para que uma sociedade capitalize a sua experiência é a seguinte: transformar a experiência em conhecimento, transformar o conhecimento em método e transformar o método em informação. Portanto, é preciso que o conhecimento seja transformado em conhecimento social, ou seja, tomar o conhecimento pessoal do sujeito e o transformar em um bem social.

Se conseguirmos transformar a capacidade e experiência de Michelangelo, por exemplo, em método para aprender a pintar, poderemos formar outras pessoas a partir da experiência deste grande artista e transformar este saber em um saber útil para a sociedade (Idem, 2002).

⁸ Compreendido com o “conjunto de conhecimentos, práticas, habilidades, tradições, ritos, mitos e valores que permitem a uma sociedade sobreviver, conviver, produzir e dar sentido à vida” (TORO 2002), ou seja, todas as formas de produção de conhecimento de uma sociedade.

Isto seria feito pela transformação do conhecimento em teoria, porque apenas por essa via ele poderá ser transferido ou “readaptado”, isto é, transmutado em conhecimento teórico e em seguida em método - definido por ele como um “conjunto finito de passos que levam a resultados”.

Caberia indagar frente a essas reflexões, quais as implicações de uma compreensão de conhecimento como produto a ser inserido na lógica de mercado, além da distinção tão evidente feita entre teoria e prática, já que, segundo essa ótica, o conhecimento deve ser “transformado” em teoria. De todo modo, verifica-se que a questão do “conhecimento prático”, longe de estar resolvida, delinea-se como uma reflexão significativa para os sujeitos envolvidos de alguma maneira com o fazer social.

Como veremos a seguir, a propósito da sistematização de experiências, seus autores preocupam-se também em refletir a base epistemológica na qual a proposta se constrói, trazendo questões como: se o conhecimento está fundamentado na prática mais do que na teoria, como se dá a relação dialética entre essas duas dimensões? Quais são as características do conhecimento prático? A sua validade se determina pela sua capacidade para enfrentar e orientar ações? É situacional, o que o diferencia da teoria que pretende generalizações?

Neste sentido, consideramos importante destacar, no conjunto de categorias e conteúdos de análise já levantados, aspectos interligados e específicos das questões sobre o conhecimento prático tais como: suas características e potencialidades, seus propósitos no universo das ONGs, seus elementos internos, as formas de legitimação, além dos seus modos de construção.

4. SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Parecia coisa que tinha estado escutando a vida toda! Palpitava o errado. Traição? Ah, estava entendendo. Num pingo dum instante.
Guimarães Rosa

Guimarães Rosa no seu “Recado do Morro” narra como “num pingo d’um instante” Pedro Osório “entendeu” e quando o fez, “parecia coisa que sabia a vida toda”. Mas antes disso, Laudelim Pulgapé, cancionero, juntou palavras de meninos e lunáticos que o antecederam, deu a elas forma de canção e significado, e o recado da morte tramada, cantada e várias vezes ouvida, criou as condições para a compreensão, e assim os sentidos foram tecidos.

Dar forma e sentido pela via da reflexão e relacionar o particular, o local, com o universal, para transformar a experiência cotidiana, o saber privado em conhecimento que pode ser socializado são, segundo a nossa perspectiva, tarefas da sistematização de experiências. Encontra sua especificidade na definição de seu objeto, ou seja, a experiência concreta - de indivíduos e organizações - interessados em intervir socialmente. Não raro, suas definições e compreensões permanecem misturadas a de outros procedimentos e instrumentos metodológicos como a sistematização de informações e de dados, a avaliação de projetos, a investigação e a pesquisa, as etapas de processos formativos, entre outros, sobre o que falaremos adiante.

Consideramos que a sistematização de experiências é um instrumento metodológico específico e de reflexão sobre a prática, ligado a processos de construção de conhecimento prático, local e social. Como nos ajuda Lino de Macedo (2002:55), localiza-se em um campo no qual, experiências, conhecimentos e metodologias, “cada qual com as vicissitudes da sua realização e com seus objetivos particulares”, podem ser pensadas como partes de um todo, menos como uma somatória de subordinações ou de coisas independentes, lineares, consecutivas, e mais como um conjunto de coisas articuladas internamente e externamente em uma teia relacional que lhe confere sentido. Além disso, e principalmente, considera que o processo de reflexão sobre a prática deve ser implementado sempre desde a perspectiva de seus atores.

Neste capítulo buscamos recuperar suas origens, analisar seus conceitos à luz dos eixos anteriores, definir o objeto que ordena sua prática, mapear objetivos, verificar as interfaces com outros instrumentos possíveis e discutir o como das coisas, isto é, seus procedimentos.

4.1. Origem da sistematização na América Latina

A preocupação com a sistematização de experiências na América Latina ganha força na década de 80, especialmente no campo da educação popular. Segundo Maria da Luz Morgan (1995) profissionais com trabalho direto junto a grupos populares, desenvolvendo projetos de educação popular, promoção e trabalho social consideravam a necessidade de recuperar e comunicar estas experiências e suas aprendizagens. Paralelamente, questionavam as formas tradicionais de avaliação e investigação existentes, fundadas em paradigmas teóricos positivistas, que não consideravam a riqueza dos processos e a participação dos interessados.

La sistematización es una de las propuestas que surgen, junto con formas diferentes de investigación e evaluación, que enfatizan la participación de los propios interesados: el personal de los proyectos y la población con quien se ejecutan las acciones (MORGAN, 1995:4).

Assim, no início dos anos 80, organizações como o CEESTEM – Centro de Estudios del Tercer Mundo no México, o CIDE - Centro de Estudios de la Educación no Chile se uniram para realizar uma sistematização de experiências de educação popular, interessadas em identificar, organizar e caracterizar os tipos de processos e relações entre profissionais e população gerados na intervenção social.

Como informa Maria da Luz Morgan (1995), essa iniciativa parte de duas compreensões iniciais sobre sistematização: a primeira proposta por Sergio Martinic (1984) com a idéia das “hipóteses de ação”, considerando que, em toda intervenção, existem hipóteses implícitas, a partir das quais se pode “reconceitualizar” a experiência. A segunda (assumida por ALFORJA, CELATS,

CEAAL, Escuela para el Desarrollo, entre outros⁹) que concebe a sistematização como uma forma de produção de conhecimentos, baseada na recuperação e comunicação das experiências vividas. No final dos anos 80 é fundado o “Taller Permanente de Sistematización” (Peru) que agrupa várias destas instituições, além de pessoas comprometidas com o tema.

Também de acordo com Pierre de Zutter (1994), a história da sistematização de experiências na América Latina pode assim ser resumida:

...est née d’une doublé demarche. D’abord le besoin de dépasser l’évaluation de projet dont les structures et les methods répondaient aux requêtes des financeurs plus qu’à celles du terrain. Ensuite l’aspiration à apprendre de l’expérience ce qui permette de compléter et structurer les pratiques d’éducation populaire en un système cohérent de pensée et d’action (ZUTTER, 1994: 43)¹⁰.

É também fazendo referência a essa origem que Pierre de Zutter (1994) diferencia a sistematização de experiências latino-americana da proposta que desenvolve também em países da América Latina, em parceria com organizações como a FPH – Fondation pour le Progrès l’Homme¹¹, denominada por ele de “capitalização de experiências” e conceituada como “a passagem da experiência ao conhecimento compartilhado”. Segundo ele a “capitalização de experiências” parte de uma outra urgência:

...recueillir et exprimer toutes sortes d’apports et de sensibilités afin de contribuer à une recomposition progressive des savoirs et des pratiques, recomposition nécessaire au vu des réponses de la réalité (de la plus macro à la plus micro) aux multiples idéologies et modèles prônés pendant les dernières décennies (ZUTTER, 1994: 44).¹²

⁹ ALFORJA – rede de centros de educação popular da América Central representada por Oscar Jara na Colômbia. CELATS – Centro Latinoamericano de Trabalho Social no Peru. CEAAL – Consejo de Educación de Adultos da América Latina, desenvolve o “Programa de Apoyo a la Sistematización”. Escuela para el Desarrollo – Peru.

¹⁰ ... nasce a partir de uma dupla entrada. Primeiro a necessidade de ultrapassar a avaliação de projeto onde as estruturas e os métodos respondiam às demandas dos financiadores mais do que as do campo. Em seguida a aspiração de aprender da experiência aquilo que permite completar e estruturar as práticas de educação popular em um sistema coerente de pensamento e de ação. Tradução da autora.

parte de uma dupla entrada

¹¹ Organização suíça com sede em Paris

¹² ...recolher e exprimir todo tipo de contribuições e de sensibilidades para contribuir com uma recombinação progressiva dos saberes e das práticas, recombinação necessária para responder a

Assim, se os anos 60 inauguram, no contexto latino-americano, esforços quanto ao estabelecimento das relações entre a pesquisa e a prática e os 70 o aumento da exigência pela avaliação (originada no mundo dos financiadores), a década de 80 busca reflexões e avaliações que possam servir a todos e a produção do conhecimento útil para a ação.

A proposta da sistematização, entendida como uma busca de compreensão e qualificação do fazer social, inseria-se, portanto, em um contexto latino-americano do final da década de 70, momento no qual, como assinalam todos, a solidariedade e luta confluíam e se integravam em diferentes tipos de práticas sociais. Era a época das lutas pela libertação da Nicarágua, das manifestações dos camponeses e mineiros na Colômbia e Bolívia, dos manifestos pela incapacidade das estruturas sociais dominantes, convivendo com a repressão nos países sob regimes ditatoriais. E também a época da emergência de práticas sociais de caráter alternativo.

Segundo Alfredo Ghiso (1998), as questões que então se colocavam no universo dos movimentos sociais diziam respeito à necessidade de re-valorizar o protagonismo do povo, qualificar os modos de fazer política e transformar os componentes autoritários existentes nas práticas pedagógicas. Entretanto, quando os regimes políticos latino-americanos começam a gerar processos mais democráticos, o fato de que o fazem imersos em contextos neoliberais e de globalização termina por acarretar o que denomina de “crises de opções éticas-políticas e de paradigmas” geradora de algumas rupturas, entre elas, a coerência entre o sentido e a ação prática. Isso explica, segundo o autor, a necessidade de valorizar a reflexão de experiências como fonte de conhecimento, tanto para desvelar os discursos calados, como para romper com o ativismo e a urgência, característicos das práticas sociais que emergiram neste momento: “desmitificando, desmontando y deconstruyendo lo que llamamos fundamentos raíces; reconocen un universo teórico plural, provisional y perfectible producto de la interacción con otros” (GHISO, 1998:3).

No Brasil existem poucas reflexões sistematizadas a respeito do tema, embora trabalhos nesse sentido existam desde a década de 60, especialmente ligados a atividades de educação de adultos e a práticas de formação de pequenos agricultores. Segundo Claudino Varonese (1996) a partir dos anos 70 observam-se, inclusive, experiências vinculadas às iniciativas latino-americanas, como as coordenadas pelo CEALL¹³. Entretanto, a conjuntura política brasileira impediu a continuidade de várias delas, de duas maneiras: pela repressão às atividades de caráter crítico, imposta pela ditadura militar, e pelo fato de que, durante o processo de democratização, militantes e intelectuais foram totalmente absorvidos por demandas geradas pela necessidade de reorganizar a própria atuação social e a mobilização da sociedade.

Conforme já explicitado na introdução desse trabalho, temos observado recentemente a disseminação da idéia e da prática da sistematização no Brasil. Aparentemente, as fundações e institutos ligados ao mundo empresarial tendem a compreendê-las como um processo de construção de tecnologias, traduzidas em manuais que podem apoiar a disseminação e multiplicação das experiências. Sendo assim, constituem-se em um instrumento de *rentabilização* do investimento social implementado, mais próximo de um modelo de racionalidade que pretende a construção de procedimentos padronizados e que comportem um fim prático.

Resta verificar a trajetória e os rumos que a reflexão das práticas sociais vêm tomando nas ONGs brasileiras. Reflexão compreendida como interpretação, diálogo e atribuição de sentidos capazes de intervir nos contextos de seus atores, pela via da construção de conhecimentos que não se transferem, mas se negociam. Ainda, tendo em vista sua origem, será preciso perguntar os seus sentidos para as ONGs na atual conjuntura econômica e social. Sobre isso, Alfredo Guiso (1998) considera que atualmente a sistematização precisa ser pensada no “marco paradigmático das redes”:

¹³ Mais recentemente: o SPEP – Serviço Permanente de Educação Popular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) criado em 1987 está vinculado ao CEAL. Outro exemplo é a Coleção Direitos Humanos (Sistematização de Experiências de Educação Popular) 2, 3, 4 publicada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos 1990/1991 escrita por autores do CELATS e CIDE (Chile)

La red se constituye en el ámbito privilegiado de recreación conceptual, de generation de interrogantes, de producción y circulación de conocimientos sobre la práctica (...) permite el encuentro y la recuperación de las identidades, valorando la diversidad y las diferencias (...) son y serán los espacios de legitimación de lo producido en procesos de sistematización (GUIISO,1998:6).

4.2. Os conceitos e pressupostos

Várias definições de sistematização podem ser encontradas nos documentos que compõem a “Biblioteca Virtual de Sistematização”¹⁴, resultantes, em sua maioria, de reflexões dos profissionais ligados às organizações que compõem o “Taller Permanente de Sistematización” entre outras às quais já nos referimos. Entre elas destacamos:

Un proceso de reflexión que pretende ordenar u organizar lo que ha sido la marcha, los procesos, los resultados de un proyecto, buscando en tal dinámica las dimensiones que pueden explicar el curso que asumió el trabajo realizado (MARTINIC, 1998).

La sistematización se conceptualiza como una forma de generation de conocimientos adecuada a las condiciones de trabajo y capacidades particulares de quienes están involucrados cotidianamente en la ejecución de las acciones y que son, ante todo prácticos, por lo que tienen formas de acceder a la información y procesarla que son diferentes a las de los intelectuales (MORGAN, 1995:4).

La sistematización es aquella interpretación crítica de una o varias experiencias, que a partir de su ordenamiento y reconstrucción, descubre o explicita la lógica del proceso vivido, los factores que han intervenido en dicho proceso, cómo se han relacionado entre sí, y por qué lo han hecho de ese modo (JARA, 1998:12).

Proceso de reconstrucción y reflexión analítica sobre una experiencia de promoción vivida personalmente (o sobre determinados aspectos de ésta), mediante el cual interpretamos lo sucedido, para comprenderlo. Ello permite obtener un producto consistente y sustentado, a partir del cual es posible transmitir la experiencia, confrontarla con otras y con el conocimiento teórico existente, así contribuir a una acumulación de conocimientos generados desde y para la práctica (BARMECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998).

A sistematização é concebida como um instrumento pelo qual se aposta na reconstrução histórica e interpretativa das experiências de educação e organização popular e/ou social e do significado que seus atores lhes dão (VARONESE, FALKEMBACH, 1996:6).

Il s’agit de sauvegarder et d’élaborer les apprentissages que l’expérience a signifié pour ses acteurs, afin d’améliorer leurs propres connaissances et pratiques

¹⁴ Centro de Estudios Y Publicaciones Alforja – Consejo de Educación de Adultos de América Latina CEAAL – Programa de Apoyo a la Sistematización. www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html . Acesso em 16 de nov. de 2005.

à venir, afin qu'ils puissent entrer dès à présent à un plus vaste dialogue avec d'autres et qu'ils s'enrichissent mutuellement (ZUTTER, 1994:47).¹⁵

Conforme já assinalaram várias reflexões, embora o termo não tenha um significado único, existem vários elementos em comum entre as definições (reflexão, geração de conhecimentos, interpretação crítica, reconstrução analítica, histórica e interpretativa, diálogo). Destacamos aquelas que mantêm correspondência com os pressupostos assinalados no capítulo anterior:

(1) O objeto da sistematização é a experiência concreta, considerada suficiente para a geração de conhecimentos e referências metodológicas. Dito de outro modo, a prática social é sempre fonte de conhecimento, independente de seus resultados. Conhecimento que deve dialogar com outras modalidades e interlocutores.

(2) Não se realiza senão com a participação ativa dos sujeitos autores da prática, engajados em processos de reflexão sobre ela, sobre si próprio e sobre a sua ação no mundo. Considera, portanto, os indivíduos e organizações envolvidos como atores, pesquisadores e simultaneamente produtores de conhecimento.

Vale notar que as conceituações sobre o “sujeito da ação” nem sempre são estritamente coincidentes. Embora elas não se contradigam, podem gerar diferenças quanto aos métodos, como veremos adiante. Um exemplo refere-se às diferentes maneiras de compreender o sujeito. Para o *Taller Permanente de Sistematización* os sujeitos são os “profissionais da ação”, caracterizados tal como os concebe Donald Schön nas suas reflexões sobre a epistemologia da prática: “según Shön, ellos deben realizar una serie de razonamientos que les permiten transitar desde una visión confusa de la compleja realidad en que deben intervenir, a definir problemas y cursos de acción” (BARNECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998:7).

(3) Considera a relação entre ambos, portanto, entre a objetividade e a subjetividade, entre a teoria e a prática, embora com algumas diferenças. Em geral, concebendo, pela via da dialética, objetividade e subjetividade como pólos

¹⁵ Trata-se de salvaguardar e de elaborar as aprendizagens e sentidos que a experiência trouxe para seus atores, a fim de melhorar seus próprios conhecimentos e práticas futuras, a fim de que eles possam entrar desde já em um grande diálogo com outros e que eles se enriqueçam mutuamente. Tradução da autora.

contraditórios da realidade, em permanente relação de tensão e luta entre opostos, geradoras de síntese e movimento e buscando refletir questões pertinentes às noções de objetividade e de rigor científico.

Para Maria Mercedes Barnechea (1998) se na sistematização o sujeito e objeto de conhecimento são os mesmos, a objetividade, tal como costuma ser entendida, deixa de ser possível. Entretanto, como a questão em curso não é “um experimento científico”, mas uma aposta de transformação social, que inclui compromissos ideológicos e afetivos, a subjetividade necessariamente joga um papel importante. Exatamente pelo fato de que o objeto é a prática e o sujeito um profissional da ação, se faz necessária a busca por novas formas de produzir conhecimento que passa “pela liberação dos marcos e exigências da investigação”. Assim, segundo ela, em se tratando de conhecimento prático, ele não se valida e verifica na teoria, mas na própria prática. Para tanto, parte do pressuposto que a teoria está na prática e a prática é uma hipótese de ação. Oscar Jara coloca a questão da seguinte maneira: “...la sistematización de experiencias no aspira a “mirar las experiencias con objetividad”, sino a **objetivar la experiencia vivida**” (JARA, 1998:15).

Para Sérgio Martinic (1998), as diferentes abordagens de sistematização têm de fato em comum a não dicotomia entre sujeito e objeto de conhecimento e a decorrente tentativa de abordar tanto a teoria como a prática desde o interior da experiência, ou seja, o sujeito não é externo ao objeto. O autor, entretanto, assinala duas perspectivas diversas identificáveis nos enfoques de sistematização¹⁶. Uma próxima da perspectiva subjetivista weberiana, na qual as experiências são compreendidas como um “sistema de acción donde diferentes actores construyen y reproducen sentidos desde sus propios horizontes culturales y sociales” (MARTINIC, 1998:2) que termina por consagrar (pela separação entre as estruturas e o mundo subjetivo) a dicotomia que a investigação social tratou de unir. E a segunda, que se aproxima mais facilmente de conceitos como *habitus* de Bordieu e *ação comunicativa* de Habermans que assinalam “uma interacción y

¹⁶ O que, segundo ele, tem correspondência com os debates relacionados aos métodos qualitativos da pesquisa avaliativa. Se divididos em quantitativos ou qualitativos, temos que o primeiro, associado à tradição positivista, concebe a realidade social como uma estrutura objetiva e externa ao sujeito, o segundo afirmando, pelo contrário, que a realidade social é constituída pelos sentidos subjetivos que orientam a ação dos sujeitos.

constitución mutúa entre estructura y conciencia; entre lo objetivo y lo subjetivo” (Idem: 3).

Para este autor, o desafio epistemológico da sistematização é dar conta dessa interação, superando as dicotomias. Para tanto seria necessária uma nova teoria da ação, capaz de levar à redefinição do objeto da sistematização. Redefinição importante, já que a representação que os sujeitos constroem sobre a realidade não tem uma existência ontológica própria, mas se constitui na interação discursiva do sujeito com os distintos contextos sociais dos quais participa. Por esse caminho, o estudo das interações e dos processos de negociação de sentidos teria mais importância do que a interpretação do sujeito. Mais do que alternativa à pesquisa e investigação social, a sistematização passaria a ser compreendida como uma modalidade particular de investigação, cujo objeto é a ação social.

Já nas definições da “capitalização de experiências” escreve Pierre de Zutter: “il s’agit d’abord de partir non pas de l’expérience en soi mais des acteurs de cette expérience, de ceux qui sont porteurs des connaissances possibles” (ZUTTER, 1994:39)¹⁷. Partindo de uma visão centrada no sujeito, o autor tece suas críticas à sistematização latino-americana, considerando que, embora represente uma busca comum de identificar possibilidades de avanço para a prática social, tendeu a se constituir em estruturas fechadas, em tendências que não dialogam, rapidamente constituídas em modelos e sistemas excessivamente sofisticados (ZUTTER,2002).

(4) Procura relacionar parte e todo, compreendendo a realidade como uma totalidade em permanente movimento impulsionado pelas contradições:

...como um todo integrado cuyas partes no pueden entenderse aisladamente, sino en su relación con el conjunto; ni la totalidad es comprensible sin considerar sus partes, ni las partes lo son sin entenderlas como formando parte del todo (BARNECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998:3).

¹⁷ Trata-se de partir, não da experiência em si, mas dos atores dessa experiência, daqueles que são portadores dos conhecimentos possíveis. Tradução da autora.

Ao considerar o particular e o geral segundo uma perspectiva processual, enfatiza a historicidade do conhecimento produzido. Na reflexão crítica, os profissionais param para pensar o que fizeram, porque fizeram, que caminhos foram escolhidos, com que resultados e para que serviram. Essa reflexão se aplica a um processo sempre relacionando ao seu contexto histórico. Escreve Oscar Jara:

La historicidade de la interpretación, en definitiva, supone entender la lógica de la experiencia particular, entrando en lo más profundo del proceso de ella misma, para descubrir los hilos invisibles que la relacionan con la integralidad del momento histórico del que forma parte y al que contribuye desde su originalidad (JARA, 1998:14).

(5) Considera ainda a particularidade da prática social e do conhecimento prático na sua dimensão política, uma vez que trata de processos sociais que não são compostos apenas por ações quantificáveis e qualificáveis. Referem-se a intervenções que têm objetivos transformadores, que não se realizam sem o compromisso dos sujeitos com a transformação. Pretende, a partir de intervenções pontuais, dinamizar processos que fortaleçam setores marginalizados e lhes permitam melhorar sua posição social e incrementar seu poder político (BARNECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998).

(6) Além disso, diz respeito a processos de aprendizagem, uma vez que a reflexão é geradora de aprendizagens, que serve tanto para quem a faz, quanto para outros.

Podemos considerar assim que, diferentemente de outros procedimentos metodológicos, que encontram em suas trajetórias fundamentos em paradigmas positivistas¹⁸, a sistematização de experiências localiza-se desde suas origens, e de certa maneira justifica-se, no debate provocado pela dialética, ou seja: a necessária interação entre o sujeito e objeto, a ênfase no processo, na historicidade, complexidade e diversidade do conhecimento. Além disso, surge com base nas práticas da educação popular, e na ênfase dada à construção metodológica do conhecimento: a importância da reflexão crítica a partir da interação entre ação e reflexão e o foco na aprendizagem.

¹⁸ Por exemplo, a inspiração original da avaliação no modelo norte-americano.

Apesar disso existem diferenças entre os enfoques, o que, para alguns autores (GUIZO, 1998; VARGAS, 1998) não se torna visível apenas na diversidade de seus objetivos, objetos e metodologias, mas também no respaldo epistemológico, mesmo que no interior do mesmo paradigma.

4.3. Os objetivos

A sistematização pretende criar oportunidades para a reflexão sobre a prática e se justifica em torno de alguns objetivos centrais, de certa maneira comuns a todas as propostas, embora com ênfases diversas:

(1) Construir o diálogo entre a experiência local com outras dimensões do conhecimento, com o propósito de ampliar os seus efeitos e impactos sociais (pela via da disseminação, da reedição de experiências ou da influência em políticas públicas mais amplas), para “rescatar lo innovador de sus formas e métodos de organización e identificar nuevas maneras de pensar y hacer la política, así como de construir propuestas alternativas desde la perspectiva popular” (JARA, 1998:3)¹⁹.

(2) Refletir a prática concreta buscando qualificá-la e aprimorá-la (impacto interno). Para Oscar Jara (1998) busca-se mesmo a renovação teórico/prática dos movimentos sociais, já que não sistematizamos para informar o que acontece e seguir fazendo o mesmo, senão para melhorar, enriquecer, transformar as práticas.

(3) Reafirmar a autoria dos profissionais atuantes na área e atores de práticas sociais como sujeitos criadores (impacto na formação de profissionais), uma vez que a sistematização provoca processos reflexivos e de aprendizagem.

(4) Construir conhecimento capaz de contribuir com o enriquecimento da teoria.

¹⁹ Exemplos dados: o plebiscito no Chile, as campanhas pelos direitos das mulheres, a problemática indígena no México e Equador, a apropriação dos acordos de paz em El Salvador e Guatemala, a Campanha contra a fome no Brasil, o Movimento Sem Terra, etc.

4.4. As interfaces com a avaliação e pesquisa

Os diferentes autores já citados de maneira geral concordam que a sistematização de experiências mantém várias interfaces com os procedimentos e instrumentos metodológicos ligados à pesquisa e investigação e à avaliação e monitoramento de projetos. Salientam que, ainda que a sistematização encontre semelhanças e mesmo complementaridade em relação a outros procedimentos, as distinções e diferenças são essenciais e dizem respeito mais ao sentido do que à forma da ação. Por exemplo, para Oscar Jara (2001) a sistematização não se fixa nos resultados como na avaliação, não aborda qualquer temática como na investigação e também não se constitui em um mecanismo de monitoramento isento do aporte crítico. Isso significa também, segundo Maria Mercedes Barnechea (1998), que os produtos são diferentes, não resulta em um informe de resultados, uma descrição de experiências, uma tese ou dissertação, um relatório de pesquisa.

Com isso pretende-se assinalar que a implementação de projetos sociais produz novos conhecimentos de três “tipos”: (1) sobre a realidade na qual se intervem, para o que se realizam investigações ou diagnósticos; (2) sobre os resultados da intervenção, para o que se realizam avaliações; (3) sobre a maneira pela qual os processos e as relações entre os profissionais e a população se realizam, para o que fazemos sistematização de experiências.

Assim, a sistematização se distingue da investigação pelo seu sentido (aprender da própria prática) e pelo objeto de conhecimento (que não é independente da ação como na investigação), e da avaliação pelo objetivo (mais processo do que resultado ou atribuição de valor).

Para Sergio Martinic (1998) a questão é mais ampla, já que a sistematização se apresenta como uma alternativa à avaliação tradicional, e simultaneamente, como uma “reação” ao positivismo dominante nas investigações que pretendem analisar projetos de mudança e de intervenção social. Na sua perspectiva, a sistematização, mais do que uma alternativa à avaliação e investigação, constitui uma “expressão particular” na busca de

modalidades de investigação da ação social, inserida em um contexto de mudanças de paradigma.

4.5. Os procedimentos metodológicos da sistematização

O “como das coisas” diz respeito a como algo ganha existência, senão por um lado mobilizado pelo desejo de realizar alguma coisa, portanto perguntando, em seguida articulando possibilidades de ação, ou seja, construindo procedimentos e respostas. Como todo processo de produção de conhecimento, também a sistematização pressupõe um método, já que os conhecimentos não brotam de maneira espontânea da prática social. Trata-se então de verificar como o conhecimento se constrói na prática social, e especialmente, como fazemos para criar as oportunidades para que ele se construa.

Voltando a Álvaro Vieira Pinto, temos que:

“... sendo a ação existencialmente proveitosa pelos bens que produz, supõe a posse de uma idéia anterior, que move à operação construtiva, dirige, com o auxílio dos conhecimentos armazenados, os ensaios de criação de objetos, orientação da conduta e sistematização da experiência; mas, ao mesmo tempo, ao ter êxito na ação praticada, surgem no pensamento idéias originais, que representam ou as coisas inéditas que começam agora a ser fabricadas ou as experiências recém – adquiridas, e por isso, se constituem em novas concepções, novos conceitos, que vão sendo percebidos pela reflexão intelectual, em virtude da ligação das idéias anteriores às que se seguem aos atos praticados.” (Pinto, 1979: 137).

Disto se trata a inovação, a invenção, o gesto criador, e a essência dos processos formativos: a explicitação da idéia anterior, a condução da ação, a organização da experiência, a reflexão, os novos conceitos? É por essa via que desestabilizamos conhecimentos e “os remetemos às suas condições de produção?” (CORTELLA, 2002:103).

As propostas contidas na bibliografia consultada abordam alguns aspectos relativos aos caminhos da sistematização de experiências, entre os quais destacamos: o objeto que orienta a sistematização, o pressuposto da participação e os procedimentos.

4.5.1.O que e quando sistematizar

Em primeiro lugar é preciso ressaltar a importância da definição do objeto que ordena cada sistematização a ser realizada, ou seja: o quê queremos sistematizar. Mesmo considerando que toda prática social gera aprendizagens e novos conhecimentos, esta é uma questão presente ao iniciar um processo de sistematização, seja porque não existe tempo e recursos para sistematizar todas as experiências, seja pela necessidade de critérios que ajudem a priorizá-las.

De acordo com Ada OCampo e Julio Berdegué (2001) as motivações na prática têm sido orientadas por dois enfoques: (1) enfoque de caso (2) enfoque de tema. A escolha pelo primeiro enfoque é normalmente motivada por fatores diversos: (a) a percepção dos atores sociais de que um determinado projeto ou experiência, pelo seu método, técnicas, resultados ou outros fatores envolvidos, mesmo sem que uma avaliação tenha sido realizada, é “inovadora”, “chama a atenção”, “atrai o interesse”; (b) a experiência teve êxito nos seus resultados, resolveu os problemas iniciais e pode se transformar em referência para outras iniciativas; (c) ou pelo contrário, foi uma experiência negativa e interessa entender o que não deu certo. O enfoque de temas relaciona-se a uma determinada preocupação dos atores sociais (educação, saúde, produtividades, as mulheres na zona rural, etc.) para o que são selecionadas várias experiências que desenvolvem ações naquela área temática.

Na nossa prática temos observado demandas pela sistematização de projetos, mais próximas do enfoque de casos, independentemente do fato de terem sido avaliados, ou de serem considerados modelos. O fato de que a prática social desenvolvida por organizações sem fins lucrativos operacionaliza-se principalmente através de projetos explica em parte a forma dessa demanda. Em paralelo, observa-se uma tentativa das organizações de aprimorar a gestão e desenvolvimento de projetos, incluindo no seu ciclo de vida (diagnóstico, desenho, mobilização de recursos, implementação, monitoramento, avaliação) também a sistematização. A prática também mostra que, muitas vezes, a sistematização é incluída no ciclo do projeto sem que se tenha explicitado seus

objetivos e concepções, ou, em alguns casos, como etapa alternativa à avaliação. Assim, a discussão da idéia de que o projeto é diferente da experiência, já que o primeiro diz respeito às intenções e o segundo ao que realmente ocorreu (incluindo dimensões como as relações entre os diferentes atores, interesses e tensões), transforma-se em um ponto fundamental para que a sistematização não se configure como mais um momento formal relacionado à gestão de projetos. Nessa perspectiva, ela pode ser realizada, tanto no final da experiência, quanto durante o seu percurso.

4.5.2. A importância da participação dos atores da experiência:

A maioria dos autores destaca que, como a intervenção social, a sistematização é, por princípio, uma atividade coletiva. A participação de todos os envolvidos é prevista desde o momento inicial que trata de negociação dos sentidos, objetivos, processos e resultados da sistematização. Segundo Maria Mercedes Barnechea (1998) o exercício individual empobrece as possibilidades de produção de conhecimento já que se limita ao olhar de um indivíduo sobre um processo que é complexo e multidimensional. Oscar Jara (2001) salienta que uma etapa fundamental é a definição da forma como os diferentes atores da experiência se envolvem no processo de sistematização, não como “meros informantes”, mas como sujeitos da interpretação e da crítica.

O caráter participativo não exclui a pertinência de um apoio externo, como facilitador do processo de sistematização. Um profissional externo pode contribuir para facilitar a clareza dos conteúdos a serem buscados na experiência e ajudar na superação das dificuldades iniciais, tais como manter o foco, ampliar a perspectiva, considerar a relação da parte com o todo. Segundo Maria Mercedes (1998), o papel principal do sistematizador externo é o de ajudar a trazer para a consciência os processos mentais ocorridos durante a ação.

Assim, trata-se fundamentalmente de um processo desencadeado com base em perspectivas múltiplas. De acordo com Ada Ocampo e Julio Berdegué (2001), o fato de que a prática é relativa a processos sociais, implica também no relacionamento de diversos atores ou agentes sociais, cada qual com sua própria compreensão sobre a ação, ainda que envolvidos indiretamente na experiência.

Também Alfredo Guizo, entre outros autores destaca:

Todo processo de sistematização é um processo de interlocução entre sujeitos no qual se negociam discursos, teorias e construções culturais. Durante a prática existem múltiplas leituras que precisam ficar visíveis e confrontar-se com o objetivo de construir um objeto de reflexão e aprendizagens em comum (GUIZO, 1998:4).

Reiteram os autores abaixo a importância das diversas vozes, dos relatos vivos e da explicitação dos conflitos.

A sistematização pressupõe a produção do conhecimento desde a construção de relatos vivos, que abram espaço para diversas vozes, passando pela possibilidade desses relatos revelarem as relações de poder e os dispositivos pelos quais estas operam e podem ser superadas; passando também pela possibilidade desses relatos gerarem a explicitação dos conflitos e ainda favorecendo a reconstrução das práticas, após serem estas refletidas, situadas, melhor compreendidas (VARONESE, FALKEMBACH 1996:12).

Para Pierre de Zutter (1994) a sistematização (ou capitalização) de experiências é movida por dois diálogos, um interior, consigo mesmo e com a equipe interna; e outro exterior, com o público, com aqueles com quem compartilhamos, trocamos e construímos coletivamente.

4.5.3. Passos e procedimentos metodológicos

De acordo com Maria da Luz Morgan (1995) os grupos latino-americanos concordam que a sistematização não é uma proposta terminada e buscam coletivamente, por meio de um processo de intercâmbio e criação coletiva, a construção de uma metodologia de trabalho que seja útil e acessível aos profissionais na prática. Segundo ela, ao resumir as práticas referentes a “como sistematizar” as principais propostas eram então originárias das seguintes organizações: CELATS em 1985, Taller Permanente CEAAL em 1988, Escuela para el Desarrollo em 1991 e ALFORJA em 1994.

Considerando essas propostas e acrescentando reflexões posteriores dos mesmos autores, além de trabalhos de Ada Ocampo e Julio Berdegú (2001); as experiências de Pierre de Zutter (1994), bem como o relato das experiências da Unijui – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, é possível identificar etapas e procedimentos (ou componentes do processo) comuns ou complementares, não necessariamente cronológicos²⁰, organizados abaixo²¹.

4.5.3.1. Identificação dos atores envolvidos na experiência

Busca-se a identificação e reconhecimento do ponto de vista de cada sujeito envolvido, direta ou indiretamente, na experiência a ser sistematizada. Com base neste levantamento inicia-se a construção de consensos.

Es altamente probable que los distintos actores no estén completamente de acuerdo entre si al describir que fue lo que sucedió, por qué sucedió, que efectos produjo, quienes se beneficiaron mas y quienes menos, e incluso si acaso la experiencia, en términos globales o generales, fue positiva o negativa. Podemos decir que, en un primer momento, el ejercicio de sistematización genera *heterogeneidad* (OCAMPO; BERDEGUÉ, 2001)

4.5.3.2. Construção coletiva do projeto de sistematização

Trata-se do debate, negociação e acordo coletivos sobre os sentidos, objeto, objetivos, públicos, produtos e procedimentos da sistematização, a partir do que se delinea os conteúdos da sistematização, ou temas, focos e questões orientadoras (a depender do autor). Para todos os autores, essa etapa é considerada fundamental já que a sistematização é uma atividade coletiva. É

²⁰ Por exemplo, para o Taller Permanente CEAAL-PERU as etapas realizam-se em dois níveis: o primeiro que interpreta o processo com um todo (desenho e recuperação, periodização, análise, interpretação e exposição), o segundo que aprofunda segundo o objeto (delimitação do objeto e objetivos da sistematização, desenho do projeto, reconstrução da experiência desde o objeto, análise: explicitação de hipóteses, periodização, formulação de perguntas a cada etapa e a todo o processo, síntese: resposta às perguntas, exposição)

²¹ Optou-se por organizar os procedimentos agrupando aspectos que, mesmo considerados pelos autores como etapas diferentes, pudessem ser compreendidos como momentos específicos de um mesmo item.

também o momento de disponibilizar aos participantes algumas ferramentas básicas para o seu desenvolvimento.

Sobre o alinhamento dos objetivos entre os diferentes atores envolvidos na experiência, alguns autores acrescentam que, mesmo que o objetivo principal seja o de produzir conhecimentos sobre a prática, outros interesses podem ser contemplados, “como ordenar a prática, verificar a prática, legitimar ou validar uma opção metodológica” (BARNECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998).

Várias são as considerações sobre a definição do objeto (projeto, uma etapa, uma relação, tratamento de um problema, etc.) da sistematização, especialmente quanto às dificuldades encontradas na prática, uma vez que nem sempre é fácil, para os profissionais diretamente envolvidos na ação, compreender seu curso ou perceber e fundamentar de maneira organizada as aprendizagens obtidas. Segundo Maria Mercedes Barnechea (1998:10): “la experiencia siempre se presenta inicialmente de manera confusa”.

Para alguns autores essa etapa deve resultar no desenho de um projeto de sistematização que inclui: o primeiro ordenamento da experiência, a seleção de um tema que seja suficiente para aquilo que se busca conhecer e a formulação de uma pergunta central: “en la pregunta-eje está la clave del proceso de producción de conocimientos: sólo si se la ha formulado la sistematización logra producir algo nuevo y superar lo ya sabido” (BARNECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998:11). É também neste momento que as relações entre a parte e o todo, o objetivo e subjetivo e a complexidade da experiência são estabelecidas e compreendidas.

Para os demais é um momento que representa o encontro preliminar dos integrantes da experiência, com o objetivo de conhecer suas percepções sobre a experiência a ser sistematizada, debater os seus propósitos e construir os acordos.

4.5.3.3. A reconstrução da experiência

Foram incluídos nessa etapa procedimentos como a compilação e ordenamento da informação e documentação disponível (informes, diagnósticos, registros das ações, avaliação de resultados, vídeos, fotografias, entrevistas gravadas, etc); e a recuperação, registro, descrição e ordenamento da

experiência a sistematizar. Em síntese trata-se da reconstrução histórica do processo (acontecimentos, fatos, relações, contextos, sentimentos) e a construção da narrativa, com base nos focos, conteúdos ou perguntas orientadoras anteriormente definidas.

Parte-se da diversidade de perspectivas dos diferentes atores para construir uma visão compartilhada da experiência na forma de lições aprendidas, para “manipularla y procesarla intelectualmente” (BARNECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998), para olhá-la segundo uma “mirada ordenada a la práctica” (MORGAN, FRANCKE, 1995), ou para ordenar os diferentes elementos objetivos e subjetivos que interferiram no processo, compreendê-lo e interpretá-lo e, dessa maneira, extrair aprendizagens que tenham utilidade no futuro (JARA, 2001).

Vale ressaltar que não se trata apenas de descrição e ordenamento, mas também a contextualização da experiência e dos fatos. Para Ada Ocampo e Julio Berdegú (2001) as informações a serem ordenadas são as seguintes:

- A situação inicial e os elementos de contexto, incluindo a explicitação do problema que a experiência pretendia resolver, a análise das oportunidades pré-existentes identificadas inicialmente, as causas diretas do problema e o contexto. Os autores exemplificam: um problema pode ser a baixa produtividade dos camponeses; uma oportunidade pode ser uma nova forma de envio de verduras e frutas para o mercado urbano ou a melhoria da qualidade das terras; uma causa a baixa qualidade dos produtos. A análise do contexto pode então chegar a questões como a desorganização dos trabalhadores em função de um período de conflito social, ou a existência de leis que não incentivem a comercialização.
- A descrição do processo de intervenção e seus elementos de contexto seguida da identificação dos aspectos centrais da experiência (considerada como base fundamental de todo o processo de sistematização). Envolve o levantamento das atividades, cronograma, os diferentes papéis dos atores envolvidos, métodos e estratégias, meios e recursos utilizados, bem como os elementos de contexto - compreendidos como aqueles que não são da governabilidade direta dos atores, mas influem diretamente nas ações.

- A situação final e seus elementos de contexto, considerado pelos autores como o momento no qual a sistematização se realiza. Trata-se de revelar os resultados da experiência (tangíveis e intangíveis) e as mudanças ocorridas.
- As aprendizagens extraídas da sistematização que trata de gerar novos conhecimentos e produzir, a partir do trabalho cotidiano, pautas para melhorar a capacidade de tomada de decisões pelos agentes da experiência.

Nota-se, especialmente em relação ao trabalho de Ada Ocampo e Julio Berdegú (2001), a incorporação de procedimentos relativos ao diagnóstico e à avaliação de projetos, embora avance em direção às aprendizagens.

4.5.3.4. O ordenamento da informação

Diz respeito ao ordenamento e análise das informações levantadas, segundo a perspectiva do sujeito e do objeto da sistematização, de maneira a identificar novos temas e aspectos centrais a serem abordados. Para alguns autores, a decomposição do processo nos elementos que o constituem, analisando a lógica interna e as relações entre eles é também o momento do diálogo com a teoria. O principal instrumento é a formulação de perguntas, seguida do re-ordenamento das informações necessárias para respondê-las. Exemplifica Maria da Luz Morgan (1995:16): “por ejemplo, si se quiere conocer cómo se dio la participación de la población, se requiere precisar cómo se entiende ésta y en qué comportamientos o actitudes se expresa”.

4.5.3.5. A análise, crítica e interpretação

O momento de análise é compreendido como síntese, interpretação crítica do processo, reflexão (porque aconteceu o que aconteceu), elaboração de conclusões (pontos de chegada), ou como respostas às perguntas anteriores.

Para Maria da Luz Morgan (1995) implica em decompor a experiência (totalidade) nos elementos (partes) que a constituem, identificar as relações entre eles, compreender seus fundamentos e conseqüências. É novamente o momento de enfatizar as relações com a teoria, levantar o conhecimento prévio, distinguir

os novos conhecimentos produzidos durante a prática e relacioná-los com o conhecimento acumulado sobre o tema, dialogando teoria e prática.

Assim, especialmente para o Taller Permanente de Sistematización – TPS, a sistematização deve: (1) organizar os conhecimentos produzidos na prática. (2) confrontar com os conhecimentos anteriores; (3) confrontar com o conhecimento acumulado – teoria; (3) produzir lições e aprendizagens que orientem novas práticas, já que “busca sacar a la luz la teoría que están en la practica” (BARNECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998:5).

Sobre a formulação de perguntas e respostas as autoras salientam que é um processo que ocorre segundo a compreensão dialética do mundo, uma vez que busca as tensões e relações entre as diferentes dimensões ou aspectos da experiência, bem como os interesses e ações dos participantes.

Ressalta-se que os processos de reflexão são realizados com a participação de todos os protagonistas da experiência que buscam responder as perguntas levantadas, e resultam em aprendizagens que sugerem novas propostas de intervenção. Para Oscar Jara (2001) inclui algumas aprendizagens que podem ser consideradas “gérmenes de generalización”²², capazes de servir a outras experiências similares ou aportar para a formulação de políticas públicas, ou mesmo elementos que ajudem a repensar alguns fundamentos teóricos.

Sobre a relação com a teoria Oscar Jara (2001) propõe a expressão “contexto teórico” para denominar os conceitos e conhecimentos com os quais os sujeitos fundamentam sua prática. A expressão pretende diferenciar-se do tradicional “marco teórico” e explicitar que, antes de iniciar a sistematização, já existem análises e interpretações. Para o mesmo autor, o principal “dilema” da

²² Sobre as concepções de aprendizagem nota-se algumas diferenças, se para alguns são “ensaios de generalizações”, para outros dizem respeito às características do “conhecimento prático” compreendido como “situacionales: han sido producidos a partir de situaciones concretas y no tienen ninguna aspiración – ni podrían tenerla – hacia la generalización; su validez deriva de su utilidad para orientar la práctica” (BARNECHEA; GONZALEZ; MORGAN, 1998). Para Ada Ocampo e Julio A. Berdegué (2001) uma “lição aprendida” é uma generalização baseada em uma experiência, mas distinguem as lições normativas “(instrumentais) das lições causais (afirmações de probabilidades). Distinguem também as aprendizagens dos “descobrimientos”, “conclusões” e “recomendações”, normalmente resultantes de processos avaliativos.

sistematização é justamente a interpretação crítica, ou seja, superar o descritivo e narrativo com os quais freqüentemente a sistematização é confundida.

No tenemos la costumbre de teorizar, no hemos desarrollado suficientemente nuestra capacidad analítica y muchas veces nuestra formación nos ha empujado a simplemente ser consumidores pasivos de los conocimientos que otras personas nos querían transmitir (JARA, 2001:8).

Sendo assim, a superação desse dilema supõe avançar do ponto de partida – a reconstrução histórica da experiência – para refleti-la e entender “porque aconteceu o que aconteceu”. Salienta que, para tanto, o essencial é entender a dialética entre “mudanças e resistências” e suas tensões, as relações da parte com o todo, os elementos de contexto, os desafios e forças contidos na ação.

4.5.3.6. A comunicação

A definição das estratégias de comunicação que ajudem a socializar a experiência é parte integrante do processo de sistematização. Busca comunicar aprendizagens e parte da definição prévia do público interessado nos seus resultados. Normalmente, a partir de um relatório mestre, é possível produzir diferentes materiais de comunicação para cada público (textos, peças de teatro, vídeos, seminários, etc.).

4.5.3.7. As técnicas

São utilizadas diferentes técnicas propostas pela pesquisa qualitativa tanto para a construção da sistematização, quanto para a análise, tais como dinâmicas de grupo, história oral, as linhas de história, os desenhos coletivos, etc.

A título de observação sobre os procedimentos aqui sintetizados - e com base na nossa prática desenvolvida – alguns aspectos são ainda essenciais para a realização da sistematização:

- A ênfase na construção coletiva dos consensos e acordos sobre o processo, embora pertinente, não se realiza naturalmente se não forem previstas etapas

prévias de formação com os profissionais e público-alvo das ações, acerca das concepções e práticas da sistematização. Assim, a realização de oficinas e construção de espaços mais longos de debate antes da construção do projeto de sistematização tem se mostrado eficaz, quando o propósito é contribuir para a reflexão permanente da prática e a partir dos próprios atores. Em outras palavras, trata-se de contribuir para que as condições (conceituais e metodológicas) para tanto sejam criadas nas organizações e junto à população envolvida, de maneira a garantir não só a participação de todos, mas também propiciar a permanência da idéia. Esta etapa tem se revelado rica em subprodutos como o estímulo para a formação permanente e o desenvolvimento de estratégias que podem ser incorporadas no dia a dia, tais como: o registro sistemático, a tematização da prática e a reflexão coletiva, o hábito da gestão do conhecimento, independentemente dos objetivos específicos de um projeto de sistematização.

- Considerando que a ausência de documentação, aliada às dificuldades de tempo e experiência para o registro, síntese e edição de textos é um problema recorrente em grande parte das organizações (especialmente as que desenvolvem trabalho de base), faz-se também necessário o desenvolvimento ou experimentação de estratégias que estimulem essa prática de forma mais autônoma (ou seja, sem que se estabeleça uma relação de dependência com o sistematizador externo).
- Embora a comunicação, e, portanto, a construção do produto da sistematização, seja parte integrante e fundamental de todo o processo, há uma tendência em superestimar esta etapa, já que é para ela que confluem as expectativas, os tempos, os prazos, os recursos. Assim, também fundamental é a compreensão de que, para além do produto de comunicação, a socialização dos resultados significa potencializar os efeitos daquela ação, tanto internamente quanto para um público mais amplo, sempre em direção à transformação social desejada. Nesse sentido, mais do que comunicação e produto, trata-se da articulação com os destinatários deste conhecimento e da inclusão do elemento humano que segue junto com o produto, nunca suficiente em si mesmo, e não resumido a “manuais” e “prescrições” a serem seguidos em passos seqüenciais. Como nos ajuda Pierre de Zutter: “dans la mesure où

la capitalisation de l`expérience ne se limite pás au produit final, à la connaissance obtenue, mais où elle s`interesse au comment cette connaissance a été produite, la capitalisation étudie des processus” (ZUTTER, 1994: 75).²³

- E finalmente, se considerada a construção do conhecimento como um ato criador, está pressuposto que cada indivíduo, antes do coletivo, precisa estar engajado pessoalmente em “projetos de pesquisa” sobre a sua própria prática.

²³ Na medida em que a capitalização de experiências não se limita ao produto final, ao conhecimento obtido, mas se interessa pelo como esse conhecimento foi produzido, a capitalização estuda os processos. Tradução da autora.

5. A PALAVRA DA PRÁTICA

*HAI-KAI: Poema tradicional japonês que conta 3 versos de 17 sílabas, sendo 5 no primeiro e no terceiro verso e 7 no verso do meio.
Negrão*

Neste capítulo apresentamos os resultados das entrevistas realizadas entre 2005 e 2006 com seis profissionais de três ONGs, escolhidas – em um universo grande de possíveis – a partir de critérios gerais já apontados no item 2 – metodologia. Iniciamos com uma breve informação sobre os sujeitos entrevistados e procedimentos adotados, seguidos pelos itens: o lugar da produção do conhecimento na prática das ONGs, as concepções sobre o conhecimento da prática, os conceitos e demais aspectos relacionados à sistematização de experiências. Finalizamos com algumas considerações finais.

O **Quadro 1** sintetiza os aspectos destacados para a verificação da pertinência da escolha da organização e apresenta, não integralmente, as suas áreas de atuação, missão e propósitos centrais a esta pesquisa.

Quadro 1 – As organizações²⁴

	Ano de fundação	Área de atuação	Missão	Propósitos
ONG A	1987	Estudo e formulação de políticas públicas municipais e estratégias de desenvolvimento local.	A construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas.	Fortalecer a capacidade de ação autônoma da sociedade civil; criação de novos espaços de socialização do poder na gestão pública; construção de um novo padrão <i>civilizatório</i> ; análise crítica, sistematização, debate e difusão das políticas inovadoras que impulsionem a democratização da gestão e das políticas públicas; entre outros.

²⁴ Informações sintetizadas a partir das publicações institucionais e com ênfase nas expressões definidas nos critérios.

ONG B	1986	Formação continuada de educadores, formadores e outros profissionais que atuam na educação	Melhorar a qualidade da educação por meio do desenvolvimento profissional e pessoal de educadores e do fortalecimento do potencial educativo das escolas e centros educacionais.	Atuar como um centro de produção de conhecimento em educação; contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas que resultem numa educação de maior qualidade; refletir e sistematizar a ação educativa; entre outros.
ONG C	1994	Educação e Juventude	Promoção dos direitos educativos e dos direitos da juventude, tendo em vista a promoção da justiça social, da democracia participativa e do desenvolvimento sustentável no Brasil.	Melhorar a qualidade da formação de jovens e adultos; produzir material pedagógico; efetivar direitos educacionais; pesquisar e avaliar em busca do conhecimento rigoroso e informação qualificada; registrar e disponibilizar ações sobre educação e juventude; incentivar a produção de conhecimento em educação; entre outros.

Em cada organização foram entrevistados, separadamente, dois profissionais, conforme **Quadro 2**. O objetivo foi identificar os sentidos atribuídos pelas ONGs para a produção de conhecimento a partir da prática e, especialmente para a sistematização de experiências, segundo duas óticas: o responsável pela organização e o responsável pela prática da sistematização.

Quadro 2 – Os sujeitos

		Papel na ONG
ONG A	A1	Fundador e Coordenador Executivo
	A2	Responsável pela sistematização de experiências de gestão local, Coordenadora de Programa
ONG B	B1	Fundadora e Coordenadora Executiva
	B2	Responsável pela sistematização de um projeto, formadora e editora de publicações
ONG C	C1	Fundadora e Coordenadora de Programas
	C2	Formadora e responsável por um Programa

A primeira entrevista em cada organização foi sempre realizada com os seus responsáveis, coincidentemente todos fundadores. Como não é comum a existência, nas ONGs, de cargos e funções específicos para a prática da sistematização de experiências, optamos por solicitar a eles que indicassem, segundo sua percepção, o segundo profissional a ser entrevistado, tendo como único critério a condição de executor de processos de sistematização na organização em questão. Para facilitar o texto, estamos nomeando os dois profissionais de cada ONG como: coordenador (responsável pela ONG) ou técnico (responsável pela sistematização), independentemente de seus cargos e funções específicos.

Vale notar que todos os técnicos indicados pelos coordenadores são responsáveis simultaneamente por Programas e Projetos. No caso da ONG A trata-se de um projeto voltado para a sistematização e disseminação de experiências em uma temática específica, com ênfase na publicação e comunicação dos resultados; na ONG B um programa de formação de educadores - no qual a profissional é também formadora e editora de materiais de comunicação; na ONG C um programa de educação e formação que inclui a sistematização de experiências no seu percurso. Entre os profissionais indicados predomina a experiência em coordenação de programas/projetos, formação de educadores e edição e publicação de materiais de comunicação.

As seis entrevistas (com duração média de duas a quatro horas cada uma) foram realizadas a partir de um roteiro semi estruturado, não seqüencial, e com espaço para interações livres, de maneira a permitir o diálogo e a construção da idéia. O roteiro abaixo foi construído considerando as perguntas e conteúdos previamente definidos e já descritos.

- Identificação do sujeito: formação, experiência anterior e papel desempenhado.
- Caracterização da organização: histórico, objetivos, ações e principais resultados.
- O lugar e importância que a produção de conhecimentos e especialmente a sistematização de experiência ocupa no cotidiano institucional.

- Concepção acerca do conhecimento produzido pela organização, sua importância e papel na prática social.
- Conceito de sistematização de experiências, suas relações com a produção do conhecimento e interfaces com os demais procedimentos.
- O objeto, foco, tema que ordena a sistematização. Os procedimentos para identificação e priorização da experiência a ser sistematizada.
- Os objetivos da sistematização de experiência no fazer cotidiano.
- A quem se destina, quem é o público interessado nos resultados da sistematização.
- Os resultados e efeitos na organização, nos sujeitos e na sociedade.
- Qual é a proposta metodológica, como é feita a sistematização, quem faz, quem participa.
- As dificuldades e facilidades, as aprendizagens e as recomendações.

Durante o processo de ordenamento das entrevistas, optamos por manter trechos dos discursos transcritos, de maneira a dar a voz, o máximo possível, aos sujeitos em questão. Importante ressaltar, na dimensão subjetiva, a similaridade das manifestações da maioria dos sujeitos quanto à disponibilidade e interesse em debater essa temática - muito presente nos seus cotidianos – mas pouco priorizada quanto à reflexão sobre os fundamentos (conceituais, políticos ou metodológicos) envolvidos. Especialmente na avaliação daqueles que são executores de processos de sistematização, a entrevista terminou por configurar-se como um momento a mais, ainda que breve, para reordenar suas experiências e levantar novos pontos de reflexão. Por assim dizer, uma breve sistematização da sistematização²⁵. Portanto, uma das riquezas desta etapa foi a possibilidade de acompanhar o desenrolar do pensamento, “o refletir enquanto fala”, feito com a transparência e a inquietação pela reflexão demonstradas pelos entrevistados, e que tenderá a ficar invisível no ordenamento analítico dos discursos.

Assim sendo, antes de apresentar os resultados propriamente dito das entrevistas, valem algumas considerações que ajudam na sua contextualização:

²⁵ “Interessante pensar em como faço o que faço”. “Não tinha pensado que existe uma discussão sobre isso”. “Que bom que está me perguntando isso, agora estou vendo como é importante”, etc.

- Conforme já sinalizado, as ONGs tratadas são diversas e não podem ser tomadas como um conjunto composto por iguais, mas como um conjunto composto por possíveis.
- Em duas ONGs, parte das questões (embora não o tema e tampouco a prática), configuraram-se como novas para os sujeitos, ou seja, o contexto das respostas é mais interno (sujeito) do que externo (organização). Neste caso, teremos um peso maior para os sentidos que os sujeitos entrevistados atribuem à produção do conhecimento a partir da prática, em relação aos significados atribuídos pelas ONGs enquanto instituições. Com isso não estamos sugerindo que as organizações não são constituídas por sujeitos, os únicos que atribuem sentido e significado para as coisas, mas apenas sinalizando que o discurso não tende a ser, nestes casos, predominantemente um discurso institucional.
- Soma-se a isso o fato de que coordenadores, e justificado pelo cargo e função que desempenham, tendem a uma visão mais macro, relacionando as questões com os propósitos, valores, posicionamentos e ideários da organização, como esperado. Essa tendência pode ajudar a compreender parte das diferenças, que serão notadas, entre os discursos dos dois profissionais da mesma organização, menos como tensões ou contradições, e mais como perspectivas diversas a depender do lugar de onde se olha. Explica também porque encontramos mais respostas dos coordenadores para os temas mais gerais, enquanto a tendência dos técnicos foi a priorização dos aspectos mais práticos.
- A mesma observação se aplica aos técnicos, quando vistos no conjunto. Embora tenham em comum o fato de que executam processos de sistematização, ocupam lugares múltiplos nas ONGs, ora realizando a sistematização como parte intrínseca ao desenvolvimento dos projetos, ora como um processo que tem identidade própria.

Essas considerações pretendem justificar o fato de que, de saída, não pretendemos tratar as respostas como representantes de um discurso pertencendo a unidades específicas: a ONG, os coordenadores, os técnicos. Ao contrário, ainda que, em alguns casos, os resultados sejam tratados como gerais,

procuramos não perder de vista a diversidade das formas de inserção dos profissionais e do tema na organização, e desta no campo social.

5.1. O lugar da produção do conhecimento e da sistematização de experiências na prática das ONGs

*saber é pouco
como é que a água do mar
entra dentro do coco?
Leminsky*

De acordo com os sujeitos da ONG A, a sua forma particular de inserção nas questões e no debate social tem por base a produção do conhecimento, que se dá pela via da análise crítica, da sistematização e difusão das políticas inovadoras, que impulsionem a democratização da gestão e das políticas públicas. Segundo o coordenador (A1), a sistematização de experiências ocupa um lugar central na prática da organização, uma vez que a sua atuação estrutura-se a partir do seguinte caminho: identificar, sistematizar, analisar, debater e difundir. Os resultados desse trabalho constituem, para ele, a contribuição específica da organização, frente à questão na qual atua.

O que fazemos é sistematização de conhecimento, em todas as suas dimensões. Fazemos pesquisas para isso, e identificamos que os resultados desse trabalho são a nossa contribuição no trabalho de formação, na consultoria para as prefeituras, na atuação das redes de cidadania onde estamos presentes. Essa é a nossa contribuição específica, singular (A1).

A idéia de sistematizar experiências está presente desde a origem da ONG A, no final dos anos 80. Para A1, o contexto da época - início da redemocratização – levou alguns municípios a priorizarem a área social. Surgiram então novas iniciativas que sinalizavam a busca por uma nova forma de governar, mais orientada por critérios como a melhoria da qualidade de vida, a universalização das políticas e a inclusão social. Daí o interesse em iniciar uma

área de sistematização da gestão democrática que identificasse, sistematizasse, analisasse, debatesse e difundisse esse conhecimento.

Começa a partir de Lajes, Boa Esperança, municípios com iniciativas que priorizavam o social e que sinalizavam o início de alguma coisa. Não encontramos um espaço que pudesse fazer esse trabalho - nem mesmo em centros de pesquisa ou partidos políticos - de sistematização das experiências de gestão democrática. Então acabamos agregando outras pessoas e fundamos a ONG. Alguns consideram que somos uma instituição de sistematização de conhecimento (A1).

Um exemplo importante desse trabalho é o projeto coordenado pela técnica (A2) e que trabalha especificamente na sistematização de experiências de gestões municipais, de maneira a que possam ser “adotadas” ou refletidas em qualquer outra gestão: “mesmo uma experiência desenvolvida em São Paulo, a decodificação de sua lógica permite pensar em aplicá-la em um pequeno município. O trabalho é então verificar o potencial das experiências” (A2).

Na ONG B a idéia da produção de conhecimento e sistematização sempre esteve presente nos projetos e ações desenvolvidos, considerada parte integrante de projetos de formação de educadores, que têm como princípios básicos: “acreditar na criança, integrar cultura e educação, tomar a relação teoria e prática como objeto da formação e apostar na autoria dos educadores como sujeitos de seu desenvolvimento profissional” (B1). Entretanto, a prática da sistematização para a disseminação de conhecimentos, de maneira mais ampla, é mais recente e deriva do desejo de organizar e socializar a experiência e aprendizagens construídas ao longo dos anos. Atualmente está em curso a sistematização de um programa de formação de educadores integrantes de Centros de Educação Infantil ligados a instituições sociais. Este trabalho é considerado como a consolidação da metodologia de formação continuada em serviço, construída nos últimos 20 anos de prática. Motivo de orgulho para todos os profissionais constitui-se em, na expressão da coordenadora:

Fruto do trabalho de muitas mãos, que gerou inúmeros desdobramentos, começou voando baixo, perto e devagar, e foi ampliando o seu raio de ação, alcançando vãos, e, finalmente chegará a todos 5.560 municípios brasileiros (B1).

De acordo com os entrevistados da ONG C, a organização caracteriza-se pela combinação entre as ações: desenvolvimento de projetos, pesquisa, produção e disseminação do conhecimento, e ação política. Consideram que a sistematização permeia todos os trabalhos desenvolvidos, pautados, desde a sua origem, pela idéia da produção de conhecimento, já como um diferencial em relação ao ativismo tradicional da área. Entre os motivos que, segundo os entrevistados, justificam esse propósito é o fato de que a base da organização é formada por professores universitários e pesquisadores.

Entre os nossos sócios fundadores, temos pelo menos vinte que são professores, doutores, pesquisadores, gente com produção. Então quer dizer que nunca fomos totalmente à parte desse mundo de produção de conhecimento, pelo contrário (C1).

Assim, a sistematização e produção de conhecimento embora ocupem lugares diferentes a depender da organização, são considerados como parte integrante e constitutiva das suas identidades, e / ou elemento que transversa as ações desenvolvidas, dado pelo princípio metodológico adotado ou pelas características de seus dirigentes. Suas origens coincidem com o surgimento da organização, já que ambos (identidade e princípio) fazem parte integrante da construção institucional. As motivações ou justificativas para a ênfase no tema aparecem como prioritariamente políticas (coincidindo com a conjuntura de redemocratização no Brasil); relativas à cultura institucional (diálogo com os princípios da universidade, luta contra o ativismo); metodológicas; e circunstanciais (necessidade de organizar o conhecimento produzido ao longo dos anos).

A maneira de inserção da temática em cada ONG reflete as diferenças entre elas. Fundamentalmente temos: (A) uma organização de produção de conhecimento sobre experiências de outros atores (trata-se do olhar da sociedade civil sobre a experiência de gestores públicos); (B) uma organização caracterizada pela ação direta junto a educadores e técnicos da área de educação; e (C) uma organização que busca combinar a produção do conhecimento com a intervenção direta junto ao seu público prioritário (considerados como linhas de ação específicas). Consoante com isto, encontramos os seguintes modos de tratar o

tema: sistematização de conhecimento com o objetivo de comunicá-lo; sistematização como estratégia metodológica de construção de conhecimento com o objetivo de socializar as aprendizagens; a própria produção de conhecimento como objetivo.

5.2. O conhecimento na prática social

*signos, sonhos, sombras, imagens,
ninguém vai nunca saber
quantas mensagens nos trazem.*

Leminsky

As reflexões dos sujeitos acerca do conhecimento que deriva da experiência concreta e sua lugar na prática social foram ordenadas e sintetizadas conforme manifestas, e segundo os conteúdos e ênfases encontradas nas próprias respostas: a percepção sobre a produção de conhecimento em suas ações, as características deste conhecimento, sua dimensão política.

5.2.1. As percepções sobre a produção do conhecimento a partir da prática

Para o coordenador da ONG A, tanto informações, quanto aprendizagens podem se “transformar” em conhecimento. Para tanto, é necessário que existam caminhos metodológicos e, principalmente, a sua inserção em um marco conceitual mais amplo, traduzido em critérios. Caso contrário configuram-se mais como “discursos” do que como conhecimento. Em outras palavras, as experiências tomadas isoladamente não “ensinam”, é preciso inscrevê-las em um determinado projeto de sociedade, que lhes confira sentido.

Milton Santos diz: as experiências só são importantes inscritas num certo projeto, soltas elas não têm significado, são apenas apropriadas nos discursos, segundo os diferentes interesses. Estamos, por exemplo, avaliando a importância de desenvolver todos os esforços para promover a equidade na sociedade. Estamos convencidos de que, para que as práticas sociais possam atingir esse objetivo, é preciso criar mecanismos de participação efetivos. Então vamos ler as experiências a partir desse critério e vamos valorizar aquelas que apontem para esse esforço. Outras,

não nos interessam tanto, porque fogem do nosso marco de referência (A1).

Também para a coordenadora da ONG C o conhecimento derivado da experiência é sempre limitado quando não existe a justificativa e definição prévias dos elementos interessantes de uma experiência. Para que seja conhecimento “útil” é necessário que exista previamente o elemento analítico, aliado ao esforço de estabelecer conexões e dialogar com as teorias ou com outras experiências.

E para estabelecer conexões tem que sair da coisa em si para ir dialogando ou com teorias ou com posições do senso comum ou com outras experiências. De alguma forma o caráter reflexivo e analítico do conhecimento tem que estar presente. Só assim tornamos a coisa interessante e ultrapassamos o mero relato. É um esforço “ensaístico” (C1).

Já a coordenadora da ONG B considera que o registro da prática e a sistematização da metodologia do trabalho produzem sempre conhecimento, que serve tanto para a própria organização quanto para outros grupos similares.

Tenho certeza de que produzimos conhecimento. Primeiro porque voltamos com frequência a esse material, considerado base para a reflexão coletiva feita pela equipe executora da organização. É sempre a partir dele que avançamos e reconstruímos nossa prática. E quando está muito bom, socializamos. Temos inúmeros casos de relatórios internos de sistematização do trabalho que foram publicados em revistas e outros lugares (B1).

Para a técnica da ONG A, toda experiência propicia a formulação de um novo conhecimento, se comparada com outras e acrescida de novos elementos - processo que ela intitula sistematização. De acordo com ela, ainda que normalmente uma determinada ação atenda a necessidades locais, quando sistematizada, passa a ser potencialmente capaz de contribuir para outros, “além dos horizontes geográficos e históricos”.

Muitas vezes a experiência serve para aquele local e não ultrapassa seus limites geográficos e históricos. Na medida em que a gente sistematiza, ela passa a ter um potencial de contribuir pra um processo mais amplo, que vai além dos horizontes da temporalidade. Ao sistematizar, retiro a experiência do seu âmbito geográfico e temporal e passo a comparar com outras, acrescentar coisas, de maneira a formular um novo conhecimento (A2).

Assim, na perspectiva destes sujeitos a experiência concreta produz conhecimento, se e quando tomada como ponto de partida. De fato, a ela devem ser acrescentados elementos como a contextualização em projetos mais amplos de sociedade, a comparação e diálogo com outras práticas, o trânsito entre o local e o total, o esforço da construção metodológica e da análise teórica. Além disso, a experiência também pode ser tomada como ponto de chegada, já que o conhecimento decorrente pode ser compreendido como base para as novas ações.

Entretanto, notam-se ênfases diferentes quanto à necessidade de um ponto fixo explícito – aquilo que é tomado como referência primeira. Se para alguns o conhecimento construído pela experiência social ganha sentido apenas quanto visto à luz dos critérios e marcos conceituais assumidos pela organização, ou às hipóteses prévias consoantes com o contexto teórico institucional, para outros existe a possibilidade de que todas as experiências sociais propiciem novas aprendizagens, ainda que não dispensem as referências, as informações, as teorias, as experiências anteriores, tomadas, todavia, mais como elementos que estruturam a busca de novos conhecimentos, do que como determinantes. Caberia a questão: a prática revela novas aprendizagens, ou apenas confirma as hipóteses prévias?

5.2.2 As características do conhecimento derivado da prática

Na perspectiva do coordenador da ONG A, considerando que as experiências são construções sociais e que, portanto, não são isoladamente “virtuosas”, ao contrário, devem ser olhadas sempre a partir de um marco de referência e como parte de um projeto de sociedade, um aspecto fundamental é a distinção entre conhecimento e “discurso”. Trata-se de contextualização e de

análise crítica da aprendizagem: “temos que questionar essa história de práticas virtuosas. Porque elas são virtuosas e em que marco de referência? O que elas podem trazer?” (A1).

Salienta que é fundamental analisar criticamente os discursos presentes no “terceiro setor” relativos às aprendizagens delas decorrentes, bem como de várias iniciativas “filantrópicas” identificadas equivocadamente como construção de cidadania.

Quando valorizamos uma experiência porque ela atingiu o seu objetivo de melhorar a qualidade do ensino, sem considerar que, isoladamente, ela não é capaz de fazer isso, não estamos compreendendo a experiência como parte de um projeto integrado de melhoria da qualidade do ensino. Apesar disso, a experiência pode ser apropriada por discursos, sem conteúdos (A1).

Segundo a coordenadora da ONG B, para caracterizar o conhecimento da prática é importante o estabelecimento de suas relações com a ciência. De acordo com ela, não pode ser considerado conhecimento científico, principalmente porque seu processo de construção não segue os mesmos procedimentos definidos pela produção acadêmica. Caracteriza-se, assim, como um “conhecimento prático” que inclui uma dimensão teórica.

Se considerarmos que o conhecimento científico pressupõe cercar todas as variáveis, fazer pesquisa, comprovar, etc, não estamos produzindo conhecimento científico. Falamos muito em conhecimento pedagógico, produzimos um conhecimento pedagógico que não está atrelado a nenhuma universidade, a nenhum projeto de pesquisa. Entendo que é um conhecimento da prática, embora sempre tenha uma dimensão teórica porque não vamos para a prática sem uma base conceitual (B1).

Neste caso, a teoria está, não apenas “embutida” na prática, como também é sempre explicitada nas ações formativas desenvolvidas: “trabalhamos com o conhecimento teórico nas nossas ações de formação de educadores, mas não estamos produzindo conhecimento científico” (B1).

Essa constatação, aparentemente, não significa nenhuma atribuição de valor ou caracteriza o conhecimento da prática como de menor importância ou irrelevante. Apenas ajuda a compreender e a justificar, exatamente pela sua

importância e especificidade, a necessidade de construção de espaços para a sua disseminação pelos próprios responsáveis pela sua produção.

Normalmente é uma produção que não tem espaço em outros lugares, talvez em uma revista que exija todos os requisitos de uma pesquisa acadêmica os nossos artigos não se sustentem. Mas, do nosso ponto de vista, ela ajuda a prática, então publicamos em nossos próprios canais (B1).

A coordenadora da ONG C reflete sobre estes mesmos aspectos. Mesmo pressupondo o diálogo entre a teoria e a prática como condição fundamental para que as aprendizagens sejam tomadas como conhecimento, sinaliza que esse esforço resulta em um ensaio que não é ciência nem pesquisa, uma vez que não se preocupa com a definição prévia de metodologias, instrumento e demais procedimentos requeridos em uma pesquisa. Outro fator diferencial é o fato de que a sistematização é geralmente feita por uma pessoa muito envolvida na experiência “o que não é desejável do ponto de vista da pesquisa, que exige um enfoque mais imparcial” (C1).

Essa constatação, entre outras, justifica a separação, na organização, de duas linhas de trabalho: de um lado o desenvolvimento de projetos e a sistematização das experiências, e de outro a pesquisa.

A pesquisa está localizada em outro circuito, ligada a centros de pesquisa e geralmente mais colada com a universidade. Eu acho que essa modalidade de sistematização é uma coisa que não tem muito eco na universidade, minha impressão é que é um tema mais ligado às organizações sociais (C1).

Acrescenta que a capacidade potencial na geração do conhecimento deveria, em tese, ser um critério na definição das ações a serem desenvolvidas: “a principio tudo deveria gerar conhecimento para justificar o tempo dedicado e eliminar o caráter pontual e circunstancial das ações. Deveríamos sair do ativismo e usar essa regra” (C1).

Constata, entretanto, uma certa dificuldade para que esse conhecimento ganhe legitimidade, como ilustra a idéia seguinte: “muitas coisas nós não publicamos porque o mundo não dá valor à produção de ONG. Foi por isso que decidimos fazer parceria com universidades, com forma de agregar valor a essa produção” (C1).

A técnica responsável pela ONG B intitula essa produção como “conhecimento aplicado”, que está além das referências teóricas pré-existentes.

Para nós é um conhecimento que tem uma especificidade, ele parte do conhecimento já elaborado e se relaciona com o fazer, com a prática real. Todos os formadores trazem suas experiências e formações iniciais, cada um na sua área de atuação, mas a ação concreta exige mais do que isso. Exige outro tipo de conhecimento. Então penso que esse conhecimento que nós organizamos, e que deriva da nossa experiência prática, é o que ajuda de fato na formação de outras pessoas (B2).

Além de constituir-se em base para a ação, o conhecimento da prática é também, segundo ela, fundamental para “dar voz” à organização, assegurando, por essa via, a autonomia e identidade do pensamento institucional, de seus profissionais e público envolvido.

É esse exercício de construção de conhecimento que garante a autonomia da instituição, a possibilidade de falar por conta própria, de validar a sua palavra e construir a sua história. Isso é muito importante. As realizações das organizações que apoiamos têm também uma história nesse grupo, e suas produções continuam. Está relacionado à construção da identidade dos nossos parceiros também (B2).

A técnica entrevistada da ONG C considera que existem dois tipos de conhecimento no universo social, classificados por ela como ação prática e reflexão: (1) o conhecimento da prática, dos “fazeres”, que foca na participação e nos sujeitos das políticas e que objetiva favorecer a percepção dos participantes como atores sociais; (2) o conhecimento da reflexão, que trata dos conteúdos e objetivos da ação e da “problematização” da realidade com o objetivo de compreendê-la para melhor intervir.

Então eu acho que tem dois tipos de conhecimento, aqueles que surgem da reflexão, que é mais pausado, mais elaborado, que se costura com

outras coisas, e aquele que surge efetivamente da prática, aquilo que existe, aquilo que está lá (C2).

O resultado deste conjunto é um conhecimento diferenciado daquele da academia e das escolas, que trabalham, de acordo com ela, com a “sistematização sistemática”:

Tem algo a ver com o conjunto de conhecimentos do grupo de pessoas ligados à educação de jovens e adultos, conhecimentos que estão fora dos espaços de sistematização sistemática, que seria a universidade e a escola. Tem a ver com a luta pelos direitos da educação de jovens e adultos, que se faz efetivamente nas comunidades de base, nos espaços da sociedade fora da escola (C2).

Dessa maneira, e vistos no conjunto, temos que, segundo os sujeitos, as características do conhecimento produzido pela prática social são definidas a partir de suas relações/distinções com os discursos, a pesquisa e o conhecimento científico (sem entrar no mérito das concepções embutidas nas respostas). Diferencia-se dos primeiros exatamente pelo fato de estar inscrito em um determinado projeto de transformação social (ou seja, explicita sua dimensão política), e do segundo, principalmente, pela não similaridade nos processos e procedimentos adotados durante a sua construção (ou seja, defini o seu lócus).

A título de observação podemos notar que, se a própria identidade das ONGs constituiu-se, em suas trajetórias, principalmente pelas distinções e pelo que não são (não governamentais), é natural que as características do conhecimento construído sejam definidas prioritariamente pelo que ele não é: nem pesquisa, nem ciência e nem discurso. Definido como conhecimento prático, conhecimento pedagógico, conhecimento aplicado ou conhecimento alternativo, é próprio das organizações sociais e nelas encontra também sua legitimidade.

Um de seus elementos centrais trata das relações com a teoria, sobre o que apontamos algumas distinções, já que, a depender da organização/sujeito a teoria pode estar:

- Implícita na prática e nos atores da prática, o que significa que o novo conhecimento comporta uma dimensão teórica, porque a prática já a pressupõe. Entretanto ele avança o referencial teórico (considerado

insuficiente) durante a ação, sugerindo processos pertinentes aos pressupostos do conhecimento como construção permanente realizada na interação entre o sujeito e o objeto.

- Tomada como outro elemento, além da prática, com o qual é preciso dialogar. Trata-se de unidades (teoria e prática; a prática e a reflexão) que, relacionadas, possibilitam a interpretação, a reflexão e a produção de um novo conhecimento, sugerindo processos mais próximos da pesquisa sobre o objeto e mais distantes do sujeito da reflexão. Dito de outro modo, a prática não é portadora de conhecimentos, mas está disponível para uma análise criteriosa.

Finalmente, é importante destacar os demais conteúdos tratados pelos sujeitos neste tema: a legitimidade do conhecimento da prática, sua importância e seu caráter autobiográfico. Embora exista a impressão de que não se trata de um conhecimento legitimado por outros espaços, que não os que são próprios das organizações sociais, ele é valorizado e sua importância reafirmada, seja para o aprimoramento da prática, para o desencadear da luta política e a defesa de direitos, e/ou como construtor da identidade e do pensamento das próprias ONGs, além de canal de expressão dos pensamentos e saberes de seus públicos.

5.2.3. O lugar do conhecimento prático no impacto das ações

Especialmente em relação à consideração do conhecimento como instrumento de intervenção política, e por essa via, seus possíveis impactos em políticas sociais mais amplas, não foram muitas as manifestações dos entrevistados.

O coordenador da ONG A afirma que, ainda que o conhecimento derivado da prática seja considerado como um conhecimento capaz de construir referências para políticas públicas, é preciso mais uma vez discutir a idéia de que as experiências são importantes com a única virtude de que apontam para uma técnica ou para uma metodologia reproduzível, tal como proposto pelo “terceiro setor”.

Nenhum dos discursos que eu conheço que se identifica como terceiro setor tem uma projeção de uma sociedade desejada. O que querem é melhorar um pouquinho o que está aí. Ou seja, os marcos de referência conceituais e teóricos são outros. Quero dizer que, para eles, as experiências são mais técnicas do que construções de relações sociais. A partir de uma outra maneira de ver, temos que as técnicas estão disponíveis há muito tempo, não existe grande inovação técnica. A inovação que importa é a construção das relações sociais e de poder, que de fato permitem a implementação da técnica na busca de determinados resultados (A1).

Em outras palavras, os impactos deste conhecimento na sociedade dependerão de como ele se manifesta: não são técnicas inovadoras ou tecnologias que representarão grandes transformações, mas sim, experiências de construção de novas relações sociais.

A técnica da ONG C avalia que, considerando o conhecimento como um instrumento de poder, as ONGS vêm tentando distribuí-lo melhor e este é seu principal impacto.

A academia é poderosa e a gente vem tentando distribuir melhor esse poder, o que significa acessar esse instrumento, e tomá-lo para si. As organizações não governamentais têm feito isso, o que é uma disputa de espaço relativo à produção de conhecimento. As ONGs têm acesso a conhecimentos que a academia não tem, que é o conhecimento da prática. Além disso, é preciso aproximar da linguagem das pessoas da base, tanto a academia quanto as ONGs (C2).

Assim, temos que impactos mais amplos do conhecimento da prática estão aqui relacionados a dois aspectos principais: a pertinência e centralidade de seus temas para a transformação da sociedade e, acima da capacidade de sua produção, a competência na sua distribuição.

Retomando as categorias de análise assumidas anteriormente, de que todo conhecimento pressupõe uma rede de sentidos, significando tantas coisas quanto forem seus sujeitos e os seus contextos, implica em interações entre teoria e prática/ sujeito e objeto, compreende uma dimensão política, possui uma capacidade tradutora e um caráter autobiográfico, observamos que os sujeitos entrevistados, no conjunto, referem-se à maioria destes aspectos, com menor ênfase nas relações sujeito e objeto de conhecimento e na dimensão política específica do conhecimento prático.

Vale ressaltar que não foram explicitadas, ou não foram percebidas como questões que preocupam os sujeitos, as distinções ou relações entre saber, senso comum, aprendizagem e conhecimento. Especialmente nas relações feitas entre tipos de conhecimento, os sujeitos não se preocuparam em levantar aspectos referentes às diferenças de propósitos entre os vários conhecimentos possíveis, tal como enfatizado pelos autores.

5.3. Os conceitos de sistematização de experiências

*milagre além do pecado
que sentido pode ter
mais significado?
Leminsky*

Considerando os pressupostos anteriores, solicitamos aos sujeitos das ONGs que expressassem preliminarmente seus conceitos sobre a sistematização de experiências.

Para o coordenador da ONG A, sistematização pode ser caracterizada como um procedimento de pesquisa, já que implica na existência de hipóteses iniciais, na escolha de um instrumento, na definição de indicadores e, principalmente de critérios. Na prática da ONG A, os critérios utilizados para a definição de uma experiência a ser sistematizada são, entre outros: a potencialidade para ganhar escala e para se transformar em uma política pública; a existência de democratização na gestão; a capacidade de melhorar a qualidade de vida do cidadão, em síntese a capacidade de gerar ativos para cada causa ou pauta política.

Não sistematizamos uma experiência dissociada das hipóteses com as quais trabalhamos. Se vamos sistematizar uma experiência de agricultura familiar, ou de produção de um negócio como a Farmácia Viva, por exemplo, olhamos essa experiência à luz dos critérios previamente estabelecidos. Ganha escala? É possível pensar que ela pode se transformar em uma política pública? Então a sistematização não é uma sistematização ingênua, ela é uma análise que supõe um recorte, uma definição de critérios, de maneira a verificar se aquilo que estamos buscando está ou não presente naquela experiência (A1).

Segundo ele, a idéia de que a prática e a experiência concreta sistematizadas sejam potencialmente capazes de revelar aprendizagens e produzir conhecimento, mais do que apenas confirmar hipóteses prévias, embora não possa ser negada, constitui-se em uma idéia genérica e de difícil operacionalização.

Como seremos capazes de observar toda e qualquer prática? Não existe tempo, capacidade financeira ou interesse. Temos sim que adotar critérios de seleção dessas práticas, e critérios que tenham por referência os nossos interesses. Não considero possível dizer que toda prática é importante, e que toda prática é portadora de experiência. Não nego isso, mas analisar qualquer prática não tem utilidade para mim, porque a prática, em si, não é portadora de conhecimentos, na verdade ela está disponível para uma análise que tenha critérios (A1).

Em relação à possibilidade dos próprios atores das práticas sociais (população envolvida, técnicos das prefeituras, participantes de conselhos, sociedade civil organizada, etc.) serem estimulados e capacitados para um processo permanente de reflexão sobre a sua prática, o coordenador considera que, ainda que isso aconteça de alguma maneira “independentemente da nossa vontade”, requer mediações de sujeitos coletivos.

Não imagino a possibilidade da sistematização pelas práticas individuais. Como estamos tratando de temas que são coletivos, o processo de avaliação e de sistematização, formal ou informalmente, acaba sendo feito pelas entidades, associações, sociedades de amigos, etc. Deu certo o que a gente queria? Não deu? Por que não deu? Se bem feito ou não, isso é outro problema, mas a sociedade aprende e incorpora o conhecimento (A1).

Lembra, entretanto, que “processos espontâneos” existem e fazem parte da cultura.

Por exemplo, a fitoterapia na cultura indígena. Conhecem várias plantas e suas utilidades, isso é um conhecimento, uma sistematização de experiência. Eles não têm um método, experimentou, deu certo, está incorporado; não deu certo, está descartado. E é uma cultura milenar, vai passando de geração para geração, porque é uma sistematização de conhecimento de memória oral (A1).

Já para a técnica da mesma organização, sistematizar é “organizar, fotografar, registrar para dialogar”, mais do que pesquisar.

As experiências são significativas para determinados grupos, em determinados momentos históricos. Sistematizar é tirar um retrato, é organizar coisas, talvez montar um álbum. Fotografar coisas que por algum motivo estão conectadas e usar a foto como fonte de inspiração (A2).

Segundo ela, no campo das políticas públicas, isso significa olhar para as experiências que ocorrem em municípios diferentes em porte e expressão, fotografar e dialogar com outros atores. Para ela, trata-se mais de uma lógica de comunicação, não se preocupa em conectar com referenciais teóricos. Apenas procura levantar os elementos centrais à luz dos critérios a ONG, já que não se trata de uma “fotografia” genérica, mas sim focada em um determinado ponto de vista.

Se um prefeito amanhece inspiradíssimo, resolve que vai plantar árvore frutífera na cidade inteira, compra 400 mil mudas e planta tudo, essa ação pode ser uma experiência inovadora muito interessante para outros grupos, mas não no ponto de vista da nossa organização. Ou seja, não vou sistematizar sem fazer uma crítica forte sobre a ausência de participação, já que ele não perguntou para ninguém se queriam as árvores, que tipo de árvores, onde plantar, quem vai cuidar (A2).

A coordenadora da ONG B, embora afirme que não utilize ou conheça nenhuma referência teórica sobre o assunto, define sistematização de experiências como uma reflexão registrada, “por escrito”, da prática desenvolvida, somada à sua publicação e divulgação. Trata-se de um registro do trabalho, seguido de um processo de reflexão coletiva que ajuda no avanço da prática e no re-planejamento das ações.

Também para a técnica da ONG B, o conceito de sistematização deriva da sua própria prática, como ilustra o trecho: “não tenho nenhuma referência teórica, o que eu sei é o que a gente faz aqui, o que eu aprendi nesses anos de trabalho. Nunca li nenhum texto sobre sistematização” (B2).

De acordo com ela, para os profissionais da ONG B, a sistematização significa um exercício de generalização, uma tentativa de criar um sistema, de maneira a transformar intervenções pontuais em rotinas sistemáticas que podem seguir ocorrendo de maneira autônoma, sem depender de um profissional externo.

A gente tem muitas experiências e elas são singulares, são encontros marcados com pessoas muito diferentes e muito especiais, formadores daqui e equipes locais. Então cada versão do projeto é sempre uma coisa diferente, é sempre nova. Mas apesar dessa singularidade tem algo que também pode ser generalizado, que são princípios, estratégias de formação, conhecimentos que ajudam também a dar uma diretriz para o trabalho, ajuda a organizar as ações (B2).

A coordenadora da ONG C afirma que a sistematização é um princípio da organização, um traço de sua identidade, que trata de considerar a importância da produção de conhecimento para a disseminação, embora não se preocupe em conceituá-la.

Não temos uma teorização sobre “o que é sistematizar”, ou uma “metodologia de sistematização”. Temos como princípio que é importante sistematizar para disseminar. A produção de conhecimento é uma marca da nossa organização, é nossa característica específica. Queremos transitar entre a prática política, a experimentação pedagógica e a produção e disseminação de conhecimento pela via da pesquisa e sistematização (C1).

Considera, de maneira um tanto contraditória, que a sistematização “no seu sentido amplo” está inserida nos procedimentos pedagógicos implementados pela organização, mas que, entretanto, a sistematização de experiências não é uma prática muito presente na ONG: “nosso forte é a produção de materiais didáticos, o que não deixa de ser uma forma instrumental de sistematizar uma proposta pedagógica” (C1).

Ainda assim, solicitada a qualificar o que chama de “sistematização instrumental” define como “contar uma história de uma experiência a partir de problemas, de questões interessantes, do ponto de vista político ou pedagógico, a depender do tipo de experiência que está sendo sistematizada” (C1). Além disso, “é um esforço de reunir uma série de pessoas para estabelecer em forma

operacional os conceitos sobre qualidade de educação, para que as pessoas comuns possam entender e usar como instrumento” (C1).

Também a técnica entrevistada da ONG C informa que não há nenhum conceito específico sobre a sistematização de experiências, embora seja um princípio do trabalho, principalmente do educador. Aparentemente é compreendida como sinônimo para os diferentes tipos de instrumento do educador, como planejamento, elaboração de rotinas, registro e avaliação da ação educativa.

Eu nunca tinha pensado sobre concepção de sistematização. Para a equipe isso é um princípio da educação. Nós professores temos que ser capazes de organizar o conhecimento que vai ser trabalhado com o aluno. Então a sistematização passa pela organização e registro do nosso cotidiano e dos nossos resultados. Mas pode ser descoberta de conhecimento, pode ser constatação de algumas coisas... então eu não tenho nenhum conceito (C2).

A nosso ver, ainda que as respostas sugiram que a reflexão sobre os conceitos de sistematização não tem sido um objeto de preocupação para a maioria das ONGs, as diferentes maneiras de inserção do tema em cada organização pode revelar os sentidos (heterogêneos) que estão sendo atribuídos a ele por este conjunto de organizações, como segue:

- Um procedimento mais próximo da pesquisa ou da avaliação, balizado pelos critérios institucionais. Nota-se que se trata de pesquisa ou avaliação sobre a experiência de outros atores, com o propósito de construir referências capazes de ampliar os impactos na sociedade - elementos próximos do conceito de sistematização aqui adotado. Entretanto, nesse caso, a ONG assume o lugar de ator externo frente à experiência sistematizada, não como facilitador da produção de conhecimento dos atores daquela prática e, sim, prioritariamente como produtor de seu próprio conhecimento com base na análise da experiência de outros atores. Poderíamos dizer que a sistematização está aqui colocada como produção de conhecimento sobre a prática, mais do que a partir da prática social. Ainda, é perceptível a idéia de que existem apenas duas opções: de um lado a seleção e análise criteriosa da experiência produtora de referências, a partir de um ponto de vista prévio e

mediado por um sujeito coletivo externo, e de outro, algo próximo à ação espontânea.

- Sistematização compreendida como registro e organização de experiências, portanto, como base para um processo de reflexão externo a ela e/ou como produção de conteúdos para uma publicação. Nota-se a ênfase em algumas etapas metodológicas propostas pelo processo de sistematização, tal como descrito no capítulo anterior, porém não de outras, como por exemplo a interpretação crítica pelos sujeitos da prática. Há uma tendência em considerar a etapa como a totalidade do processo.
- Ainda como registro da ação, mas agora seguido de um processo de reflexão coletiva, capaz de construir, pelos próprios atores, generalizações, metodologias, em suma, aprendizagens que contribuem tanto para os executores das experiências, como para a conquista da autonomia dos sujeitos envolvidos nas ações.
- Como um princípio institucional que transversa toda ação. Em forma de instrumento significa também o estímulo à construção de narrativas sobre a experiência, mediada por critérios que podem ser externos a ela. De maneira análoga também é compreendida como princípio pedagógico e parte integrante dos procedimentos da ação formativa, utilizados ora pra organizar o trabalho do educador, ora para construir conceitos que outras pessoas possam compreender.

De maneira similar ao apontado na revisão bibliográfica, também os resultados das entrevistas mostram que o termo sistematização não tem um significado único para esse conjunto de ONGs. Ainda assim, é igualmente possível verificar a presença de vários elementos sinérgicos àqueles destacados pelos autores tratados. Entretanto, estes elementos tornam-se mais evidentes quando vistos na perspectiva de algumas das etapas de realização da sistematização (memória, registro, ordenação, interpretação), do seu objeto (experiência social) e seus efeitos (referências, generalizações, conceitos), do que em relação aos seus fundamentos metodológicos e/ou respaldo epistemológico.

Sobre esses, a questão que se destaca diz respeito às relações entre o sujeito e objeto de conhecimento. De acordo com autores da sistematização, ela não se realiza senão com a participação ativa dos sujeitos da prática, que se engajam em processos de reflexão sobre sua ação no mundo, transformando-se em pesquisadores e produtores de conhecimento. Como vimos em algumas respostas, a sistematização pode ser compreendida como tal, ainda que o construtor da análise e da interpretação seja um sujeito externo a experiência. Trata-se mais de um esforço de diálogo entre teoria e prática, entre práticas e experiências, do que propriamente entre a ação e o sujeito da ação, mediado pela teoria que está na prática. Além disso, o princípio da múltipla perspectiva e do diálogo entre os vários atores de uma determinada prática também não está presente.

É possível concluir que a sistematização se aproxima da investigação ou da interpretação em algumas organizações, ou da formação e dos procedimentos da educação em outras, a depender dos objetivos particulares de cada uma delas, bem como dos fundamentos que as orientam quanto aos processos de construção do conhecimento em geral. Fundamentos que, embora não completamente dispares, já que parte integrante do mesmo paradigma (conhecimento como processo e não como verdade, relação dialética entre teoria e prática, historicidade, etc.) apresentam diferenças significativas relacionadas a questões essenciais, igualmente levantadas pelos autores tratados: como efetivamente se dá a interação dialética entre teoria e prática, entre o sujeito e o objeto de conhecimento, quando o objeto é a própria prática e o sujeito parte integrante dela?

Resta saber como a sistematização está sendo praticada e que reflexões essa prática tem aportado para as ONGs.

5.4. O objeto que ordena a sistematização

*noite alta lua baixa
pergunte ao sapo
o que ele coaxa
Leminsky*

Como já assinalado, a sistematização na ONG A tem como foco central experiências de gestão pública, selecionadas a partir de um conjunto de critérios tais como: equidade, democracia, participação, transparência e controle social. A seleção das experiências a serem sistematizadas é feita, portanto, a partir destes critérios e em consonância com a compreensão - sempre destacada pelo coordenador (A1) - de que práticas geram conhecimento apenas quando inseridas em um marco de referência. A técnica (A2) acrescenta que, ainda assim, não é necessário que a experiência tenha bons resultados relativos aos aspectos de análise prioritários (“vá indo bem”). De acordo com ela, é também possível sistematizar uma experiência apontando para aquilo que ela tem de ausência. Entretanto, a avaliação acerca da presença ou ausência de elementos do marco de referência em uma determinada experiência segue sendo feita a partir da ótica externa: “eu vou exatamente construir um rol de perguntas e apontar para aquilo que ela tem de ausência desde o meu ponto de vista. Então não preciso necessariamente sistematizar algo para ser a referência positiva “(A2).

Em sua opinião, se o objetivo é a difusão de políticas “inovadoras”, capazes de serem praticadas em outros lugares, é preciso olhar prioritariamente para os grupos ligados à sua prática e para as redes nas quais a experiência está inserida. Do mesmo modo, um importante balizador na seleção das experiências a serem sistematizadas é constituído pelas redes envolvidas nas diferentes áreas temáticas da ONG (urbanismo, direito à cidade, segurança alimentar, ambiente urbano, cultura, desenvolvimento local, etc.). No seu ponto de vista, as experiências são selecionadas a partir das redes e de temas gerados no debate público.

As experiências surgem nesses debates públicos, ou a partir de um tema por eles sugerido. Uma outra forma é o trabalho feito a partir de uma proposta de outra organização, interessada em temas específicos, como, por exemplo, fazer a sistematização de um grupo de experiências sobre criança e adolescente. Então rastreamos as experiências e procuramos sistematizar. Ou seja, também somos demandados - pelo fato de sermos uma organização que depende de captação de recursos - para sistematizar experiências por grupos distintos que estão interessados em alguns temas (A2).

Na ONG B, o principal foco da sistematização é a metodologia implementada na sua prática, considerada essencial para a construção de referências para o trabalho, embora também invistam seus esforços na sistematização das produções pedagógicas de outras instituições com as quais atuam, como escolas e creches (B1).

Uma prática mais recente é a sistematização de projetos implementados, que inclui reflexões sobre as concepções de educação e criança envolvidas, o contexto, a metodologia do trabalho e seus resultados. Segundo a coordenadora (B1), a sistematização de projetos ou de modelos de intervenção, é mais uma demanda externa, em especial dos parceiros financiadores, do que da própria organização.

Sem dúvida há uma demanda originada pelos financiadores que procuramos atender. Tenho a impressão que se não fosse isso, não nos preocuparíamos em sistematizar “modelos”, que entendemos como a sistematização do projeto com algumas indicações para a ação e também conceituais. Para a nossa prática é mais útil a sistematização de metodologias que derivam da prática dos professores e formadores, a produção propriamente pedagógica: o que pedir aos alunos a partir da leitura em voz alta pelo professor? Coisas assim, que retratam as dificuldades específicas dos profissionais e dos municípios envolvidos nos projetos e questões trazidas pela própria prática (B1).

Além disso, o projeto educativo e formativo da própria organização vem sendo objeto constante de reflexão, a partir de uma sistematização permanente.

Temos um modelo básico de formação de educadores que é sempre o mesmo, mas que vai sendo reformulado na prática. Por exemplo, antes trabalhávamos com atividades mais soltas, agora a própria formação é casada com o projeto que está sendo desenvolvido. Agora está tudo mais amarrado, mais sistematizado (B1).

A técnica da ONG B salienta também o aspecto metodológico e distingue diferentes focos da sistematização, a depender de cada público.

O que a gente organiza é a metodologia, principalmente quando o leitor é um formador de outro município. Em outros trabalhos cujo público é o professor, procuramos construir referências para o trabalho direto com as crianças. O formador procura referências para organizar o seu plano de

formação no município, com suas equipes e professores. Ele busca a questão metodológica (B2).

Esclarece que, tratar de metodologia (“do como fazer”), pressupõe a explicitação dos princípios que norteiam o caminho traçado, seus objetivos, conteúdos e sistema de avaliação. A metodologia sistematizada, ou a sistematização em forma de metodologia, é a opção prioritária, já que ajuda a revelar dimensões do trabalho antes não explicitadas, promove a expressão do coletivo, contribuindo, por essa via, para a formação permanente da equipe executora.

Para falar da metodologia tem que passar por tudo isso. Esse é o nosso esforço neste momento. Estamos tentando generalizar o máximo possível os princípios que nortearam os formadores ao longo desses anos todos. E tem sido muito interessante, porque só tivemos consciência de muitos deles agora, mesmo implícitos desde o princípio, até intuitivos. Este é um exemplo de conhecimentos que chegam ligados à experiência de um formador, como uma marca individual e que na prática transforma-se em aprendizagem compartilhada. De repente isso passa a ser da organização e vai sendo re-editado sucessivamente. Ou seja, é um processo que é formativo também para a equipe (B2).

Segundo a coordenadora da ONG C o objeto da sistematização na organização é a prática pedagógica, base para a construção de material didático, a ser desenvolvido e disseminado. Nota-se que é feita uma distinção entre prática pedagógica e experiência: “acho que o grande peso da sistematização que a gente faz não é sistematização de experiências, mas sistematização de propostas pedagógicas” (C1).

A técnica da mesma organização acrescenta que os produtos de sistematização incluem o projeto escrito, o diagnóstico feito junto aos públicos sujeitos da intervenção e os relatórios de atividades. No conjunto, eles resultam sempre em textos a serem publicados.

Todos os nossos programas e também a área de pesquisa têm produtos sistematizados para serem publicados. Isso é algo incorporado na nossa prática. Os produtos não são necessariamente em forma de linguagem escrita, temos também vídeos, imagens, grafites, trabalhamos com diversas linguagens (C2).

O objeto que ordena a sistematização diz respeito, além do relato sobre a ação desenvolvida e seus resultados, também ao que C2 chama de “seus desdobramentos”, que são conteúdos e informações que preocupam o público envolvido na experiência e podem compor novos materiais de informação.

Focos são experiências, práticas, e o que delas decorrem, o que a gente chama de princípios de desdobramentos. Em um dos programas de juventude, por exemplo, os jovens têm feito relatos e organização de informação, por exemplo, sobre legislação, sobre os observatórios, etc. Então lançamos um caderno que fala sobre essas questões, de maneira organizada e categorizada. Elas voltam então para o campo, como se fosse um manual. Foi também lançado um livro sobre o projeto, com seus desdobramentos, e como levou ao avanço da questão do jovem dentro da escola (C2).

É interessante notar como se entrelaçam - nas respostas dos sujeitos entrevistados - as questões levantadas no capítulo anterior a propósito do objeto da sistematização em cada organização, isto é: o que as ONGs sistematizam, que aspectos orientam as motivações para a sistematização, como são estabelecidas as prioridades e quais são os enfoques centrais?

Assim, são sistematizadas experiências concretas desenvolvidas por outros atores (sempre que consideradas portadoras de aprendizagens que contribuam para a causa da organização – pela presença **ou** pela ausência dos elementos priorizados); metodologias (sempre relativas às aprendizagens decorrentes da ação prática dos próprios sujeitos, e pensadas no seu sentido amplo); projetos de intervenção (vistos como unidades de ação, com começo, meio e fim); projetos institucionais (compreendidos como o acúmulo de conhecimento de um determinado grupo de profissionais); pontos de aprendizagem (tratados como questões que emergem sistematicamente de ações similares); e ainda informações (cuja necessidade é originada na prática).

Entre as motivações estão: a busca do referencial, do exemplo, da ação concreta sinérgica ao conjunto de critérios com os quais a ONG se identifica e que podem servir a outros; a construção de referências que ajudem a aprimorar o próprio trabalho; a formação permanente; a busca pela autonomia do público relacionado; a produção de material didático e informativo; além de aspectos

como a demanda externa e a necessidade de captação de recursos. Evidentemente, as prioridades são estabelecidas segundo as motivações particulares de cada organização.

Dessa maneira, surgem possibilidades diversas (não excludentes) de enfoques para o processo de sistematização: de caso (a experiência, o projeto, a organização) e de tema (a gestão, os aspectos da gestão, a criança e o adolescente, a didática, etc.). Nos perguntamos se não valeria a pena destacar além destes, um enfoque metodológico, conforme salientado por uma das ONGs, distinto dos demais pela sua ênfase nos caminhos que, contextualizados em princípios e concepções, contribuem diretamente com o fazer autônomo dos sujeitos, tanto interna quanto externamente, envolvidos.

Nessa direção, se a sistematização busca partir da prática para aprimorá-la e produzir novo conhecimento que sirva a outros, é sempre promissora a construção de caminhos metodológicos capazes de, simultaneamente, orientar a nova prática e propiciar a sua re-edição, em cada situação particular, pelos próprios sujeitos da nova ação. Caminhos que podem, ainda, contribuir para a superação dos desafios já apontados, relativos à necessidade de avanço em relação às pesquisas sobre o objeto, aos meros ordenamentos e narrativas, à avaliação de resultados, à construção de manuais, procedimentos e técnicas reproduzíveis, bem como à sistematização da informação em detrimento da experiência.

Para tanto, será preciso considerar a sistematização e a reflexão permanente sobre a prática, pelos seus sujeitos, como processos indissociáveis e pertinentes ao processo de produção do conhecimento a partir da prática. Processos que dizem respeito à narrativa, à ordenação, à reflexão das experiências, mas também à geração de referências metodológicas sobre, por exemplo, os caminhos capazes de levar a uma gestão democrática e participativa; à maneira pela qual uma organização não governamental pode contribuir para a qualidade da escola pública, a construção de um projeto de formação permanente, e, principalmente, como os sujeitos atores de uma prática tomam consciência de sua ação autônoma no mundo.

Assim, os aspectos levantados pelos sujeitos podem se relacionar dessa maneira com as questões destacadas pela revisão bibliográfica. Entretanto, é

importante observar que essa leitura é possível apenas quando analisados os resultados a partir do conjunto das ONGs e dos sujeitos. Se tomadas individualmente, as ONGs tendem a adotar um ou outro ponto de vista, e, ainda assim, nem sempre as perspectivas dos dois profissionais coincidem entre si. Essa constatação pode significar, mais uma vez, menos a existência de tensões internas, e mais o não aprofundamento do tema no ambiente institucional. De todo modo, resta levantar a questão sobre os motivos pelos quais a sistematização tem sido pouco tratada, também nos seus objetos e enfoques, neste conjunto de organizações.

Para além destes, outros conteúdos considerados significativos para o aprofundamento da reflexão foram trazidos pelos sujeitos, como: a importância das redes como forma coletiva e articulada de atribuição de sentido para as experiências, a ideia da sistematização permanente, as relações entre processo e produto, entre conhecimento e comunicação, que, com certeza, merecem ser retomados.

5..5 Os objetivos da sistematização

*essa estrada vai longe
mas se for
vai fazer muita falta
Leminsky*

Entre os objetivos da sistematização de experiências realizada na ONG A, levantados pelos entrevistados, estão:

- Fortalecer a capacidade de argumentação e formulação de propostas dos movimentos sociais e redes de cidadania (politizar o social).
- Ajudar as prefeituras a implementar políticas, orientar a formulação de políticas (socializar a política).
- Criar referências, inspirar propostas de políticas viáveis.

A sistematização na ONG A tem assim como propósito principal a disseminação de informações e conhecimento sobre a prática, consideradas

como referências que dêem *concretude* às suas propostas, como reafirma a técnica (A2).

Quando criamos, produzimos conhecimento a partir de sistematizações de experiências concretas estamos buscando referências, inspiração, propostas de políticas que sejam viáveis. Isso significa que não estamos sonhando, desejando, mas estamos partindo de uma pergunta viável, de algo que já está acontecendo e que pode ser analisado. Amplia a participação? Não amplia? Porque? Como? (A2).

Para a coordenadora da ONG B, a sistematização de suas metodologias e do conhecimento atende aos objetivos:

- Construir subsídios para a formação permanente da equipe interna.
- Estruturar o trabalho da própria organização.
- Socializar o conhecimento e ampliar seu raio de ação.

Segundo a técnica (B2) o objetivo de seu trabalho de sistematização é criar referências para que outros possam desenvolver iniciativas semelhantes.

O programa de formação de educadores que estou sistematizando já foi desenvolvido em nove versões. Foi mudando muito ao longo dos anos, não tem uma versão parecida com a outra. Não podemos ter um projeto que seja tão singular que não possa ser desenvolvido em outro lugar, então a nossa idéia é contar a história dessas mudanças, dessas versões, sistematizar a base da idéia para que possa ser realizado por outros municípios (B2).

O objetivo principal, neste caso, é criar as condições para a re-edição da proposta, por outras equipes que queiram desenvolver o projeto. A sistematização serve para dar os parâmetros, as referências para outros profissionais. A técnica acrescenta que, além de seus objetivos próprios, a sistematização é uma estratégia implícita aos programas de formação desenvolvidos.

Ajuda a tornar consciente para os profissionais, professores, equipe de apoio, coordenadores, esses conhecimentos que estão implícitos no que antes eles achavam que era um simples fazer do cotidiano. Tomar consciência é fazer a crítica, problematizar, iluminar com teorias que ajudem a enxergar este mesmo problema de uma outra perspectiva e aí sim construir uma nova prática. Ou seja, sistematizar faz parte da própria

natureza da formação, por isso é que ela ocorre durante o processo também (B2).

Para a Coordenadora da ONG C o objetivo é o registro, comunicação e disseminação da experiência com vistas a um produto “instrumental”.

A sistematização não é uma linha assim organizada, ela é quase uma coisa que a gente exige que todo o projeto faça, que registre e comunique, dissemine o que se experimentou. É mais uma estratégia que garante algo que é essencial, que é da própria identidade da organização. O ideal seria que todos os projetos gerassem produtos, uma pesquisa, um caderninho de sistematização, um artigo, manuais. Penso em coisas mais instrumentais, guias, etc. (C1).

Para a Técnica da mesma ONG, a sistematização tem quatro objetivos:

- A disseminação da informação caracterizada como uma “virada na educação”, já que “democratiza” a produção do conhecimento.

A sistematização mostra que o conhecimento não está sendo produzido apenas no topo, mas também em todos os segmentos e níveis da sociedade. Acho que o pensamento mais forte dos últimos 20 anos é esse da possibilidade da democratização, ligado a uma outra concepção de educação, de homem e de sociedade (C2).

- A organização do conjunto de conhecimentos ligados à prática da educação de jovens e adultos, compreendido como um conhecimento alternativo ao das universidades e escolas. Também na sua opinião, o fazer educativo, especificamente o que se realiza fora da escola e da academia, tem a sistematização como princípio, e constitui-se em um procedimento com moldes e sentidos também diferenciados.

Não é o extremo da sistematização da academia, mas uma outra forma, exemplificada por produtos como o vídeo e o filme. É um grupo que briga pela inserção do seu direito à educação dentro dos espaços formais. Por isso um grande objetivo é reunir essas informações junto a esses grupos (C2).

- O resgate da prática e dos sentidos da alfabetização de jovens e adultos ligados a grupos populares. Trata-se de resgatar os processos,

os sentidos atribuídos pelos seus sujeitos, construir a memória da ação e organizar o conhecimento.

- A construção de instrumentos de trabalho que realimentam a prática: “fazer dessa sistematização um instrumento de trabalho, um instrumento de estudo que vira ponto de partida para outros projetos e também um parâmetro de avaliação do trabalho” (C2).

Considerada a sistematização, em princípio, como um meio a serviço de concepções e finalidades que autorizam essa ou outra trajetória, supostamente sua escolha é feita em função de: (1) uma determinada maneira de atribuir sentidos (elaborada ou não, individual ou coletiva, como vimos até aqui) ao conhecimento construído a partir da prática social; (2) aos propósitos, ou seja, onde se pretende chegar e que mudanças são desejadas. Entretanto, na prática as coisas são menos racionais e nem sempre desenhadas a partir de uma perspectiva que leva em consideração os objetivos particulares de cada estratégia de ação. Podem ser também inspiradas por outros fatores, como a tradição, a exigência externa, os recursos existentes. Por essa razão nos preocupamos em indagar os objetivos atribuídos à sistematização pelos sujeitos da pesquisa, buscando verificar a existência de propósitos particulares para a adoção dessa prática.

Vimos que as respostas apontam para objetivos de naturezas diversas, que podem ou não ser somado uns aos outros, a depender da ONG ou do sujeito, mas que, sobretudo, não são majoritariamente relacionados ao processo de produção de conhecimento:

- Objetivos institucionais, ou seja, não são específicos da sistematização, mas estão colados aos propósitos gerais da organização. Nesse caso, a sistematização é compreendida como um instrumento, entre outros, que apóia a consecução dos objetivos maiores, por exemplo, materializando as suas propostas e crenças em casos concretos.
- Objetivos ligados ao universo da comunicação: disseminar informações, democratizar o conhecimento, socializar a produção, informar. Nota-se aqui a ênfase no produto, mas do que no processo.

- Objetivos relacionados à necessidade de instrumentar a prática: produzir manuais e demais instrumentos de trabalho.
- Objetivos próprios da dimensão da gestão organizacional: estruturar o trabalho, formar a equipe, etc.
- Objetivos formativos, ou seja, intrínsecos aos processos educativos desenvolvidos como parte das ações institucionais.
- Objetivos avaliativos: construir parâmetros de avaliação das ações.
- Objetivos conectados aos sentidos atribuídos à produção de conhecimento a partir da prática: produzir e democratizar o conhecimento.

Tratamos na introdução deste trabalho dos discursos que se intensificam na área social, segundo nossa ótica, relativos aos propósitos da sistematização de experiência: multiplicar, replicar, disseminar, ganhar escala, reeditar, influir políticas públicas. Neste conjunto de ONGs verificamos a incidência de expressões como disseminação e socialização do conhecimento, da experiência e de referências que sirvam para outros, mas também, em proporções maiores, objetivos internos às organizações, especialmente os que se relacionam com a formação de pessoas e de profissionais, a construção de instrumentos e aos processos de comunicação.

Se comparadas as ênfases com os apontamentos trazidos pela revisão bibliográfica podemos observar que aqui, ainda que exista a idéia da disseminação da experiência, nem sempre ela está ligada a um desejo explícito de ampliação dos efeitos e impactos da ação, ou, à influência direta em políticas públicas. Também não ficaram aparentes as idéias tão enfatizadas pelos autores de construção do diálogo entre a experiência local e outras dimensões do conhecimento, talvez se aproximando mais da idéia de construção de propostas alternativas mais próximas da dimensão da ação do que da teoria.

Já a idéia de reflexão sobre a prática concreta com o objetivo de qualificá-la e aprimorá-la está presente de forma significada na ótica destes sujeitos, ainda que, aparentemente, segundo duas perspectivas: como construção de referências que subsidiem a prática, ou como construção de instrumentos que a apoiem.

5.6. Interfaces com a avaliação

*isso sim me assombra e deslumbra
como é que o som penetra na sombra
e a pena sai da penumbra?
Leminsky*

Para o coordenador da ONG A, a sistematização é um procedimento mais abrangente do que a avaliação, na medida em que pressupõe o ordenamento e a articulação das informações.

Toda avaliação é uma sistematização, nem toda a sistematização é uma avaliação. Sistematizar quer dizer fazer de uma maneira ordenada e articular as informações. Além disso, a mesma experiência pode ser “lida” de muitas maneiras diferentes, depende de quem, e com que critérios, executa a sistematização (A1).

A técnica (A2) considera que a relação entre sistematização e avaliação na ONG A resume-se ao momento de seleção das experiências a serem sistematizadas. Ou seja, a avaliação ocorre durante a seleção das experiências, e não quando da execução da sistematização. Ao ouvir as redes, estão, de certa maneira, levantando a avaliação dos participantes das redes (no sentido de atribuição de valor) sobre o que está acontecendo em cada área temática.

Se avaliar é dar valor, então sim, estamos avaliando porque de certa forma ouvimos as redes para ver o que estão valorizando no momento. Mas durante a sistematização não estamos fazendo isso, não estamos atribuindo valor (C2).

Acrescenta mais uma vez que este momento de avaliação não implica na busca de resultados positivos, pressupõe o fato de que o “erro”, a “ausência de resultados”, a “experiência mal sucedida” também geram conhecimento.

Às vezes entramos em experiências assim, mesmo sem perceber. Por exemplo, tivemos notícias – por meio da nossa rede de segurança alimentar – que um pequeno município tinha conseguido, a partir do assentamento MST, estabelecer um processo interessante relacionado à

merenda escolar. O recurso ia do governo federal para lá e, ao invés de comprarem das grandes empresas, organizaram os grupos dos assentamentos para a produção da merenda escolar. Era uma experiência muito interessante porque fazia circular recursos dentro do próprio município. Baseados nessas informações, descrevemos uma experiência muito interessante. Anos depois, ao voltar ao município por outra razão, os dados concretos mostraram que o projeto tinha sido um fracasso. As crianças não queriam comer o que já comiam em casa, preferiam os alimentos industrializados. Além disso, os assentamentos não conseguiram garantir a qualidade dos produtos. Então elaboramos novo texto relatando as dificuldades que foram enfrentadas. As duas sistematizações, juntas, nos contam alguma coisa da realidade da merenda escolar regionalizada. Ou seja, quando fotografamos alguma coisa que não está bem sucedida, ela às vezes ensina mais, captura mais coisas sobre as experiências, sobre a realidade, do que outras (C2).

Os entrevistados da ONG B consideram que a avaliação é parte integrante do processo, sempre que a sistematização é realizada por uma organização externa à experiência. De fato, a única experiência vivida de um processo de sistematização executado por uma organização externa mostrou que, na prática, o processo foi realizado de forma muito semelhante a uma avaliação. Além disso, os resultados foram suficientes para confirmar hipóteses, levantar conteúdos essenciais para a sistematização, em síntese para “puxar os fios” da sistematização, a ser realizada posteriormente.

Na ótica da técnica da ONG C o inverso também é verdadeiro, ou seja, a sistematização pode se constituir em um parâmetro para a avaliação, embora seja mais ampla. Considera, entretanto, que a sistematização apresenta interfaces mais claras com o processo de formação de pessoas, do que com a avaliação.

A sistematização traduz o alcance dos processos e serve de parâmetro para a avaliação. Mas para quem faz formação, a sistematização é processo, é maior que uma avaliação, ela serve à avaliação também, mas não só (Técnica Ong C).

Dessa forma, interconectada com a avaliação pela via dos indicadores e critérios necessários para a seleção de experiências a serem sistematizadas, pelo fato de comportar em seus processos etapas avaliativas, ou pelos subsídios que gera para a avaliação, destaca-se desta a partir dos seguintes elementos: é mais ampla, exige a articulação das informações, pressupõe a reflexão pelos sujeitos, e aproxima-se com mais ênfase de processos formativos.

Além disso, parece importante destacar a idéia trazida por um dos sujeitos de que, sempre que realizada por um elemento externo, portanto refletido na ótica do outro, resulta em avaliação mais do que em sistematização. Com isso estamos salientando as reflexões já feitas, sobre a importância da produção de conhecimento pelo próprio sujeito envolvido na experiência, como diferencial da sistematização tal como concebida.

É possível observar que os resultados apontam para relações entre dois procedimentos (avaliação e formação) como também salientado pelos autores da sistematização. Ressaltamos que, para uma das ONGs a sistematização é uma investigação na sua própria essência. Além disso, não foram levantadas semelhanças, mas complementaridades e intersecções. Talvez por isso nenhum dos sujeitos tenha enfatizado, como na literatura, a necessidade de, para diferenciar os processos muitos vezes semelhantes, notar a diferença entre os seus objetivos (avaliação atribui valor e sistematização produz conhecimento).

5.7. Sistematizar para quem e com que resultados

*Aonde vão dar esses passos?
Acima, abaixo?
Além, ou acaso
Leminsky*

No ONG A os resultados da sistematização destinam-se a gestores públicos, delegados do orçamento participativo, associações comunitárias, movimentos sociais, funcionários públicos, portanto é um público amplo que inclui, tanto o gestor público diretamente, como demais atores que interagem com o espaço público em busca de mudanças.

Salienta a técnica (A2) que é um trabalho dirigido prioritariamente para o gestor público, desde a perspectiva da sociedade civil.

Eu escrevo pensando que existe um gestor que, a princípio, está interessado em fazer uma coisa interessante e que não é corrupto, mas escrevo do ponto de vista sociedade civil. Não escrevo do ponto de vista da academia, dos empresários, ou da própria gestão. É o olhar da sociedade civil para a prefeitura (A2).

Com relação aos resultados deste trabalho na ONG A, seu coordenador acredita que têm contribuído para fortalecer a capacidade de argumentação e a formulação de propostas dos movimentos sociais e redes de cidadania e apoiado as prefeituras na implementação de políticas coerentes com os objetivos da organização. Os produtos da sistematização são acessados e utilizados por muitas prefeituras e, na avaliação da ONG, são perceptíveis os seus resultados e sua capacidade “instrumental”, ou seja, é um conhecimento que gera instrumentos que qualificam as relações com as prefeituras, potencializam a intervenção dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que apóiam o governante na definição de prioridades.

As nossas demandas estão articuladas com o mapa dos conflitos sociais, e localizadas nos movimentos que pressionam para mudanças políticas. Quando, por exemplo, vamos ver o que está acontecendo com os mutirões em São Paulo, ou como estão acontecendo os despejos no centro de São Paulo, queremos ver que tipo de informação é necessário para potencializar a intervenção dos movimentos sociais. De outro lado, verificar as informações necessárias para que um governante possa priorizar as necessidades da maioria (A1).

Também em relação a resultados, a técnica salienta a capacidade potencial dos instrumentos de comunicação (que disseminam as experiências sistematizadas) utilizados na construção de um diálogo com o público de interesse, que vêm utilizando as informações disponibilizadas como fonte de inspiração.

Observamos várias das propostas em manuais de vereadores ou programas de partidos. Muito freqüentemente encontro o nosso material nas prefeituras sendo utilizado. Ouvimos avaliações de que é interessante a forma como estamos sistematizando, porque dialoga com o concreto e em linguagem simples (A2).

As pessoas se inspiram e utilizam os resultados da sistematização para resolver seus problemas concretos. É como cozinhar com coisas que já temos em casa. Normalmente não pegamos a receita e vamos comprar os ingredientes, nem sempre temos o açafrão da China para cozinhar frango. Mas um livro de receitas é inspirador e depois de uma leitura você cozinha o seu frango com o que tem em casa (A2).

Segundo a coordenadora da ONG B o conhecimento produzido serve aos educadores, professores e técnicos da área, às Secretarias de Educação dos municípios envolvidos, além da equipe interna e formadores.

Entre os resultados mais significativos relativos à produção do conhecimento está o impulso nos processos formativos, e, com impactos mais amplos, a colaboração da ONG na elaboração do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (MEC). Além disso, muitos dos projetos de formação de educadores elaborados e implementados por alguns municípios do país são feitos baseados em projetos da organização. Em que pese este retorno, a coordenadora considera que o resultado mais importante do processo de sistematização da experiência e do conhecimento é a *sustentabilidade* dos projetos.

O mais importante da sistematização é a própria sustentabilidade do projeto. Os nossos projetos se mantêm em função do material que produzimos. Além disso, o pessoal que trabalha aqui valoriza muito toda essa produção (B1).

A técnica da mesma organização faz uma distinção importante sobre a suficiência dos produtos resultantes de um processo de sistematização para que sejam re-editados por outras iniciativas. De acordo com ela, ao material deve ser acrescentados o elemento humano e a reflexão coletiva, entre outras necessidades.

Não podemos pensar que bastam sistematizar o conhecimento, as metodologias, as referências para que os projetos comecem a acontecer por aí. Os materiais publicados não são auto-suficientes, na verdade nem mesmo para nós. Temos que ter tempo de reunião, de discussão de grupo, espaço para processar tudo. Também o nosso público alvo precisa dessa instância de discussão, de trabalho coletivo e da existência de parceiros experientes que promovam a troca. Não é um guia explicativo que se aplica imediatamente, mas sim uma interlocução importante (B2).

Destaca, entre os resultados já apontados, a dimensão de aprendizagem embutida no trabalho de organizar aprendizagens: “organizar aprendizagens é uma grande aprendizagem” (B2).

Vimos por exemplo o que foi produzido pelas escolas e creches depois da nossa saída e pudemos perceber qual foi a nossa contribuição, a marca que imprimimos. Isso permite que as próximas intervenções tenham uma intencionalidade maior, validada pela própria experiência (B2).

Na ONG C o público alvo dos produtos da sistematização são as redes envolvidas nos diferentes programas, tomados como consumidores dos produtos derivados da sistematização.

Acho que os consumidores dos nossos produtos são talvez os gestores, educadores, esse circuito de pessoas ligadas às organizações da sociedade civil que atuam no campo da educação. Nossos produtos e materiais representam um esforço para a qualidade da educação. Por exemplo, guias para jovens elaborarem projetos que partiram de uma experiência concreta e que viraram um manual utilizado pela Secretaria da Justiça (C1).

Na perspectiva da técnica da ONG C, o público prioritário é constituído diretamente pelas pessoas envolvidas nos projetos e programas, jovens, comunidade e professores, embora, conforme ilustra a citação abaixo, todos os produtos envolvidos em um programa estejam sendo considerados como produtos de sistematização de experiência.

Por exemplo, fizemos um guia da juventude para os jovens da cidade inteira, um vídeo que serve para os nossos formadores, livros ou cadernos de formação que servem para os próprios professores perceberem os seus processos de criação, e assim por diante (C2).

Entre os resultados alcançados pelo esforço de produzir conhecimento e sistematizar práticas a coordenadora da ONG C destaca a construção da identidade e da marca da organização, de maneira a garantir a circulação e interlocução com atores diversos. Em outras palavras, tem resultado em ampliação da capacidade e poder institucional de interlocução e de convocação de diferentes atores sociais.

Já para a técnica (C2), os resultados estão relacionados principalmente às aprendizagens envolvidas no processo de sistematização.

Para quem está coordenando e desenvolvendo os projetos os resultados são enormes. Temos o resultado da criação, você vai revendo os passos, ajustando. Tem o resultado do trabalho executado, construído, que dá a possibilidade de poder compartilhar com os diferentes sujeitos. Ou seja, a pessoa que está diretamente envolvida com isso é impactada fortemente. Automaticamente ela vai fazendo avaliações, percebendo coisas. São aprendizagens múltiplas, você aprende de avaliação, de memória, de história, você aprende o que deu certo e o que deu errado, o que avançou. Aprende a registrar, a documentar e aprende metodologia (C2).

Assim, mede os resultados a partir do que chama de “salto do conhecimento” para o próprio autor da prática e também para os sujeitos da sistematização.

O primeiro impacto e se perceberem como sujeitos de conhecimento, é importante isso, é verem a experiência vivida, o debate acontecido, registrado. Mexe com a auto-estima, com o orgulho (C2).

Entendemos a educação como um ato carregado de intencionalidade. Então, explicitar essa intencionalidade de uma maneira organizada, para que ela possa ser compartilhada, é uma coisa que está por acontecer na educação. Fazer esse exercício tem garantido muitas coisas para nós, o compartilhamento da idéia e o avanço do trabalho. Ajuda a antecipar, a organizar (C2).

Também se preocupa em refletir que, para que isso se efetive, é preciso um esforço intencional, ou seja, não é uma derivação espontânea e automática do processo de sistematizar.

Agora para isso acontecer é preciso um esforço de recuperar esse material permanentemente, incorporá-lo no trabalho de formação, consultar e dar um significado para ele. Caso contrário, ele tende a ocupar espaços que ocupam os materiais comuns ocupam, vão para as bibliotecas. Ou seja, é também necessária uma mudança de cultura (C2).

Em síntese, a sistematização de experiência destina-se, neste conjunto de ONGs, a gestores públicos e demais atores envolvidos em políticas públicas, Secretarias de Educação, organizações, educadores e técnicos da área, bem como os sujeitos diretamente envolvidos nas ações. Nota-se, embora isso não tenha sido enfatizado nas respostas sobre os objetivos da produção de conhecimento a partir da prática, uma preocupação em gerar referências para as políticas públicas, e em especial, as políticas de educação.

Entre os efeitos percebidos, resultantes da preocupação em sistematizar as experiências, encontram-se desde a influência direta até a inspiração e instrumentação para a implementação de políticas públicas, aliadas à ampliação do potencial de intervenção da sociedade civil. São percebidos também efeitos na própria organização, já que pode contribuir para a ampliação do poder de influência e para a sustentabilidade dos projetos.

Podemos perceber, em algumas respostas, que os efeitos da sistematização estão aliados aos dos processos de comunicação e disseminação de informações - adotados pelas ONGs -, fundindo-se por vezes processos e produtos, ou etapas (a comunicação da experiência e a produção do conhecimento). A própria inexistência, em alguns casos, de correspondência entre o produto e os destinatários das aprendizagens torna evidente a ausência dessas distinções. Em outros trechos, todos os produtos de comunicação transformam-se em resultados de sistematização, independentemente dos processos desenvolvidos para chegar até eles.

Ainda assim, encontramos também reflexões mais próximas da concepção de sistematização como processo de produção de conhecimento a partir da prática, notando que apenas produtos ou instrumentos de comunicação não são suficientes para a potencialidade da construção do conhecimento, e valorizando a aprendizagem envolvida no processo de aprender a partir da prática. Além disso, é mencionada a necessidade de um esforço intencional que, derivado de uma mudança de cultura relativa ao fazer cotidiano, é o único capaz de completar o círculo virtuoso que busca relacionar, de maneira permanente e organizada, a ação da reflexão.

5.8. Os procedimentos metodológicos e a participação dos sujeitos

*coisas do vento
a rede balança
sem ninguém dentro
Leminsky*

Na prática da ONG A, a sistematização é realizada de maneira transversal a todas as áreas temáticas definidas. Para tanto, vem sendo desenvolvida ao

longo dos anos, “uma metodologia de sistematização de experiências de gestão municipal” com dois objetivos: favorecer a divulgação das experiências e apoiar a capacitação de lideranças e gestores no registro de suas experiências.

Não tem um departamento específico ou de pesquisa, nós agrupamos por temas e em cada tema existem todas as fases. Por exemplo, cultura, manejo dos resíduos sólidos, participação cidadã, planejamento urbano. Em todos esses campos ocorre o processo de identificação, sistematização e análise de experiências (A1).

Os procedimentos adotados para a sua execução incluem a construção de uma árvore de critérios, já mencionados, base para o processo de identificação, sistematização, análise e disseminação de experiências. Para a técnica da ONG A essa metodologia, utilizada na sua própria prática, trata prioritariamente de buscar nas experiências selecionadas os elementos sugeridos pelos critérios existentes e construir, a partir deles, um roteiro de perguntas com as informações a serem levantadas. As informações buscadas, em geral, tratam dos seguintes assuntos: o histórico, o processo de desenvolvimento da proposta, os atores envolvidos, as conexões com a realidade local, a forma de enfrentamento das dificuldades, as potencialidades, a participação, o funcionamento das prefeituras. Em resumo conteúdos que permitem a comparação da experiência em questão com outras, de maneira a que os resultados possam ser debatidos com a sociedade civil e demais gestores municipais, e por eles “apropriado”.

Esse processo, em etapas e procedimentos, foi assim descrito pela técnica da ONG A:

- Elaboração do produto final a partir de um resumo da experiência.
- Mapeamento sobre o que acontece no Brasil no mesmo tema ou a partir da mesma experiência (como vem sendo pensado no Brasil, onde já existe, qual a origem da idéia, etc.).
- Levantamento de informações local ou à distância (se funciona, como funciona, se teve continuidade, grau e qualidade da participação popular, formas de consolidação como política pública, sustentabilidade, custo, recursos, etc) e segundo as perguntas derivadas dos critérios.

- Síntese e análise das informações (o que chama mais a atenção, o que foi mais importante, etc.)
- Diálogo com demais áreas, profissionais e redes.
- Edição das informações a partir das questões centrais: os problemas a enfrentar, o histórico, o processo, os recursos necessários, as dificuldades e os resultados; e do espaço possível nos instrumentos de comunicação da experiência.

De acordo com sua percepção (A2) os elaboradores de políticas públicas e a população organizada são os sujeitos da sistematização. Considera que ela possui um caráter participativo, embora não pelos sujeitos da experiência e sim, de fato, pelas organizações e movimentos ligados à própria organização, muitas vezes organizados em forma de colegiados. Os seus integrantes contribuem na discussão do foco, dos conceitos, e para a reflexão: “os interlocutores estão diretamente envolvidos na questão, com interesses próprios inclusive. Então vira um diálogo muito intenso” (A2).

Sobre este aspecto o coordenador da ONG A informa que o processo de sistematização não é realizado de modo participativo.

Não é participativo no sentido em que a sistematização requer habilidades, requer treinamento, requer critérios. E os critérios são os nossos. Se sistematizássemos segundo os olhos de quem promoveu a experiência, perderíamos nosso foco, porque cada um olha de um jeito (A1).

Assim, a participação do autor da prática limita-se ao fornecimento de informações, que, uma vez sistematizadas, são devolvidas para que os sujeitos validem, concordem ou agreguem.

Na ONG B a sistematização é considerada parte integrante da rotina organizacional, ao menos no que se refere ao registro e reflexão da prática. Todos os formadores têm a atribuição de registrar suas práticas, o que acabou por resultar, ao longo dos anos, em uma enorme quantidade de textos e reflexões produzidos. A coordenadora aponta, entretanto, a necessidade de um profissional que coordene e organize todo essa produção em um banco de dados de fácil acesso.

De acordo com ela, a sistematização “verdadeira” trata exatamente da socialização dos relatórios de área, que depois são transformados em temas para as reuniões. Acredita que são estes procedimentos que garantem a autoria da equipe interna e conferem um caráter participativo à construção do conhecimento. Nas suas palavras: “temos o hábito de escrever muito, de registrar a prática. Parte do tempo dos técnicos é para relatórios, que são socializados e discutidos em reuniões mensais” (B1).

Em relação à participação dos profissionais que compõem o público alvo da organização, o processo é semelhante: os registros permanentes e a produção da reflexão são sempre parte integrante dos projetos.

A produção dos educadores, e demais profissionais, está sempre sendo considerada, revista, publicada. Internamente consideramos que isso é mais interessante do que ficar escrevendo modelos. O importante é a construção do conhecimento pelos profissionais que atuam direto com a criança. Formamos, acompanhamos e estimulamos a reflexão a partir das pautas, diários e registros dos professores e coordenadores. Com eles também refletimos a nossa prática (B1).

O processo de organização das produções já existentes, atualmente em curso na ONG B, será parte integrante de uma sistematização “mais ampla” que busca editar os diferentes registros e textos já existentes. Para tanto, o conhecimento produzido foi organizado em conteúdos e, em seguida, priorizados: “dividimos em tempos, tempo de conhecer a criança, tempo de conhecer o mundo, e toda a equipe escreve junto” (B1).

De acordo com a técnica da mesma organização, a metodologia de sistematização consiste em “puxar os fios” das reflexões e produções que derivam da prática concreta, organizar e generalizar. Em linhas gerais, a sistematização ocorre segundo três lógicas:

- Como parte integrante tanto do processo de formação permanente da equipe interna, quanto dos projetos de formação dirigido a educadores e profissionais da educação.

É como se o processo de sistematização fosse ocorrendo a cada etapa do trabalho, não é uma coisa que acontece no fim. Temos produtos em cada semestre, mas o mais elaborado é o documento que sistematiza as diretrizes pedagógicas da instituição, que é sempre um documento final (B2).

- Sistematização dos conhecimentos que foram construídos ao longo dos anos, nas várias versões dos projetos desenvolvidos e que resultam em modelos de intervenção e/ou diretrizes pedagógicas da instituição.

Parte de uma outra lógica porque é a sistematização dos conhecimentos que já foram construídos ao longo dos anos. Neste caso eu trabalho com os materiais já produzidos por outros formadores. Talvez seja a sistematização da sistematização (B2).

- Sistematização pelos educadores que participam dos processos de formação propostos pela organização.

Quando saímos das creches e escolas eles continuam fazendo esse tipo de coisa e usando recursos que sugerimos, como, por exemplo, a organização de *portfólios* com as atividades propostas para as crianças, as avaliações feitas, a reflexão sobre a ação desenvolvida. Isso fica organizado e esse é o material que os outros professores usam nos outros anos, não é preciso inventar a roda sempre porque a experiência anterior está organizada. Ao fazer isso, o professor ao mesmo tempo organiza seu próprio conhecimento, toma consciente de quanto aprendeu e avançou, e em seguida socializa isto (B2).

Assim, na perspectiva da técnica responsável, a sistematização é feita em vários “níveis” e dimensões: individual (registros, portfólios, avaliação do trabalho); coletivo (feito com o acompanhamento do coordenador pedagógico e que resulta em diretrizes institucionais, reuniões de reflexão); e institucional (sistematização da sistematização, com maior nível de generalização).

Organizamos minimamente o material produzido ao longo dos anos, sempre priorizando a versão com maior grau de generalização. Por exemplo, o trabalho com o diário de campo existe desde o início, mas em algum momento algum formador escreveu sobre o diário de campo e sua utilização e finalidade no processo educativo. Então esse é um “fio”: o diário de campo é uma estratégia de formação importante do nosso projeto, presente desde o início (B2).

A escolha do “fio” a ser puxado (do foco e conteúdo do trabalho de sistematização) vem sendo feita a partir do levantamento das necessidades do público alvo das publicações, a partir de perguntas como: o que um formador de uma Secretaria Municipal de Educação precisa saber? O que ajuda um educador de educação infantil? Etc. São respostas que toda a equipe procura dar. Em seguida, buscam nos registros, guias, textos, orientações, já produzidos, as reflexões necessárias, que são em seguida editadas.

Segundo a técnica da ONG B esse processo garante a voz das equipes locais e dos educadores das creches e escolas, uma vez que tudo é validado também pela experiência deles. Todo o conteúdo de uma sistematização de alguma maneira está lá porque fazem ou já fizeram sentido para esses profissionais, e por isso, seus relatos, exemplos e práticas são parte integrante do produto final da sistematização.

Na ONG C e segundo a coordenadora não existe uma metodologia definida ou procedimentos organizados para a prática da sistematização: “é um caso a caso. As pessoas sofrem muito para fazer, tem uma cobrança grande” (C1).

Considera que o autor inicial da sistematização é o responsável pela ação, entretanto, o resultado de seu trabalho é refletido por outros profissionais que não estão envolvidos diretamente com a experiência, de maneira a garantir a “suficiência” do resultado.

Por exemplo, tínhamos um projeto de juventude que era um trabalho de aproximação da cultura juvenil com a escola, realizado durante dois anos em duas escolas com um grupo de professores e um grupo de jovens que não eram alunos. Foi feito um tipo de sistematização, contando a história desse projeto e as coisas que aconteceram. Tinha elementos reflexivos baseados no que o assessor viu naquela experiência de mais interessante, de mais útil do ponto de vista analítico. Foi um início. Depois teve um outro momento, derivado dessa mesma experiência, que fizemos um livro menos colado na experiência e mais uma discussão mais ampla sobre a questão da relação cultura/jovens (C1).

Na sua opinião, a tentativa deve ser a de não limitar o trabalho na esfera da experiência vivida: “fica muito insuficiente, contar a experiência é interessante, mas é pouco. É preciso partir para uma reflexão mais geral sobre o assunto, buscando referências fora da própria experiência” (C1).

Informa ainda que não sabe o grau de participação dos jovens e educadores envolvidos diretamente na experiência no processo de sistematização.

Já a técnica (C2) considera que a participação depende do tipo de produto da sistematização. De acordo com ela existem produtos que refletem o trabalho imediato e concreto, e são estes os que são construídos de maneira mais participativa. Outros, mais reflexivos, refletem o pensamento da equipe e chega até os jovens como material de estudo. Descreve as etapas do seu trabalho da seguinte maneira:

- Elaboração da proposta
- Realização dos diagnósticos dos grupos e das demandas
- Revisão da proposta inicial
- Registro do processo
- Elaboração de pautas e relatórios de reunião
- Elaboração do projeto
- Construção das pautas de formação
- Elaboração dos relatórios da formação
- Elaboração do produto de acordo com o objetivo pré-estabelecido: projeto político pedagógico, caderno de formação (processo, conteúdos, resultados), etc.

Considera ainda que o conhecimento dos jovens está “embutido” no produto final, já que os seus registros são considerados no momento da construção do produto final. Tanto é que, segundo ela, eles “se reconhecem” nas publicações.

Em linhas gerais observamos que, do ponto de vista do fazer cotidiano, a sistematização permeia todas as áreas temáticas, ou está inserida no modo de desenvolvimento das ações e é parte da rotina cotidiana. Além disso, apenas uma ONG considera que trabalha com uma metodologia específica de

sistematização de experiências. Para as demais, é um processo intrínseco ao modo de atuação.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da sistematização, observamos que sua escolha reafirma as questões e diferenças, já apontadas, quanto às concepções envolvidas. Observamos em algumas respostas que o conhecimento produzido precisa ser apropriado pelos sujeitos, que os conteúdos de aprendizagem são externos à experiência (de fora para dentro), que o ator da prática e o sujeito de conhecimento nem sempre são coincidentes, que os executores das ações, às vezes, são considerados como informantes, mas do que como sujeitos reflexivos.

Vale notar, em uma das respostas, a não distinção do processo de sistematização com o próprio desenvolvimento do projeto na sua totalidade, de maneira a sugerir duas coisas: ou a ausência de identidade da sistematização, ou a sua absoluta incorporação na ação. Em outra resposta notamos mais uma vez que a sistematização aparece como registro e memória (realizados pelos executores), separada da reflexão (realizado por outros).

Especialmente no que se refere ao caráter participativo do processo de sistematização, tomado aqui como princípio essencial, temos que, embora ele seja visível nas respostas obtidas, aparentemente não existe consenso quanto a quem é o sujeito da participação, e como ela está sendo compreendida frente a um processo de construção de conhecimento a partir da prática. De fato, no primeiro caso, quem participa são outros atores afins à própria organização, envolvidos de alguma forma no tema tratado, e não necessariamente na experiência. Em outro, temos que todos os envolvidos na experiência, em diferentes planos, são considerados, em essência, os produtores de conhecimento. Na terceira organização a participação dos atores se dá em níveis e conforme o caso, ou embutida no produto final, ou em algumas etapas. Neste caso, a reflexão é também externa à experiência. Nota-se em algumas respostas, a intenção explícita do não envolvimento dos responsáveis pela experiência, já que poderia gerar “perda de foco”.

O **Quadro 3** mostra, de maneira esquemática e sintética, os principais caminhos metodológicos tomados pelas ONGs entrevistadas. A partir dele podemos notar, no conjunto, vários elementos próximos aos sintetizadas na

revisão bibliográfica: elaboração de perguntas, organização de informações, diálogo com outros atores, reflexão, comunicação. Assim como, notar a ausência de outros.

Percebemos novamente como os caminhos propostos por duas das ONGs se aproximam com mais ênfase de procedimentos formativos do que da avaliação ou investigação, preocupação central dos autores estudados. O fato de serem duas organizações atuantes na área da educação não explica a diferença de enfoques, já que, também as organizações latino-americanas - de onde se originam os autores tratados - são ligadas à área da educação, ainda que, especificamente a educação popular.

Quadro 3 – Procedimentos Metodológicos

	Procedimentos Metodológicos da Sistematização	Participação dos atores da experiência
ONG A	<ul style="list-style-type: none"> - Construção da árvore de critérios. - Resumo da experiência. - Mapeamento do tema no Brasil. - Elaboração de perguntas. - Levantamento de informações. - Síntese e análise das informações. - Diálogo com demais áreas, profissionais e redes. - Edição das informações com base nos critérios iniciais. 	Os atores da experiência não participam do processo de reflexão e produção do conhecimento.
ONG B	<ul style="list-style-type: none"> - Proposição e construção de registros. - Construção de pautas de reunião. - Reflexão coletiva. - Revisão da prática. - Organização das aprendizagens, construção de generalizações possíveis. 	Os executores dos projetos são considerados sujeitos e produtores de conhecimento, bem como o público envolvido.
ONG C	<ul style="list-style-type: none"> - Registro do processo. - Construção das pautas de formação. - Elaboração dos relatórios da formação. - Reflexão a partir de referências externas à experiência. - Elaboração do produto de acordo com o objetivo pré-estabelecido. 	A equipe executora é parte integrante de uma etapa da sistematização. Em alguns processos o pensamento dos envolvidos é considerado.

5.9. As dificuldades e os aspectos facilitadores da sistematização.

*para fazer uma teia num minuto
a aranha cobra pouco
apenas um mosquito
Leminsky*

Entre as dificuldades apontadas pelos entrevistados da ONG A, relativas ao processo de sistematização de experiências, estão:

- A seleção (escolha) da experiência.
- O ritmo de trabalho, a pressão por resultados “... não é igual à Universidade, que você faz uma pesquisa e permanece quatro anos mastigando a mesma pesquisa” (C1).
- Administração de recursos, escassos para esse tipo de trabalho.
- Necessidade de ampliação e aprofundamento do referencial teórico conceitual.

Sobre a questão dos recursos o coordenador (A1) salienta que são principalmente as agências de cooperação internacional que financiam processos dessa natureza. Já a técnica (A2) enfatiza o fato de que o limite financeiro muitas vezes dita a metodologia do processo: “muitas vezes não temos recursos para ir pessoalmente até o município. A construção da narrativa depende muito do olhar de quem vai, então isso dificulta muito, e limita a forma ou modo da sistematização” (A2).

A esse respeito, cita uma experiência vivida na Bolívia que possibilitou reunir pessoas diferentes envolvidas na prática em questão e desenvolver a sistematização de uma maneira mais participativa.

Foi possível reunir as pessoas para que elas mesmas escrevessem. Para mim foi uma das experiências mais maravilhosas, porque era o que eu gostaria que fosse no Brasil também. Mas não temos muito apoio para esse tipo de coisa, vivemos em uma lógica que *descontrói* essa idéia da inclusão da pessoa diretamente envolvida na experiência. Nem a pessoa se sente com capacidade de escrever, nem tem tempo, nem se dedica a isso, nem o nosso mundo se dispõe a apoiar esse tipo de coisa. Então

isso é uma das dificuldades, porque acabamos partindo de um ponto de vista muito filtrado por nós, que somos um grupo localizado em São Paulo, vivemos em São Paulo, com códigos de São Paulo (A2).

Especialmente em relação ao referencial teórico necessário, a reflexão do coordenador (A1) aponta para a necessidade de novas referências conceituais para novos acontecimentos sociais, capazes de dialogar com as experiências. Aproveita para salientar as distâncias entre as Universidades e as ONGs.

Quais são as novas formas de conflito de classes? Ou seja, a análise exige muita formação, profundidade teórica, segurança conceitual. Como fazer e análise a crítica ao Terceiro Setor, por exemplo? Em resumo, é claro que podemos analisar as práticas, mas também é preciso um referencial teórico (A1).

São desafios recíprocos, a universidade precisa se aproximar muito mais do que fazem as ONG's, os movimentos sociais, os programas sociais, e as ONGs têm que sair do seu pragmatismo e fortalecer os seus instrumentos analíticos (A1).

Na ONG B as principais dificuldades para a efetivação da sistematização de experiências, são:

- Os recursos para garantir o tempo de trabalho dos profissionais nesta atividade.

Não tem verba para isso, é difícil conseguir recursos de um financiador para essa finalidade. Já é um custo garantirmos recursos para registro, planejamento e reunião interna. Temos que argumentar muito, porque de fato um trabalho que exige 20 a 30 horas técnicas em campo, às vezes demanda mais 15 horas de registro, preparação e planejamento (B1).

- A questão da autoria e dos créditos do produtor do conhecimento.

Nossa intenção é socializar o conhecimento produzido, mas existem situações geradoras de dificuldades. Por exemplo, muitas vezes não é dado o crédito para a ONG sobre o conhecimento que ela produz. Por outro lado, quando existe este reconhecimento, o trabalho vai ficando conhecido, a demanda aumenta demais (B1).

- Falta de hábito, nas escolas, de registrar e refletir a prática educativa.

O difícil, nesse momento de sistematização, é a falta do registro. É muito comum você chegar numa escola e não ter nada registrado, não ter o planejamento, mal encontramos a rotina do trabalho escrita em algum lugar. O projeto pedagógico é o mesmo de muitos anos e desempenha apenas um papel burocrático, de cumprir as determinações das SMEs, ou para renovar convênios. Exige, portanto, um trabalho de busca do conhecimento do grupo, o que eles sabem e que não está escrito, sua prática e história (B2).

- Necessidade de desenvolver competências na organização para organizar os registros, montar bancos de dados, gerir o conhecimento que vai se produzindo na prática.
- Refletir criticamente a própria prática.

Isso é algo que só aprendemos com a experiência, porque estamos afetivamente ligados ao que produzimos. Trata-se do nosso trabalho e das pessoas que gostamos, faz parte da nossa identidade e história. É difícil não sermos abatidos por uma síndrome de saudade do que vivemos e fizemos. Acabamos vendo com otimismo exagerado algumas coisas que ainda podem ser muito melhoradas. Essa é uma dificuldade, exagerar no olhar positivo que atrapalha o olhar crítico necessário (B2).

Na ONG C as dificuldades levantadas foram:

- Parar para escrever no meio da correria, mesmo quando o compromisso já está assumido com o financiador.
- A disseminação do material produzido, especialmente no que se refere aos recursos para a distribuição.

Acho que o grande problema é fazer isso chegar ao público. Muitas vezes temos financiamento para uma publicação de 2000 exemplares. Aí distribuimos para nossa rede básica, em torno de duzentos, trezentos exemplares. Em seguida começamos a ficar limitados, porque a distribuição tem um custo. Uma alternativa que temos usado é a distribuição comercial, convênios com editoras, etc. (C1).

- Tempo e espaço da sistematização durante o desenvolvimento de um projeto.

Hoje eu tenho até vergonha de propor para um professor que faça planejamento e relatório. O espaço da sistematização não está garantido, nem na escola. O lugar que consegue garantir melhor isso é a academia. Mas todo mundo está trabalhando muito, e parar para escrever e organizar, para gravar um vídeo, para fazer uma produção com fotografia, é quase impossível. Nós não conseguimos dimensionar descentemente o tempo necessário para isso. Este é um grande dilema cotidiano. Quem faz formação precisa de ter horas dobradas se quiser sistematizar, e se acredita que a sistematização tem que ser feita por aqueles que estão de fato desenvolvendo a experiência. Já pensamos em ter alguém para sistematizar, mas vimos que não tem cabimento, reforça a ruptura, a fragmentação da ação (C2).

- As competências necessárias para a sistematização.

O professor deixou de sistematizar e estamos querendo trazer isso de novo para a pauta. Mas isso demanda, além do tempo, aprendizagem. À vezes nos deparamos com uma grande quantidade de registros que foram produzidos ao longo de uma experiência. Relacioná-los com o foco da sistematização é um esforço enorme. É preciso recuperar os objetivos frente ao recorte que queremos para a sistematização. A experiência abre um leque de possibilidades, mas nem sempre o projeto de sistematização prevê todos os desdobramentos. É preciso rever o material que está sendo produzido, avaliar se é isso mesmo. Normalmente quando os resultados estão para serem publicados você fica com uma certa sensação de vazio, que poderia ter sido melhor (C2).

- Promover a reflexão em conjunto com os sujeitos envolvidos nos projetos.

A sistematização final demanda a releitura de todo um processo, a leitura de todos os documentos, e uma reflexão que possa de novo voltar aos sujeitos e que não seja tão solitária do sistematizador. Esse espaço não está garantido internamente, é preciso prever tempo dentro dos projetos e recursos. Também não estão garantidos nas escolas, os espaços e tempos para os professores sistematizarem as suas experiências. Basta ver o horário do trabalho pedagógico, de duas a três horas por semana. E deveria estar, porque efetivamente os profissionais precisam de tempo para ver que conhecimento foi produzido. Acaba sendo uma coisa solitária. A sistematização deveria ser obrigatória para todos os educadores do país (C2).

Por outro lado, existem aspectos facilitadores que dizem respeito ao trabalho em rede, à possibilidade de avaliar, sistematizar e analisar em conjunto com organizações similares, com atuações e interesses coincidentes.

Aparentemente, a possibilidade da produção do conhecimento de maneira coletiva, torna seus resultados mais interessantes e amplia o escopo e os efeitos do trabalho.

Estamos finalizando uma enorme pesquisa sobre juventude, em conjunto com outras organizações. Mobilizamos oito ONGS de regiões metropolitanas para essa pesquisa, para que sejam coordenadores locais. Depois pensamos o relatório final em conjunto de maneira a produzir coletivamente os conhecimentos (C1).

Uma facilidade é justamente o fato de estarmos inseridos nessas redes, penso que sistematizar sem estar numa rede, vira um relato pessoal. É a diferença entre sistematizarmos em diálogo com as diferentes áreas temáticas e a atitude tradicional do pesquisador que vai a campo quase sozinho, escreve, e entrega um texto, depois publica. São processos distintos (A2).

Especificamente na ONG B referem-se às contribuições para a construção do grupo de profissionais, dos alicerces necessários e ao reconhecimento do pensamento autônomo da organização, como segue:

- O envolvimento dos profissionais na proposta.

Os profissionais com os quais trabalhamos vêem muito sentido nessa proposta, porque consideram que isso ajuda o grupo a se constituir como grupo, constrói a identidade, fornece o chão necessário. Evita algo que é comum acontecer em processos de formação, e sobre o que os professores reclamam muito, quando sentem que o tapete está sendo puxado, e parece que ninguém mais sabe nada. Com a sistematização os conhecimentos anteriores e os novos vão sendo organizados de maneira a construir a terra firme por onde caminhar (B2).

- A maturidade e estabilidade do grupo de profissionais da organização.

O grupo é estável, está maduro, trabalho junto há muitos anos. Ou seja, temos interlocutores o tempo todo. Estamos afinados na prática, sentimos que a responsabilidade está compartilhada e temos o hábito e valorizamos a formação e reflexão permanente (B2).

- A autonomia da organização, a existência de parceiros e apoiadores que respeitam os princípios da organização.

Com isso, temos, de um lado, indicações de conteúdos e temas que podem ser relevantes como pautas de discussão no universo das ONGs, pertinentes à

relação da prática com o conhecimento; e de outro, sugestões, baseadas na experiência destas organizações, sobre aspectos que podem potencializar essa relação.

A construção de estratégias em comum que criem as condições financeiras e técnicas para tanto, o desenvolvimento de competências nesta área, a mudança de cultura (tanto interna quanto junto ao público alvo) relativa aos processos de construção de conhecimento, a incorporação de mecanismos que propiciem também a gestão do conhecimento, são, entre outros aspectos, pontos de reflexão que podem apoiar o trabalho das ONGs e contribuir para o processo de produção de conhecimento e de novos referenciais teóricos, capazes de dialogar com um novo contexto social.

Ainda, alguns dos aspectos levantados pertinentes ao modo de realização de processos de sistematização com vistas à construção do conhecimento, aparecem aqui, menos como uma escolha metodológica, e mais como uma alternativa à ausência das condições necessárias, como vimos no caso da participação dos sujeitos autores das práticas.

Por fim, o trabalho em rede, o investimento na construção de um grupo sólido de colaboradores, e a reafirmação da autonomia e da identidade das organizações, aparecem como alicerces fundamentais para o processo de produção de conhecimento a partir da prática.

5.10. Considerações finais

*O hai-kai é anti-retórico, liso e simples;
Isso deriva das categorias estéticas japonesas:*

**Kirei: o límpido, o lindo*

**Wabi: a penúria, a miséria (tão simples que decepciona)*

**Yugen : a profundidade, o mistério*

*O hai-kai é uma imagem, tem economia verbal, humor e objetividade,
características centrais da poesia moderna*

Octávio Paz

Escreve Octávio Paz²⁶ que o hai-kai é uma expressão poética sinérgica às categorias estéticas japonesas, com características internas que, embora antigas, identificam-se com as encontradas na poesia moderna. Como vem nos contando Paulo Leminsky ao longo do texto, o modo de fazer hai-kai vem sendo recriado, desde sua introdução no Brasil por Guilherme de Almeida, que em 1936 o transpôs para o português e em 1947 a ele acrescentou a rima. De fato, se originalmente constava necessariamente de 17 sílabas em três versos, o primeiro de cinco, o segundo de sete e o terceiro de cinco, de maneira a rimar o primeiro com o terceiro, agora pode dispensar a rima e a contagem de sílabas. Entretanto, para que sejam hai-kais, são mantidas algumas das suas características internas: os temas são simples e da natureza, cada um dos versos expressa coisas diferentes: algo eterno, uma novidade e a síntese, e assim por diante.

De maneira análoga, buscamos neste capítulo verificar a ótica dos sujeitos que integram as ONGs selecionadas sobre as características internas do conhecimento gerado pela prática social e da sistematização de experiências enquanto um procedimento particular. Não pressupomos que essas características fossem tomadas como regras constituídas rigidamente em 17 sílabas, mas, ao contrário, que, recriadas conforme cada contexto institucional e individual, fornecessem os marcos conceituais, sempre necessários para a construção de procedimentos práticos que façam sentido no universo da prática social. Vale lembrar que é essa mesma idéia que sustenta a sistematização de experiências, ou seja, seus resultados não são medidos pela fidelidade aos modelos, às técnicas ou aos manuais de procedimentos. Ao contrário, buscam constituir-se em referências, inspirações e em procedimentos que, justamente por existirem, permitem sua re-edição, ou transgressão, sempre fonte de toda criação.

Feita essa ressalva, não pretendemos chamar toda expressão poética de hai-kai, todo procedimento utilizado para a produção de conhecimento de sistematização, ou toda produção derivada da prática de conhecimento, de maneira genérica, mas sim destacar suas especificidades. Paralelo a isso, uma das dificuldades encontradas para a análise das entrevistas reside justamente no fato de que as respostas dos sujeitos não apareceram, o mais das vezes, como socialização de um conhecimento estruturado a propósito das questões, mas

²⁶ Disponível em <http://www.naosser.hpg.ig.com.br/hai-kai.htm>. Acesso em fev. de 2007.

como reflexões livres sobre o tema, intrincadas em diversos outros conteúdos. Por alguma razão, aqui não explorada, a questão parece estar ausente do debate, apesar da sua importância reconhecida.

Assim sendo, correndo o risco da generalização que desconsidera excessivamente a singularidade, podemos dizer que os sentidos atribuídos aos sujeitos sobre o conhecimento da prática podem ser assim resumidos:

- (1) O conhecimento derivado de suas práticas é considerado uma forma particular de conhecimento, localizado em um ambiente específico (organizações sociais) onde também encontra sua legitimidade e sentido. Entretanto, confunde-se por vezes com informação e com comunicação.
- (2) É um conhecimento contextualizado, referenciado e considerado expressão do pensamento das organizações, bem como dotado de valor e de poder.
- (3) Referencia-se em marcos teóricos implícitos a propósito das relações entre teoria e prática, entre sujeito e objeto de conhecimento. Entretanto, não existe homogeneidade sobre como de fato essas relações se dão: onde está a teoria em relação à prática e onde estão e quem são os sujeitos construtores de conhecimento.
- (4) Inclui uma dimensão autobiográfica, na medida em que parte dos valores dos sujeitos e das organizações e contribui para construir suas identidades. Caráter autobiográfico aqui concebido tal como proposto nas teses do “conhecimento emergente”: “...para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos” (SANTOS:2003, 85).
- (5) Compõe-se de duas dimensões relativas a dois processos: o processo de produção do conhecimento, conectado a preocupações relativas à sua distribuição, ou seja, o conhecimento é produto social; e/ou o processo de construção, dotado de procedimentos e objetivos mais conectados com o desenvolvimento de pessoas e de grupos, e que pressupõe a interação direta do sujeito com o objeto de conhecimento.

(6) É uma referência local que pode ser generalizada, ou como ajuda SANTOS “...reconstitui os projectos cognitivos locais, salientando-lhes a sua exemplaridade, e por essa via, transforma-os em pensamento total ilustrado” (2003: 76)

Os sentidos dados à sistematização de experiências, por sua vez, são ora amplos como princípios, ora restritos, como parte de um processo reflexivo maior. Entretanto, notamos a aproximação entre seus pressupostos e aqueles defendidos pelos sujeitos que se dedicam a formar educadores. Para estes, sendo a construção de conhecimento uma relação entre a teoria e a prática, sempre mediada pelo sujeito de conhecimento, parece mais imediato a realização da sistematização de experiências sempre a partir dos sujeitos da prática.

Ainda assim, estando seus objetivos, bem como seu objeto e seu sujeito, interpenetrados com os das ONGs, não consideramos possível dizer que em todas as organizações a sistematização de experiências é considerada uma expressão particular, relativa aos modos de produzir e construir conhecimento prático, ou que projetos de sistematização de experiência como unidades de ação sejam parte integrante destas experiências. Em alguns casos, são mesmo assumidos a partir de demandas externas e em outros não trata de sistematização de experiências, mas sim de informações.

Para além disso, talvez não seja exagero dizer que trata de uma construção de sentidos (como vimos sempre individuais), e de significados (sempre coletivos) em construção. À semelhança dos hai-kais, que na origem não prescindiram dos elementos estéticos japoneses, pode ser o momento seja o de fortalecimento e apropriação de elementos de uma cultura que valorize, ainda mais, e tanto quanto a atividade prática, a construção do conhecimento que dela deriva.

6. CONCLUSÕES

Caramujos ajudam as árvores a crescer
Manoel de Barros

Este trabalho pretendeu levantar alguns elementos constitutivos do conhecimento prático, expressão que terminou por ser adotada ao longo do texto para designar o conhecimento gerado a partir de práticas de intervenção social. Resta-nos agora estabelecer as relações entre as coisas: a conjuntura social, a identidade das ONGs, a concepção de conhecimento e seus modos de construção em organizações desta natureza. Ainda, verificar de que maneira o desafio epistemológico da sistematização de experiências ressoa no campo da educação de maneira geral. Em síntese, avançar um pouco mais na nossa árvore de perguntas, indicando algumas novas inquietações que decorreram desta reflexão. Além disso, de volta ao começo, justificar o caminho tomado, no qual colocamos mais empenho na busca dos sentidos atribuídos ao tema do que na análise de suas questões, movidos por uma necessidade pessoal de organizar aprendizagens derivadas de nossa experiência no desenvolvimento de processos de sistematização.

Assim que, em um contexto social marcado por mudanças que influenciam os modos de praticar intervenções sociais e tomando como referência os contornos estabelecidos neste trabalho, as aprendizagens derivadas da prática social - sejam as próprias ou de outros atores - têm sido consideradas como fonte de conhecimento e com um papel a cumprir, especialmente no que se refere à (1) construção e ou fortalecimento do lugar e das identidades de ONGs, (2) divulgação do exemplo para processos de transformação social, (3) formação permanente dos sujeitos que delas participam, (4) construção de subsídios e de instrumentos para a ação, (5) socialização e comunicação de conhecimentos e de metodologias, e (6) produção de subsídios para o debate coletivo e a construção de sentidos em rede. Em linhas gerais aprendizagens que contribuem, de volta à prática, para configurar as ONGs menos como receptoras de transferências de responsabilidade por parte do Estado, e mais como produtoras de conhecimento alternativo sobre as questões sociais, que, socializado, podem servir de referência para a elaboração e implementação de novas iniciativas e novo conhecimento.

São experiências e aprendizagens que, pela via da construção da narrativa, organização das informações, reflexão e interpretação crítica, confronto com a teoria e diálogo entre atores, podem transitar em direção a um conhecimento organizado e socializável. Procedimentos nomeados como sistematização (de informações, de projetos, de políticas, de experiências) pelos sujeitos deste trabalho. Com menos ênfase, mas também presente, pode contribuir para dar voz aos sujeitos múltiplos que constituem o público alvo das ações. Entretanto, procedimentos que não se constituem, no conjunto estudado, em sistematização de experiências exatamente como concebida pelas reflexões latino-americanas, ou pelo menos não com as mesmas ênfases.

Essa última constatação ajuda a mostrar que algumas dimensões pertinentes à relação do conhecimento com a prática social, tal como propostas pela sistematização de experiências, poderiam ser aprofundadas na prática. Entre elas o envolvimento dos atores das práticas no processo de construção de conhecimento, a proposição das negociações de sentido entre diversos sujeitos, em síntese, a idéia de que a produção do conhecimento, em si, pode ser um instrumento de intervenção e de construção da autonomia dos atores sociais. Nessa direção, poderíamos caminhar para um processo no qual o conhecimento é construído pelos sujeitos, mais do que apenas apropriado.

Na nossa maneira de entender, é justamente essa ênfase que confere ao conhecimento da prática sua capacidade tradutora, “que torne a diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores coletivos ””conversarem”” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os anime” (SANTOS, 2001:27). Capacidade tradutora que, como vimos, ao relacionar dois sujeitos, conhecimento e autoconhecimento, pode levar o discurso científico a se aproximar da crítica literária, pois que ela “anuncia a subversão da relação sujeito/objecto que o paradigma emergente pretende operar” de maneira a traduzir o conhecimento científico num “saber prático” (SANTOS, 2003:87).

Também no caso do conhecimento a partir da prática sob a perspectiva de seus sujeitos, sujeito e objeto estão intimamente interligados. Embora não pretenda se traduzir em ciência configura-se como autoconhecimento. Se voltarmos ao livro de Guimarães Rosa, encontramos uma ilustração desta idéia. Introduz o “No Urubuquaquá, no Pinhém” (2001) um artigo de Paulo Rónai

publicado originalmente em 1956, onde, a nosso ver, o autor relaciona com profundidade a personalidade de Guimarães Rosa com a forma de tecer a paisagem literária, os universos em que mergulha, seus estilos, seu processo de criação, seus segredos. Dessa maneira, expressa sua leitura sobre a obra, ao mesmo tempo em que fornece ao leitor, de maneira organizada, uma referência de leitura e de crítica sobre os modos de Guimarães Rosa fazer literatura. Resulta assim, em um trabalho de tradução, igualmente literária, como se aplicasse à relação entre ele mesmo e o autor, o mesmo pressuposto adotado pela obra:

Nas obras de Guimarães Rosa, tais sentimentos plasmam a mente dos personagens marginais, imperfeitamente absorvidas pelo convívio social ou nada tocadas por ele: crianças, loucos, mendigos, cantadores, prostitutas, capangas, vaqueiros. Eles é que formam o corpo de baile num teatro em que não existe separação entre palco e platéia. O autor e os personagens nunca são completamente distintos (RONAI, 2001: 19)

Possivelmente, ao assumirmos o fato de que o objeto (a experiência social) e o sujeito (atores da ação) nunca são completamente distintos na prática social e que a teoria (conhecimento acumulado) está embutida em ambos (palco, platéia, texto e crítica formando um todo singular e relacionado), poderemos construir novos modos de produzir e construir conhecimento da prática.

Consideramos importante também, ao refletir nossos resultados até aqui, atender para diferenças entre a produção de conhecimento e a construção do conhecimento, tomando-as como duas formas diferentes, embora complementares. De fato, algumas ONGs preocuparam-se em pensar produtos que, derivados da experiência, possam ser disseminados. Neste caso, é possível que a forma final seja independente do seu processo de construção, operando por padrões, ou critérios pré-estabelecidos. A outras interessaram mais o seu processo de construção, realizada pela tematização da prática, reconstituindo e transformado algo já conhecido.

Com isso, destacamos que valeria um aprofundamento sobre a questão do método de construção e produção de conhecimento a partir da prática social, incluindo as suas interfaces com a metodologia de investigação em ciências humanas. Muitas vezes notamos referências a várias delas, combinadas com a afirmação de que “os procedimentos não são os mesmos da academia”. Além

disso, em alguns casos, o conhecimento prático assume a forma de método, já que é ele o facilitador da re-aplicação na prática das aprendizagens dos sujeitos. É preciso considerar que a necessidade do método, entretanto, não é resolvida pela simples construção procedimental, nem justificada apenas como meio para atingir um fim determinado. Trata-se de um caminho traçado a partir de um universo de idéias, concepções, valores, conhecimentos prévios, em um determinado momento, segundo cada realidade, por um conjunto específico de pessoas com interesses e desejos diversos.

Disso se trata, a nosso ver, as generalizações possíveis resultantes de um processo de sistematização, sua capacidade essencialmente tradutora da prática em direção à construção metodológica, segundo a necessidade de cada destinatário. Traduzir, portanto, a estrutura e os elementos internos a cada experiência, vista no seu contexto, em metodologias que podem se constituir em novas constelações de sentidos e novos caminhos impulsionadores de novas práticas.

Estes aspectos são alguns dos desdobramentos possíveis para as nossas perguntas iniciais sobre os sentidos e significados dos sujeitos nas ONGs a propósito do conhecimento gerado na prática social e o papel da sistematização de experiências. Deles derivam outro patamar de questões, como por exemplo, o levantamento comparativo do pensamento de outros atores envolvidos em práticas sociais. As organizações empresariais, as organizações internacionais (ambas demandantes de processos desta natureza), além das acadêmicas e das governamentais são atores a serem investigados. Questões como: a intencionalidade política determina a maneira de conceber e produzir o conhecimento derivado da prática social? Como anda o diálogo desta temática com as universidades? Quais são as contribuições desta reflexão para a implementação de políticas públicas? Como se relacionam com as políticas públicas de educação, em específico?

São questões também em pauta no campo social e que têm sido objeto de reflexões e de diálogos. Sobre as relações com as universidades, Luiz Eduardo Wanderley (2002) nota que, se para as ONGs as universidades eram caracterizadas por uma produção teórica considerada distante da realidade, também na academia houve críticas a algumas dessas idéias, consideradas

“infantilismo cultural”. De acordo com ele, hoje transitamos de uma supervalorização dos saberes populares em direção a uma maior abertura na construção do diálogo entre diferentes compreensões, especialmente pela via do reconhecimento da eficiência deste conhecimento (“popular”) em vários campos, e pela constatação de que o conhecimento científico, pretendido como universal e verdadeiro, mostrou-se, de fato, pouco capaz de explicar a realidade ou contribuir para transformá-la.

Sobre as políticas públicas, destacamos, no início deste trabalho, que as nossas experiências na área social estão prioritariamente dirigidas para o campo da educação, tomado no seu sentido amplo. Embora nossa opção tenha sido a de tratar o tema da prática social em geral, convém, pois, sinalizar alguns pontos que podem se constituir em interfaces específicas com o debate neste campo.

Em primeiro lugar, como demonstram a revisão bibliográfica e as entrevistas realizadas, muito da prática social aqui focada está interseccionada com as questões da educação. Trata-se de educação popular, educação de jovens, formação de educadores de escolas públicas, análise crítica, construção de referências para políticas de educação, etc. São práticas que transitam em um espaço de educação não formal, sem perder de vista as políticas públicas governamentais, ainda que de maneiras diversas.

Muito já se falou sobre a importância das relações entre a escola e a sociedade como forma de abrir novas perspectivas para o aprimoramento e democratização da prática educativa, bem como sobre a necessidade de participação efetiva das comunidades, tanto para o processo de construção de sentidos e contextualização cultural do conhecimento, quanto para a influência e controle da implementação de políticas educacionais. Assim, a sistematização das aprendizagens que derivam de experiências de parcerias efetivas entre a sociedade civil organizada e a comunidade escolar, do trabalho concreto de construção de alternativas, bem como da atividade de avaliação, monitoramento e divulgação de políticas referenciais, constituem-se, a nosso ver, em um procedimento fundamental para que o conhecimento daí decorrente fortaleça e amplie os efeitos dessas ações na sociedade como um todo. É também por essa via que poderemos construir referências que abram novas perspectiva para as

práticas educacionais brasileiras, de maneira a superar suas características, ainda presentes, de reprodutoras de desigualdades.

Em segundo lugar, quando consideramos que a educação tem como razão de ser o desenvolvimento de pessoas, mediado pela construção do conhecimento, parece urgente, não apenas o debate, mas a efetivação de mecanismos que concretizem a idéia de que, não apenas trabalhadores sociais e população envolvida nas ONGs, mas também técnicos e professores das escolas públicas precisam de condições que os possibilitem avançar em direção à efetivação de sua capacidade reflexiva e produtora de conhecimento a partir de sua própria prática. Alfredo Ghiso (2006), inspirado pelo pensamento de Paulo Freire, reafirma: a prática requer mais do que sujeitos do fazer, com coordenadas pré-fabricadas por outros, pedem sujeitos capazes de ir desvelando, narrando, compreendendo e explicando o que fazem. Trata-se assim do desenvolvimento de um perfil de professores pesquisadores que têm a atividade de sala de aula como objeto de análise e cujo projeto educativo tenha base no seu trabalho concreto, de maneira a produzir, sistematizar e socializar os conhecimentos pedagógicos.

Em terceiro lugar, os pressupostos da sistematização relacionam-se diretamente com as questões referentes à organização curricular e aos planejamentos dos processos de aprendizagem. Se educar é, em alguma medida, aprender a atribuir sentido, de maneira a que cada indivíduo se engaje em projetos de pesquisa acerca dos objetos de conhecimento acumulados pela humanidade, devolvendo-os às suas condições de produção, como fazê-lo sem partir da sistematização dos conhecimentos prévios e das necessidades e desejos do sujeito de conhecimento? Como organizar conteúdos curriculares que ajudem no desenvolvimento cognitivo senão partindo daquilo que é culturalmente significativo para os alunos? Em síntese, tratar o conhecimento na sua dimensão transformadora, mais do que como um conjunto de verdades absolutas, só é possível quando consideradas as relações entre o objeto e o sujeito que conhece, com suas necessidades, motivações e aprendizagens anteriores. Também neste caso, o sujeito da aprendizagem e o objeto de conhecimento não são completamente distintos, um podendo ser compreendido como tradutor do outro.

Acreditamos que este é um caminho essencial na busca do aprimoramento da prática educativa, sempre que a intenção é a de relacionar o que estamos propondo com o que de fato fazemos. Em outras palavras, como formar pessoas críticas, reflexivas e com pensamento autônomo, se antes não incorporamos, como sujeitos, na nossa prática e no nosso conhecimento sobre ela, os mesmos pressupostos? Pode ser, as reflexões sobre sistematização de experiências se constituam em uma contribuição nesta direção. Resta para tanto, avançar da pergunta sobre os sentidos atribuídos ao conhecimento e começarmos a nos dedicar cada vez mais a buscar os sentidos daquilo que fazemos e para quem fazemos.

Assim que, de alguma forma, os tópicos tratados neste trabalho correspondem a reflexões, questões, dúvidas e certezas que derivam da minha prática como participante de sistematizações de experiências diversas. De fato, durante o percurso de construí-lo andei tratando deste assunto, em conjunto com profissionais e comunidades das mais variadas áreas e regiões. Muitas vezes desejei ser eu a entrevistada, fazer parte de diálogos e construir a narrativa do que ia vivendo. Foi assim que a minha árvore de perguntas, hoje enraizada em novos horizontes, foi crescendo, e, antes de terminar este trabalho, fui terminando relatórios de viagens, registros de memórias e de aprendizagens de experiências.

Aprendi da necessidade de sistematizar a sistematização de experiências, como meio de contribuir com os profissionais da prática social, com suas organizações, e com seus efeitos na sociedade; aprendi da importância de conectar, este ou outro instrumento, à construção de uma cultura que, cada vez mais, aproxime o fazer cotidiano da reflexão sobre ele, criando as condições para que a transformação desejada seja também o desenvolvimento pessoal e profissional de seus atores, indivíduos e comunidades que a ela se dedicam; e aprendi, relendo o meu próprio texto, da quantidade de coisas que ainda precisam ser abordadas e relacionadas.

Ilustro, portanto, e por fim, com uma aprendizagem obtida durante a sistematização da experiência de uma organização que trabalha com jovens mães em situação de risco pessoal e social, em período de gestão e maternidade.

Buscávamos resolver a questão do grande número de solicitações por vagas, originadas por organizações de diversas regiões do país. Demanda que demonstrava, por um lado, a premência de políticas públicas dirigidas aos jovens em geral, capazes de prevenir situações extremas de risco às quais um número significativo deles se submete cotidianamente, e, por outro, a dificuldade de acesso a serviços de atendimento direto para as jovens mães que dele necessitam.

A contribuição específica consistia em sistematizar os principais elementos de aprendizagem da equipe responsável pelo trabalho, jovens e comunidade do entorno, de maneira a dar subsídios para outras organizações (governamentais e não governamentais) implementarem ações da mesma natureza. O sentido deste trabalho residiu no fato de que procuramos conhecer, preliminarmente, as pessoas que buscavam esse conhecimento, e partimos, antes de tudo, da seguinte questão: o que aprendemos que contribui com estes grupos? Assim, de traz para frente, fomos organizando o conhecimento construído pela organização, a partir do que o outro queria saber. Como resultado foram gerados vários produtos de sistematização, socializando conhecimentos entre sujeitos reais, de maneira a intervir de fato na questão que queríamos tratar. Talvez exatamente por isso, a sistematização tenha cumprido seu duplo objetivo: estimular a implementação de ações de qualidade nesta direção e, ao mesmo tempo, aprimorar a prática realizada.

Assim que, também na prática, as aprendizagens corresponderam aos maiores desafios, ter tempo de ouvir as jovens e as crianças, apostar no vínculo, na integração com a comunidade, ajudar na concretização dos projetos de vida – que antes precisam ser desenhados -, construir o projeto pedagógico, e tantas outras que resultaram das tensões reais entre a teoria e a prática embutida na vida de todos os envolvidos. Por fim, esse trabalho de tradução dos pressupostos, dos métodos, das superações, intrincados na experiência vivida, foi nomeado por uma das jovens como “re-escrita”. A mesma, segundo ela, que resumia a sua vida, pois que “transforma a vida em uma real possibilidade de mudança”.

E com isso, os dizeres na vela da jangada de Mauro, lá do começo e lá do Ceará, seguem seu percurso, a ponto de, à distância, quase não distinguirmos mais, a esta altura, quem é um e quem é o outro.

Vislumbra-se ainda no horizonte coisas como: qual é o lugar do conhecimento na transformação social, qual o papel da sistematização na melhoria da educação pública, a serem re-escritas em outras marés.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Wanda Junqueira. Consciência e atividade: Categorias fundamentais da Psicologia Sócio-Histórica. In BOCK, Ana Maria; GONÇALVES, Maria Graça; FURTADO, Odair (Orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002.

BARNECHEA, Maria Mercedes, GONZALEZ, Estela, e MORGAN. Maria da Luz. *Y como lo hace? Propuesta de método de sistematización*. Lima: Taller Permanente de Sistematización, 1992.

BARNECHEA, Maria Mercedes, GONZALEZ, Estela, MORGAN. Maria da Luz. La sistematización como producción de conocimientos. In *Revista la Piragua – CEAAL*, n. 9, Santiago do Chile, 1994.

BARNECHEA, Maria Mercedes, GONZALEZ, Estela, MORGAN. Maria da Luz. *La Produccion de Conocimientos en Sistematizacion*. Lima: Taller Permanente de Sistematizacion, 1998.

BARROS, Manoel. Concerto a Céu Aberto para Solos de Ave. Rio de Janeiro: Record, 1991.

BAVA. Silvio C. O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o Século XXI. In *ABONG. ONGs, Identidade e Desafios Atuais*. Cadernos Abong, São Paulo, nº 27, maio 2000.

BORDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2005.

CARDOSO, Ruth. *O desafio da responsabilidade: cidadania empresarial no Brasil e nos Estados Unidos*. Brasília: Comunidade Solidária. Disponível em <<http://www.comunitas.org.br>>. Acesso em 3 jun. 2004.

_____ (org.). *Comunidade Solidária: fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Comunitas, 2002. Disponível em <<http://comunitas.org.br>>. Acesso em 2 jun. 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1996

CHERTO, Marcelo. A disseminação de projetos sociais pela franquia social. In FUNDAÇÃO ABRINQ. *Palestras e Debates: seminário internacional avaliação e sistematização de projetos sociais*. São Paulo 2002. Disponível em <www.fundabrinq.org.br>. Acesso em 3 mai 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Vozes, 2006.

CORTELLA, Mário Sérgio. *A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 2002.

CROCE, Alberto. Disseminação e reedição de projetos sociais: alguns elementos para pensar sua réplica. In FUNDAÇÃO ABRINQ. *Palestras e Debates: seminário internacional avaliação e sistematização de projetos sociais*. São Paulo 2002. Disponível em <www.fundabrinq.org.br>. Acesso em 3 mai.2006.

DEINZELIN, Monique. *Construtivismo: a poética das transformações*. São Paulo: Ática, 1996.

DOWBOR, Ladislau. *Parcerias e alianças – o bom senso na gestão social: uma abordagem conceitual*. São Paulo, 2002. Documento para discussão. Disponível em: <http://ppbr.com/ld/parceriasfinal.doc>. Acesso em 20 mai. 2005.

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Ed. Gente, 2002.

_____. *Monitoramento de projetos sociais: um desafio para as alianças intersetoriais*. In Anais Anpad, Rio de Janeiro, 2003.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Maria Graça. A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: o debate pós-moderno. In BOCK, Ana Maria; GONÇALVES, Maria

Graça; FURTADO, Odair (Orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002.

GUIMARÃES ROSA, João. No Urubuquaquá, no Pinhém. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

GUIISO, Alfredo. *De la práctica singular al diálogo con lo plural*. Medellín: Funlam, 1998.

GUIISO, Alfredo. Práticas geradores de saber. Reflexiones freirianas en torno a las claves de la sistematización. In: *La Piragua – Revista Latinoamericana de Educación Y Política - Ceaal*, Panamá, n. 23, 2006.

HADDAD, Sérgio. Introdução. In *ABONG. ONGs, Identidade e Desafios Atuais*. Cadernos Abong, São Paulo, nº 27, maio 2000.

JARA, Oscar. *Para sistematizar experiencias*. São José da Costa Rica: Alforja, 1998.

_____. Palestra realizada durante seminário da ASOCAM: Agricultura Sostenible Campesina de Montana organizado pela Intercooperation, 2001, Cochabamba, Bolivia. Dilemas Y Desafios de la Sistematizacion de Experiencias. Cochabamba: Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, 2001.

OCAMPO, Ada; BERDEGUÉ, Júlio A. Guía Metodológica y Guías de Terreno para la Sistematización de Experiencias Locales de Desarrollo Agrícola y Rural. CD-ROM *Aprendiendo para dar el Siguiete Paso*, PREVAL, FIDAMERICA, FIDA, Chile, 2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl; LA TAILLE, Yves; DANTAS, Heloisa. *Piaget, Vygotsky, Wallon*. São Paulo: Summus, 1996.

LANDIN, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. In *ABONG. ONGs e Universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2002

LEMINSKY, Paulo. *La vie en close c'est une autre chose*. São Paulo: Brasiliense, 1994

MACEDO, Lino. Ensaio Construtivistas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MACEDO, Lino. Sistematização das experiências. In *FUNDAÇÃO ABRINQ. Palestras e Debates: seminário internacional avaliação e sistematização de*

projetos sociais. São Paulo 2002. Disponível em <www.fundabrinq.org.br>. Acesso em 15 mai. 2006.

MARTELETO, Regina. *Informação e Construção do Conhecimento para a Cidadania no Terceiro Setor*. PDF Centro de Estudos 2005, <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>. Acesso em 5 agost. 2005.

MARTINIC, Sergio. *Algunas categorías de análisis para la sistematización*. CIDE-FLACSO, Santiago: 1984.

_____. *El objeto de la sistematización y sus relaciones con la evaluación y la investigación*. Santiago do Chile: Fundación Universitaria Luis Amigó-CEAAL, 1998.

MORGANA, Maria da Luz; FRANCKE, Marfim. La Sistematización: apuesta por la generación de conocimientos a partir de las experiencias de promoción. In: *Escuela para el Desarrollo*. Materiais Didáticos, n. 1, Lima, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In ABONG. *ONGs e Universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2002

PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Boaventura Souza. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995

_____. *Crítica da razão indolente - contra o desperdício da experiência - vol 1*. São Paulo: Cortez, 2001

_____. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHOMMER, Paula C. *Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado*. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SCHOMMER, Paula C; FISCHER, Tania. *Empresas privadas e ação social: práticas, dilemas e participação no desenvolvimento*. In SILVEIRA; REIS (orgs.). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, 2001.

SIMON, Michel. *Comprendre les Idéologies*. Lyon: Chronique Sociale de France, 1978.

TORO, José Bernardo, WERNECK, Nivea. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Unicef, 1997.

TORO, Bernardo. Re-edição, diálogo e disseminação de saberes. In FUNDAÇÃO ABRINQ. *Palestras e Debates: seminário internacional avaliação e sistematização de projetos sociais*. São Paulo 2002. Disponível em <www.fundabrinq.org.br>. Acesso em 5 mai 2006.

RÓNAI, Paulo. Rondando os segredos de Guimarães Rosa. In GUIMARÃES ROSA, João. *No Urubuquaquá, no Pinhém*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

VARGAS, Jorge Osório. *Cruzar La Orilla: debates emergentes sobre los profesionales de la accion social e educativa*. Seminario Latinoamericano: sistematização de práticas de participação cidadã. Medellín, agosto 1998.

VARONESE, Claudino; FALKEMBACH, Elza M. Fonseca. *A Experiência de Sistematização do SPEP*. Ijuí: Unijuí, 1996. Disponível em www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html. Acesso em 10 mar 2006.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. *ONGs e universidades: desafios atuais*. In ABONG. *ONGs e Universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

ZUTTER, Pierre. *Des histoires, des savoirs et des hommes: l'expérience est un capital - réflexion sur la capitalisation de l'experience*. Paris: FPH, 1994.

ZUTTER, Pierre. In FUNDAÇÃO ABRINQ. *Palestras e Debates: seminário internacional avaliação e sistematização de projetos sociais*. São Paulo 2002. Disponível em <www.fundabrinq.org.br>. Acesso em 10 mai 2006.